

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE GOIÁS

1975

REVISTA
DO INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO
DE GOIÁS

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE GOIÁS

— Fundado em 1933 e considerado de utilidade pública pelo decreto-lei nº 2.593 de 21 de novembro de 1939.

DIRETORIA

Presidente: Prof. Colemar Natal e Silva
1º Vice-Presidente: Prof. Basileu Toledo França
2º Vice-Presidente: Prof. José Lopes Rodrigues
3º Vice-Presidente: Prof. Modesto Gomes
Secretário Geral: Prof. Luiz Gonzaga de Faria
Tesoureiro: Prof. Augusto da Paixão Fleury Curado
Orador Oficial: Dr. Altamiro de Moura Pacheco

MEMBROS

1. Altamiro de Moura Pacheco
2. Antônio Theodoro da Silva Neiva
3. Ático Vilas Boas da Mota
4. Augusto da Paixão Fleury Curado
5. Basileu Toledo França
6. Claro Augusto Godoy
7. Colemar Natal e Silva
8. Eli Brasiliense
9. Euclides Felix de Souza
10. Gelmires Reis
11. Gilberto Mento Teles
12. Inácio da Silva Xavier
13. José Lopes Rodrigues
14. Luiz Gonzaga de Faria
15. Modesto Gomes da Silva
16. Waldir Castro Quinta.

ENDEREÇO:

Rua 82, nº 455 — Centro
Caixa Postal 1.002
74.010 — Goiânia — Estado de Goiás — BRASIL



**REVISTA DO
INSTITUTO HISTÓRICO
E GEOGRÁFICO DE GOIÁS**

N.º 4



Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás.

Ano 1

Nº 4 — 1975

(Nova Fase)

Goiânia.
irreg.

981 (05)

○



**REVISTA DO
INSTITUTO HISTÓRICO
E GEOGRÁFICO DE GOIÁS**

Nº 4

DEZEMBRO 1975

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE GOIÁS

Colaboradores: todos os sócios do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás.

Aceitamos permuta com publicações de cunho cultural
Só publicamos colaboração quando solicitada.

Rua 82, nº 455 — Centro
Caixa Postal 1.002
(74.010) Goiânia - Goiás - Brasil

ÍNDICE

ANÁPOLIS	
H. Crispim Borges	9
ANTÔNIO CÂNDIDO DE CARVALHO, UM GRANDE SERTANISTA GOIANO.	
Basileu Toledo França	29
ACERVO DOCUMENTAL DO SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO DO ESTADO DE GOIÁS.	
Dalisia Elizabeth Martins Doles	41
HISTÓRIA DO INSTITUTO DOS ADVOGADOS EM GOIÁS	
Augusto Fleury Curado	61
PRIMÓRDIOS DE BRASÍLIA	
Altamiro de Moura Pacheco	83
LEOPOLDO DE BULHÕES	
Colemar Natal e Silva	177
PROJETO ARQUEOLÓGICO ALTO TOCANTIS, GOIÁS	
Pedro Ignácio Schmitz	189

A N Á P O L I S

H. Crispim Borges

1. **A Lenda.**

Dona ANA DAS DORES ALMEIDA — casada com Gomes Pereira Ramos —, viajando de Jaraguá para Bonfim (Silvânia), viu desgarrar-se da comitiva, no sítio das Antas, então risonho pouso de tropeiros, um animal — o que conduzia, entre outros pertences, uma imagem de Nossa Senhora Santana. Efetuadas as buscas e localizada a alimária, deitada com a carga, não conseguiram os camaradas levantar a canastra em que estava a Santa. Interpretando a ocorrência como um desejo de Santana de ali permanecer, prometeu a dama ofertá-la a primeira igreja que se erigisse no local, o que se deu em 1871, sob a orientação de seu próprio filho — GOMES DE SOUSA RAMOS.

2. **Referências de Viajantes ao Lugar.**

Em 1819, passando pela região, Augusto Saint-Hilaire teve ensejo de hospedar-se na Fazenda das Antas, onde hoje se ergue a cidade. “Português de nascimento e brasileiro de coração”, o marechal Raimundo José da Cunha Matos nos dá notícia da citada propriedade, encravada no rio do mesmo nome. E Francis Castelnau, no recuado ano de 1844, chega a falar em “localidade de Antas”. O certo é que nas vizinhanças dos cursos d’água — Góis, Antas, Capuava, Ce-

sário, Água Fria, João de Ahy (Jundiaí) — moravam, em 1865, os senhores Joaquim e Manoel Rodrigues dos Santos, José Inácio de Sousa, Manuel e Pedro Roiz, Camilo Mendes de Moraes, Manuel Rodrigues da Silva e outros lavradores. Sendo o local saudável, com bons pastos e aguadas excelentes, nele pernoitavam viajantes e tropeiros, surgindo casas e palhoças.

3. Patrimônio Doado a Nossa Senhora Santana.

Mudou-se para o incipiente lugarejo, em 1870, GOMES DE SOUSA RAMOS, natural de Meia Ponte (Pirenópolis) e radicado em Jaraguá — filho de Gomes Pereira Ramos e de Ana das Dores Almeida. Homem viajado, operoso e inteligente, antevendo as possibilidades do local, resolveu estimular seu desenvolvimento, obtendo, de alguns moradores, a doação de uma gleba de terra para o patrimônio de Nossa Senhora Santana, conforme o documento que se segue:

Dizemos nós abaixo assignados que entre os bens que possuímos livres e dizimbargados como bem huma parte de terras que temos na beira do rio das Antas que divide pelo veio da água acima com os Nunes, pe. estra, digo para baixo pela estrada para o campo com o Catingueiro. Damos de nossa livre vontade para Nossa Senhora Santa Ana e por havermos dado mandamos passar este título que ficará pertencendo de hoje em diante a essa Santa e por havermos dado mandamos este.

Sítio do Monjolo, 25 de abril de 1870.

(aa) — A rogo de Joaquim Rodrigues dos Santos, Elias Gomes da Paixão. A rogo de Ignacio José de Sousa, João Gomes de Moraes. A rogo de Manuel Roiz dos Santos, Damião Alves Peixoto. Camilo Mendes de Moraes. A rogo de Pedro Roiz dos Santos, Joaquim Ignácio Godoy.

De posse da mencionada doação, GOMES alcançou do bispo Diocesano, Dom Joaquim Gonçalves de Azevedo, a 17 de maio de 1870, licença para edificar uma capela com a invocação de Santana, na margem do ribeirão das Antas, município de Meia Ponte, nela entronizando a imagem prometida por sua mãe — dona ANA DAS DORES ALMEIDA.

4. Aspectos Históricos.

- a. Doação do Patrimônio a N. S. Santana: 25 ABR 1870.
- b. Pedido de Criação da Freguesia: 2 MAI 1872.

- c. Criação da Freguesia de Santana de Antas: 6 AGO 1873.
- d. Estabelecimento dos Limites: 18 JUN 1879.
- e. Mudança de Denominação: a 19 JUL 1884 passou a denominação de Santana dos Campos Ricos.
- f. Retorno a Denominação Antiga: em 13 NOV 1886 voltou a ser freguesia de Santana de Antas.
- g. Elevação à Categoria de Vila: aos 15 DEZ 1887, com a seguinte cláusula: **A vila será instalada depois que forem** construídas ou adquiridas a custa dos povos, a cadeia e a casa da câmara, assim como a casa para a escola.
- h. Instalação da Vila: a 10 MAR 1892.
- i. Elevação a Cidade: em 31 JUL de 1907, com a denominação de ANÁPOLIS, topônimo sugerido por Moisés Augusto de Santana ("Lavoura e Comércio" de 23 NOV 1904).

5. Aspectos Geográficos.

- a. Localização: O município de ANÁPOLIS fica no Planalto Central, parte meridional do Estado anhanguerino, entre Brasília e Goiânia, com porção de seu território no "Mato Grosso de Goiás".
- b. Posição Geográfica:
 - Latitude S: 16° 19' 48".
 - Longitude W Gr: 48° 58' 23".
- c. Limites: Ao N com Pirenópolis; a NE com Abadiânia; a E com Abadiânia e Silvânia; a SE com Silvânia; ao S com Leopoldo de Bulhões e Goianópolis; a SW com Nerópolis e a W com Ouro Verde de Goiás.
- d. Área.

1940	2.622	km ²
1950	2.381	km ²
1960	1.800	km ²
1970	1.263	km ²

- e. Altitude.
Entre 900 e 1.000 metros.
- f. Bacias Hidrográficas.
Possue rios de duas bacias. **Paraná** — João Leite, Antas, Piancó, etc.; **Amazônica** — Trairas, Tiririca, Padre Sousa, etc.

g. Chuvas.

Em 1973, as precipitações pluviométricas atingiram a 1.600 mm.

h. Clima.

Ameno, com a temperatura oscilando entre 33 e 7º (1973).

i. População.

1940	39.148
1950	50.338
1960	68.732
1970	105.121

j. Distritos.

(1) — Já elevados a municípios:

- NERÓPOLIS — lei nº 104, de 1º AGO 1948;
- NOVA VENEZA — lei nº 2.095, de 14 NOV 1958;
- DAMOLÂNDIA — lei nº 2.120, de 14 NOV 1958;
- BRASABRANTES — lei nº 2.090, de 14 NOV 1958;
- GOIANÁPOLIS — lei nº 2.142, de 14 NOV 1958;
- OURO VERDE de GOIÁS — lei nº 4.592, de 1º OUT 1963.

(2) — Atuais:

- SOUSÂNIA, criado a 3 AGO de 1903, com o nome de Boa Vista de Trairas;
- INTERLÂNDIA, antigo Pau Terra, elevado a distrito em 1953;
- RODRIGUES NASCIMENTO, ex-Campo Limpo, criado pela lei nº 43, de 15 JUN 1963.

l. Transportes:

É servido:

- Ferrovia — Viação Férrea Centro Oeste S/A;
- Rodovias:

Federal: BR-090 (Anápolis — Brasília) — BR-414 (Anápolis — Fortaleza) e BR-153 (Anápolis — Belém).

Estadual: GO-57 (Anápolis — Nerópolis) — GO-18 (Anápolis — Ouro Verde de Goiás) e GO-13 (Anápolis — Leopoldo de Bulhões).

Municipal: Em todas as direções.

— Linha Aérea: Não possui linha aérea regular.

m. Distâncias.

(1) De Goiânia:

- Rodovia: 54 km.
- Ferrovia: 145 km.

- (2) De Brasília:
 - Rodovia: 148 km.
 - Ferrovia: 388 km.
- (3) De São Paulo:
 - Rodovia: 1.010 km (via Barretos).
 - Ferrovia: 1.185 km. (via Ribeirão Preto).
- (4) Do Rio de Janeiro:
 - Rodovia: 1.208 km. (via Brasília).
 - Ferrovia: 1.505 km. (via Belo Horizonte).

6. Aspectos Cívicos.

a. Nome.

ANÁPOLIS — cidade de Ana, é uma homenagem a padroeira do município: Santa ANA, Sant'Ana, Santana. Surgiu o topônimo, ano antes da elevação da vila à categoria de cidade, da pena de Moisés Augusto de Santana (1), então residente na localidade: "... **Santana de Antas, a bela e encantadora ANÁPOLIS, cujo nome é sempre ouvido com simpatia por quantos se interessam pelos negócios de além Paranaíba...**" ("Lavoura e Comércio" de 23 de novembro de 1904).

b. Denominações que já teve o Município:

Até 1870 a região teve vários nomes: Cabeceira do Rio das Antas, Sítio das Antas, Bairro das Antas, Góis, Bairro dos Rodrigues e Antas. Depois, as designações que se seguem:

- 1871 — Capela de Santana das Antas.
- 1873 — Freguesia de Santana das Antas.
- 1884 — Freguesia de Santana dos Campos Ricos.
- 1886 — Freguesia de Santana de Antas.
- 1887 — Vila de Santana de Antas.
- 1907 — ANÁPOLIS.

c. Divisas.

(1) — **Trabalhamos com Otimismo.**

Raul Balduino de Sousa.

(2) — **Plantando o Futuro.**

Henrique Antônio Santillo.

(1) — Moisés batizou a sua primogênita, natural de Antas, com o nome de **Antesina** (1902), e o filho, nascido em 1905, registrou-o com o nome de Joaquim **Anapolino**.

(3) — **É Tempo de Crescer.**

José Batista Junior.

(4) — **Unir para Construir.**

Irapuan Costa Junior.

Eurípedes B. Junqueira.

d. A Bandeira.

(1) — Foi criada pela lei nº 14, de 17 DEZ 1900;

(2) — Pela lei nº 19, de 25 JUN 1901, foi modificada;

(3) — A lei nº 85/56 autorizou a criação de nova Bandeira;

(4) — A atual Bandeira foi instituída pela lei nº 59/67.

e. Brasão Municipal.

Mandado elaborar pela lei nº 74/56, foi instituído pela lei nº 59/67.

f. Feriados Municipais.

(1) Lei nº 36, de 21 MAR 1903:

Art. 1º — São feriados municipais:

— o dia 10 de março, aniversário da instalação deste município (1892);

— o dia 1º de maio, aniversário da promulgação da Lei Orgânica de Município (1896);

— o dia 6 de agosto, aniversário da criação da freguesia de Santana das Antas (1873);

— o dia 15 de dezembro, aniversário da elevação da freguesia de Santana das Antas à categoria de vila (1887).

(2) Lei nº 93/68:

São considerados feriados municipais:

.....
31 de julho — aniversário da cidade.

g. Hino.

Não existe hino oficial.

h. Hino do Cinquentenário.

A lei nº 106/56, autorizou um concurso para elaboração da letra e música do hino do cinquentenário, conquistado por Clóvis Guerra, com música de J. Inocêncio.

7. Aspectos Administrativos.

a. Poder Executivo.

Para instalação da vila, criada em 1887, foi nomeada a 25 FEV 1892, a seguinte Junta Administrativa:

José da Silva Batista — Presidente
Lopo de Sousa Ramos
Francisco da Luz Bastos
Modesto Sardinha de Siqueira
Henrique Domingos de Sousa

A gestão da Junta foi curta, pois a 24 de abril de 1893 tínhamos a primeira eleição. De lá aos dias de hoje, tivemos os seguintes governantes: Lopo de Sousa Ramos (93-95), Antônio Pereira de Sousa Dutra (95-97), Manuel Francisco da Abadia (97-99), Antônio Crispim de Sousa Sobrinho (99-903), Américo Borges de Carvalho (903-907), Joaquim Prudêncio Batista (911-915), Cristovão Campos (15-19), Odorico da Silva Leão (19-23), Graciano Antônio da Silva Filho (23-27), Adalberto Pereira da Silva (27-30), João Luís de Oliveira (30-34), Irani Alves Ferreira (34), José Fernandes Valente (34-40), Manuel Demóstenes Barbo de Siqueira (40-43), Joaquim Câmara Filho (43-45), Graciano Antônio da Silva Filho (45), José do Couto Dafico (45-46), Plínio Abadia Gonzaga Jaime (46), Graciano Antônio da Silva Filho (46-47), Adail Lourenço Dias (47), Baltazar dos Reis (47), Carlos de Pina (47-51), Sócrates M. Diniz (51-53), João Luís de Oliveira (53-55), Carlos de Pina (55-59), Heli Alves Ferreira (59-62), Jonas Ferreira Alves Duarte (62-65), Raul Balduino de Sousa (65-69), Henrique Antônio Santillo (69-73), José Batista Júnior (73), Irapuan Costa Junior (73-74), Eurípedes B. Junqueira (74-75) e Jamel Cecílio (75-..).

b. Poder Legislativo.

O primeiro presidente do Conselho Municipal, eleito a 24 de abril de 1893, foi Antônio Crispim de Sousa Sobrinho, o qual teve, como conselheiros, os seguintes cidadãos: Teodoro da Silva Batista, Vicente Gonçalves de Almeida, Floro Santana Ramos, Antônio Batista Arantes e Modesto Sardinha de Siqueira.

Outros presidentes do Legislativo: Antônio de Sousa Ramos (95) Adolfo da Silva Batista (99), Manuel Teodoro Batista (907), Antônio Xavier Nunes (15), Clarindo de Bastos (17), Pacífico Alves da Cruz (20), Arlindo Costa (24), Faustino Plácido do Nascimento (29), Elizeu Jorge Campos, Adail Lourenço Dias, Plácido Campos, José

Batista, Anapolino Silvério de Faria, Antônio Luís Moreira, Moacir Potiguara Maia de Azeredo, José Batista Junior, Jeverson Canedo, João Furtado de Mendonça, Luís Vieira, Antônio O. Brasil, Antônio Alves Carneiro, Antônio Marmo de Canedo, Amador Abdala e João Batista da Silveira.

c. Poder Judiciário.

O primeiro juiz de direito da comarca foi Gastão de Deus Vítor Rodrigues, que a instalou no dia 16 de abril de 1915. Outros juizes: Jovelino de Campos (21-35), Benedito Batista de Abreu (35-38), Jorge de Moraes Jardim (38-40), Renato Félix de Sousa (40-44), Alceu Galvão de Velasco (44-53), Geraldo Bonfim de Freitas (52-53), Ario-ne Correa de Moraes (54-58), Jorge Salomão (54-64), Rivadávia Licínio de Miranda (59-61), Feliciano Machado Braga (61-68), Syr Roriz (67-69), Joaquim de Araújo Leite (62-75), Manuel Luís Alves (64-..), Clementino de Alencar Lima (69-..), Simão Fernandes da Cunha (69-..) e Almir Fernandes de Sousa (69-..).

d. Alguns Funcionários:

Agente do Correio (1º) — Rubem Ribeiro Camelo (87); Coletor Estadual (1º) — João Vaz da Costa (88); Inspetor de Quarteirão (1º) — Silvério Pedro da Silva (73); Professor (1º) — Joaquim Sebastião de Bastos (73); Juiz de Paz (1º) — Silvério Pedro da Silva (84); Inspetor Paroquial (1º) — Pe. Francisco Inácio da Luz (73); Delegado Literário (1º) — Gomes de Sousa Ramos (76); Escritão do Registro Civil (1º) — Joaquim Sebastião de Bastos; Juiz Municipal (1º) — Manuel Francisco da Abadia; Professora de Escola Feminina (1a.) — Maria Elisa Crispim (91); Juiz Distrital (1º) — Vicente Gonçalves de Almeida; Sub-promotor (1º) — Luís Ferreira França (87); Delegado de Polícia (1º) — Anacleto Gonçalves de Oliveira (89); Promotor (1º) — Adolfo da Silva Batista (915); Carcereiro (1º) — Pedro Alves Ferreira; Coletor Federal — Godofredo Xavier Nunes.

e. Anápolis Área de Interesse da Segurança Nacional.
Decreto nº 1.284, de 28 de agosto de 1973:

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 55, ítem I, da Constituição, decreta:
Art. 1º — É declarado de interesse da Segurança Nacio-

nal, para os efeitos do artigo 15, § 1º, alínea b, da Constituição, o município de Anápolis, do Estado de Goiás.

Art. 2º — Ao município referido no artigo anterior, aplica-se o disposto no artigo 2º, 3.º, 4º e seus parágrafos, da lei nº 5.449, de 4 de junho de 1968, com a redação dada pelo decreto-lei nº 560, de 29 de abril de 1969.

Art. 3º — Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 28 de agosto de 1973, 152º da Independência e 85º da República.

Emílio G. Médici.

Alfredo Buzaid.

8. Aspectos Religiosos.

a. Igreja Católica.

(1) — Licença para construção da Capela: 17 MAI 1870.

(2) — Primeiro Pároco: 3 NOV 1871, conforme ato abaixo:

Provisão, provendo o Pe. FRANCISCO INÁCIO DA LUZ na ocupação de capelão do curato da Capela de Santana das Antas, no distrito de Meia Ponte, procedendo na administração do sacramento do matrimônio impor de acordo com os Revdos, párocos de Meia Ponte, Bonfim, Corumbá e Campinas, podendo levar a dita ocupação até à distância de quatro léguas a partir da dita Capela para as três primeiras freguesias acima declaradas, e até a divisa para a de Campinas, tudo em quanto não mandar-se o contrário. (Livro nº 5 — Clero, Provisões e Cartas de Ordens — 1864 — 1889).

(3) — Criação da Paróquia de Santana: 6 de agosto de 1875, com a cláusula de instalação canônica somente depois da construção de um bom templo para o culto divino.

(4) — Freguesia Instalada e Canonicamente Instituída: 5 ABR 79.

(5) — Festa de Santana em 1893:

Com toda a pompa, fez-se nesta vila de Antas a festa da padroeira, havendo por essa ocasião novenas, sendo os três últimos dias com música de Corumbá, à qual foi muito apreciada.....

Concorreram com muita animação os festejos públicos que constaram de cavalhadas e representação do drama — Fantasma Branco — que foi repetido e a comédia — O Marido Mulher. (“Estado de Goiás”, SET 93).

(6) — Reconstrução da Igreja de Santana.
Com autorização de Dom Prudêncio, a reconstrução se deu em 1909, sendo vigário da cidade o Pe. Enrique Isquierdo Oliver.

(7) — Criação da Paróquia do Bom Jesus: 26 ABR 1935.

(8) — Criação de outras Paróquias: 11 FEV 1961, com as denominações que se seguem:

— Santo Antônio;

— São Sebastião;

— São Francisco.

(9) — Criação da Diocese de Anápolis.

Pela bula **De Animarum Utilitate**, de 28 de outubro de 1966, foi criada a diocese de Anápolis e nomeado o primeiro bispo — Dom Epaminondas José de Araújo.

(10) — Instalação da Diocese: 10 DEZ 1966.

(11) — Vigários da Paróquia de Santana:

Francisco Inácio da Luz (71-75) — Luís Manuel dos Anjos (76-91) — Francisco Xavier da Silva (91-99) — Francisco da Cunha Leal Peixoto (99-902) — João Marques (902-907) — Enrique Isquierdo Oliver (907-918) — Miguel Soler Diego (18-20) — Oscar Ferreira da Silva (20-25) — Ângelo Garcia Cordovile (25-31) — Abel Ribeiro Camelo (31-32) — João Olímpio Pitaluga (32-35) — Luís Maria Zeferino (35-43) — Jaime A. Schuck (44-45) — Connal O. Leary (45-46) — Bernardo J. Trainnor (46-49) — Celso Hayes (51-53) — Domingos Foley (54-56) — João Francisco Granahan (57-58) — Pedro Schaffner (59-61) — Maurício Brick (62-64) — Tiago Mc. Geady (65-66) — Edmundo Fox (66-67) — Francisco Vicente da Silva (68-70) — Carlos Vianney (70-71) — Silvestre Glynn (71-...).

(12) — Vigários da Paróquia do Bom Jesus:

João Olímpio Pitaluga (35-48) — Domingos Foley (48-52) — Luís Foley (52-55) — Nelson Rafael Fleuri (55-56) — João Olímpio Pitaluga (56-

66) — Gregoriano dos Santos Filho (66-67) — Pedro Alexandre Sobrinho (67-69) — Aloisio Ca-tão Torquato (71-..).

(13) — Direção das outras Paróquias:

De Santo Antônio — Congregação do Divino Es-pírito Santo; De São Sebastião — Ordem dos Frades Menores Capuchinhos; De São Francis-co — padres Franciscanos.

b. Espiritismo.

Foi na década de 20, sob a direção de Joaquim Firmo de Velasco e outros, que o espiritismo tomou impulso na ci-dade, tendo hoje diversos Centros e inúmeros adeptos.

c. Igrejas Evangélicas.

Com a chegada do doutor James Fanstone em Anápolis (1925), houve a expansão das Igrejas Evangélicas, que hoje contam mais de vinte mil crentes.

d. Igreja Ortodoxa.

Construída em 1958, tem a direção do padre José Homsí, difundindo entre os sírios e libaneses o culto ortodoxo e os ensinamentos cristãos.

9. Aspectos Educacionais.

a. Primeira Escola.

Foi criada pela Resolução nº 512, de 4 AGO 73, dois dias antes da criação da freguesia de Santana das Antas:

Antero Cícero de Assis, Presidente da Província de Goiás:

Faço saber a todos os seus habitantes que a As-sembléia Legislativa resolveu e eu sancionei a Resolu-ção seguinte:

Artigo único. — Fica criada uma aula de primeiras letras para o sexo masculino na Capela de Antas, na freguesia de Meia Ponte, revogadas as disposições em contrário.

b. Primeiro Inspetor Paroquial: Pe. Francisco Inácio da Luz, designado a 6 de setembro de 1978.

c. Primeiro Professor: Joaquim Sebastião de Bastos, no-meado em 1873.

d. Outros Professores — até 1900:

Gomes Pereira da Silva — Modesto Sardinha de Siquei-ra — José da Silva Batista — Luís Pedro Xavier Guima-rães e Adolfo da Silva Batista.

- e. Primeira Professora Estadual: Maria Elisa da Costa Crispim, nomeada em 1891 — para aula do sexo feminino.
- f. Outros Professores — até 1907:
Felicíssimo do Espírito Santo — João Messias Castelo Branco — Joaquim Bonifácio Gomes de Siqueira — Moisés Augusto de Santana e Honestino Monteiro Guimarães.
- g. Delegados Literários — até 1909:
— Gomes de Sousa Ramos — 12 ABR 76 a SET 89;
— Francisco da Luz Bastos — SET 89 a DEZ 94;
— Joaquim Crispim de Sousa — DEZ 94 a AGO 95;
— Anacleto Gonçalves de Almeida — AGO 95 a JAN 904;
— Américo Borges de Carvalho — JAN 904 a FEV 905;
— Floro Santana Ramos — FEV 905 a NOV 908;
— Antônio Xavier Nunes — NOV 908 a MAI 909;
— Floro Santana Ramos — MAI 909.a
- h. Mais Professores — até 1930:
Acácio de Bastos — Joaquim Gomes Pinto — Pedro Antônio Martins — Júlio Henrique de Bastos — Jerônimo de Carvalho — Arlindo Costa — Segismundo Batista — Faustino Plácido do Nascimento — José de Araújo — Josino Ferreira Bretas — Jarbas Jaime — Péricles Santana Ramos — Moacir Potiguara M. de Azeredo — Abílio Fraissat — Francisco Bernardes — Genésio Pinto, etc.
- i. Outras Professoras:
Messias Gomes Pereira da Silva — Maria Santana Sampaio — Olívia de Queiroz Barreto — Ernestina de Sousa Dutra — Julieta Nince Costa — Maria Diná Crispim — Bermira Maia de Azeredo — Vitoriana do Nascimento — Joana de Melo — Maria de Amorim Ramos.
- j. Licença para Fundação do Instituto de Ciências e Letras.
O Secretário do Interior e Justiça, através de portaria datada de 27 de fevereiro de 1925, concedeu ao doutor Genserico Gonzaga Jaime e outros licença para fundar em Anápolis um estabelecimento de ensino secundário, com denominação de Instituto de Ciências e Letras.
- l. Designação de Professores para o Grupo Escolar: a 11 de fevereiro de 1926, pelo decreto nº 8.913, o Presidente do Estado nomeou o professor Alarico Torres Verano para diretor do Grupo Escolar e, para professoras Orávia Cunha e Laurinda Seixo Brito.

- m. Instalação do Grupo Escolar — Novas Professoras.
O grupo Escolar foi instalado aos 18 de março de 26, aparecendo como professoras interinas Belmira Maia de Azeredo e Zanira Ferreira de Campos.
- n. Fundação da Escola Normal: 4 de abril de 1931.
- o. Número de Alunos em 1974 (1º e 2º ciclos):

— Primário (urbano)	24.987
— “ (rural)	2.875
— MOBRAL	1.438
— Ginásial	10.239
— Colegial	772
— Normal	938
— Comercial	330
— Industrial (SENAI)	176
— Agrícola	100
	<hr/>
	41.825

p. Escolas de Ensino Superior:

- Faculdade de Filosofia “Bernardo Sayão” (1960);
- Faculdade de Direito (1968);
- Faculdade de Odontologia (1971);
- Faculdade de Ciências Econômicas (1973).

q. Primeiros Jornais:

“Correio de Anápolis” (1929), de Adalberto Pereira da Silva; “Voz do Sul” (1930), de José Lourenço Dias; “X” (1931), de Adail Lourenço Dias; “O Verbo” (1931), de Jarbas Jaime; “A Luta” (1931), de A. G. Pinto; “O Anápolis” (1934), de Nicanor de Faria e Silva.

r. Primeira Escola de Instrução Militar.

Criada em 1929, teve a orientação do sargento Arlindo Pereira Cardoso.

s. Estações de Rádio.

- Rádio Carajá de Anápolis;
- Rádio Cultura de Anápolis;
- Rádio Imprensa de Anápolis;
- Rádio Jovem San;
- Rádio São Francisco.

10. Aspectos Literários.

a. Alguns Escritores:

Arlindo Costa (**Lírios do Vale** — 1907) — Galeno Americano do Brasil (**Edemas** — 1917) — Gastão de Deus

Vítor Rodrigues (**Páginas Goianas** — 1917) — Gensericco Gonzaga Jaime (**Tétano Cefálico de Origem Sifilítica** — 1925) — Adalberto Pereira da Silva (**Questão de Direito Municipal** — 1929) — Adail Lourenço Dias (**Salários de Concuébinas, Da Fraude à Execução, Dos Efeitos Jurídicos do Vale**, etc.) — Jarbas Jaime (**Do Passado ao Presente, Famílias Pirenopolinas**, etc.) — Francisco Lopes de Azeredo (**Dados Geográficos e Históricos de Anápolis**, etc.) — Carmo Bernardes (**Jurubatuba, Reçaga**, etc.) — Ursulino T. Leão (**Maya, Existência de Marina**, etc.) — João Olímpio Pitaluga (**Vida do Cura D'Ars**) — Humberto Crispim Borges (**Chico Melancolia, História de Anápolis**, etc.) — Décio Jayme (**Primícias**) — Paulo Nunes Batista (**Cantigas de Paz, Canto Presente**, etc.) — Rivadávia Xavier Nunes (**O Estudante Rui Barbosa**) — Iron Junqueira (**Há Tantas Flores pelo Caminho, Raio de Sol**, etc.) — João Friedmann (**Macho e Fêmea Deus os Criou**) — Dídimo de Melo (**O Dentista e o Batoteiro**) — Maria Eduvirges e outros (**Anápolis em Tempo de Poesia**) — Ercila Macedo (**Um Contista Goiano**) — Epaminondas José de Araújo (**O Leigo e a Igreja**) — Jaime Fanstone (**Missionary Adventure in Brazil**) — Laila Navarrete — Maria Ivone — Carmen X. Nunes, Maria Prottis, Jarbas Jaime Filho, Eurico Velasco, etc. etc.

b. Jornalistas:

A. G. Pinto — João Luís de Oliveira — Lincoln X. Nunes — Waldemar de Melo — Haroldo Duarte — Washington Barbosa — Sebastião Junqueira — Érides Guimarães — Luís de Godói — Declieux Crispim Sobrinho — José Asmar — Moacir Junqueira, etc. etc.

11. Aspectos Econômicos.

a. Agricultura e Comércio.

A produção agrícola teve, no passado, capital importância no desenvolvimento econômico de Anápolis. As grandes safras de café, arroz, milho, feijão, etc., pela qualidade e abundância dos produtos, deram-lhe fama nacional. Todavia, perdendo a melhor parte de seu território — elevação de seis distritos a municípios —, e a concentração da população na cidade (83%), a produção agrícola diminuiu, distinguindo hoje a pecuária, sobretudo pela excelência dos rebanhos. Por outro lado, houve o surgimento de novas facetas econômicas

— safras de banana, laranja, tomate; a criação de aves; o comércio da carne, leite, ovos, além de silos para os cereais.

b. Indústrias.

Pequenas indústrias existentes no município: beneficiamento de arroz — 71, cerâmicas e olarias — 32, fábricas de móveis — 34, fábricas de calçados — 21, fábricas de esquadrias metálicas — 16, fábricas de colchões — 11, industrialização de carne — 8, gráficas — 8, desdobramento de madeiras — 8, fábricas de doces — 8, fábricas de carrocerias e carroças — 7, fábricas de artefatos de cimento — 7, fábricas de bebidas e refrigerantes — 5, recauchutagem de pneus — 5, torrefações — 4, fábricas de arreios — 3, malharias — 2, fábricas de tubos plásticos — 2, fábricas de camas — 2, fábricas de macarrão — 2, marmorarias — 2, além de cortumes, fábricas de óleos comestíveis, de fornos e fogões, de sabões, de baterias, de malas, de derivados do leite, de tecidos etc. etc.

c. Comércio.

Dados relativos ao ano de 73, fornecidos pelo IBGE:

— Estabelecimentos: atacadistas — 60, varejistas — 1.550;

— Hospedagem: hotéis — 13, pensões — 42;

— Postos de gasolina — 35;

— Drogarias e Farmácias — 29;

— Restaurantes — 46;

— Bares e Botequins — 192;

— Salões: de barbeiro — 108, de beleza — 42.

d. Transportes Rodoviários (viaturas em 73 — IBGE):

Automóveis — 2.561, caminhões — 1.160, camionetas — 316, ônibus — 120, jipes — 149 e outros — 621.

e. Finanças.

Receita em 1973:

— Da Prefeitura	Cr\$ 20.645.717,70
— Do Estado	Cr\$ 44.673.037,32
— Da União	Cr\$ 19.297.326,00

12. Aspectos Sociais.

a. Prédios:

— Total: 22.924; Ligações à rede d'água: 8.643; ligações à rede de esgoto: 3.080.

- b. Energia Elétrica:
 - Focos de iluminação pública — 3080; Voltagem — 220; Frequência (ciclos p/seg) — 60.
- c. Sindicatos:
 - De empregados — 6; De empregadores — 2.
- d. Profissionais Liberais (militantes):
 - Médicos — 83; Dentistas — 45; Farmacêuticos — 27; Advogados — 105; Engenheiros — 10; Agrônomos — 8; Químicos — 4; Veterinários — 5; Economistas — 4.
- e. Assistência Médica:
 - Hospitais — 14; Número de Leitos — 986; Pronto Socorro — 1; Posto de Saúde da OSEGO — 1
- f. Entidades Beneficentes.
 - Inúmeras.
- g. Clubes Sociais.
 - Lions Clube de Anápolis Anhanguera — Lions Clube Anápolis Centro — Clube Recreativo Anapolino — Automóvel Clube — Clube Recreativo Evangélico — Ipiranga Atlético Clube — Jôquei Clube de Anápolis — Rotary Clube de Anápolis — Rotary Clube de Anápolis Norte e outros.
- h. Cinemas.
 - Cine Santana — Cine Vera Cruz — Cine Santa Maria — Cine Roque.
- i. Estádios.
 - Estádio Municipal Jonas Duarte e dos Clube Amadores.
- j. Ginásios.
 - Ginásio Prof. Geraldo Rosa e do SESI.

13. Outros Aspectos.

a. Primeiro cemitério: foi construído em 1882, por Ângelo José de Sousa e doado à igreja.

b. Resultado da eleição de 1905:

— Presidente do Estado:

Miguel da Rocha Lima 25.539

— Vice-presidente:

1º — José Balduino de Sousa 26.013

2º — Francisco Bertoldo de Sousa .. 25.181

3º — JOSÉ DA SILVA BATISTA 25.059

Na Revolução de 1909, impedidos o Presidente, o 1º e 2º vice, José da Silva Batista assumiu a governança do Estado por três meses.

- c. Em 1914 inaugurou-se na cidade o primeiro bilhar, de propriedade de Antônio Pereira Valverde.
- d. Inauguração da 1a. estrada de automóvel: o fato se deu em 1920 e a estrada ligava Roncador (ponto final da EFG) a Anápolis, passando por Campo Formoso (Orizona) e Bonfim.
- e. Luz elétrica: foi inaugurada a 9 de janeiro de 1924.
- f. Primeiro jardim público: inaugurado a 2 agosto de 1926.
- g. Telégrafo: foi inaugurado a 19 de novembro de 1926.
- h. Primeiro avião do Correio Aéreo Nacional que desceu na cidade: 2 de dezembro de 1931, sob a direção dos tenentes José Gomes Ribeiro e Joelmir Campos de Ara-ripe Macedo, atual Ministro da Aeronáutica.
- i. Inauguração da Estrada de Ferro: 7 de setembro de 1935.

14. Base Aérea de Anápolis.

Com a aquisição pelo Governo brasileiro, da França, de dezesseis aviões Mirage III, efetuada a 10 de maio de 1970, pouco depois teve início a construção da Base Aérea de Anápolis. A direção dos trabalhos, na fase intermediária e final, foi encabeçada pelo coronel aviador Jaime Silveira Peixoto, que desenvolveu intensa atividade, dando ensejo que a 21 de março de 73, com a pista praticamente construída, alçasse vôo, no céu goiano, o primeiro Mirage III BR.

Gastos iniciais:

— Infra-estrutura aeroportuária	Cr\$ 44.214.417,06
— Obras militares	Cr\$ 33.148.087,20
— Plano habitacional	Cr\$ 25.758.514,66
— Vida vegetativa	Cr\$ 116.513,64
		<hr/>
SOMA	Cr\$ 103.237.532,56

Ao final do ano de 73, a 1a. ALA DA DEFESA AÉREA — nome dado a Unidade sediada naquela Base —, contava com 34.350 m² de área coberta; com 433.355 m² de área pavimentada; com 21.250 m de redes e com 35.708 m² de residências construídas.

15. Homens Públicos do Município.

a. O doador

JOAQUIM RODRIGUES DOS SANTOS (1836-1912) — foi o principal doador do patrimônio de Nossa Senhora Santana (25-ABR-1870).

b. O fundador.

GOMES DE SOUSA RAMOS (1837-1889) — natural de Meia Ponte, foi o fundador da cidade.

c. O consolidador.

JOSÉ DA SILVA BATISTA (1856-1910) — foi o consolidador do município, chegando, de simples professor de primeira letras a Presidente de Estado.

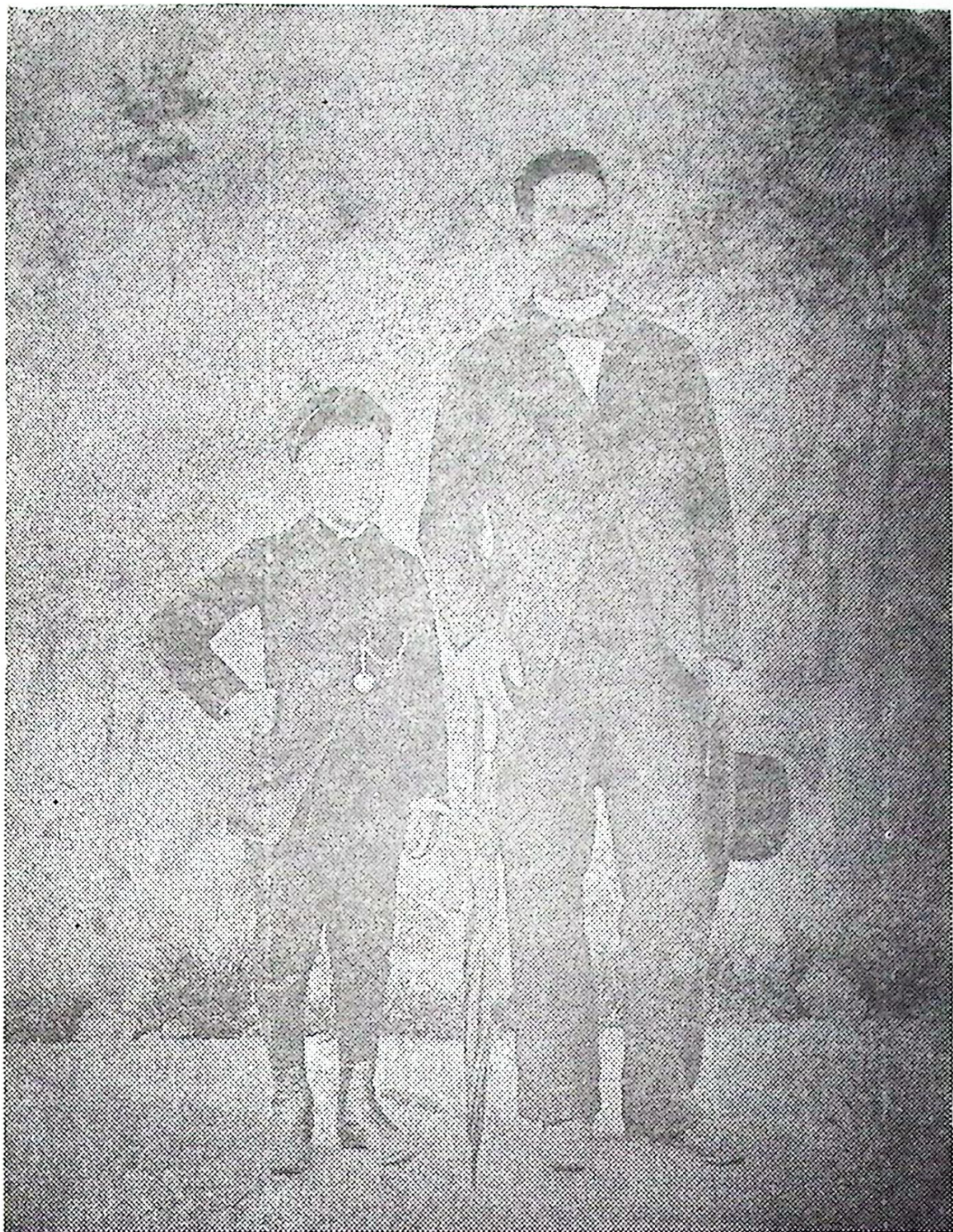
d. Outros homens públicos:

Joaquim Crispim de Sousa, Benedito Borges de Almeida, Manuel Francisco da Abadia, Antônio Batista Arantes, Francisco da Luz Bastos, Francisco Sebastião de Bastos, Antônio Crispim de Sousa Sobrinho, Adolfo da Silva Batista, Américo Borges de Carvalho, Arlindo Costa, Francisco Silvério de Faria, Francisco Joaquim de Carvalho Fontes, Genserico Gonzaga Jaime, Odorico da Silva Leão, Joaquim Prudêncio Batista Arantes, Faustino Plácido do Nascimento, Antônio Xavier Nunes, Francisco Xavier de Oliveira, João Luís de Oliveira, Aquiles de Pina, Zaqueu Crispim, Gomes de Santana Ramos, Lopo de Sousa Ramos, Graciano Antônio da Silva, Narceu de Almeida, Silvério Pedro da Silva, José Fernandes Valente, Joaquim Firmo de Velasco, Alarico Torres Verano, Cristovão, Campos, etc. etc.

ANTÔNIO CÂNDIDO DE CARVALHO

Um grande sertanista goiano.

Basileu Toledo França



Antônio Cândido de Carvalho, desbravador do leste mato-grossense, um dos primeiros brancos que viveram na região do São Lourenço, responsável pelo levantamento do rio das Garças e descobridor das suas cabeceiras, em uma tentativa patriótica de ligar as bacias do Prata e Amazonas, no dia 21 de junho de 1897.

Foto tirada no fim de 1900, com o filho Jonas, que se tornaria mais tarde uma das pessoas de maior projeção em Guiratinga, ex-Lageado, no Estado de Mato Grosso.

José Carvalho Bastos, um paulista de Franca do Imperador, chegou ao sudoeste por volta de 1838, em busca de boas pastagens, seguindo a corrente de migração interna que já vinha desbravando Mato Grosso e outras áreas de Goiás desde 1820. Retornou mais tarde — depois de ter encontrado ali José Manuel Vilela, mineiro de Coqueiral — a fim de se fixar às margens do Bom Jardim, com a esposa Ana Cândida de Moraes Carvalho.

Dessa união nasceram 24 filhos (muitos falecidos em pequeno) e dentre ele Antônio Cândido, que se tornaria no século passado e começo deste um dos mais notáveis sertanistas do país. Casou-se com Francisca Maria de Carvalho, filha de José Antônio “do Bom Fim”, e foi morar em Lageado, levando dois casais de escravos que recebera como presente, segundo o costume da época. Tiveram os seguintes filhos: **Jonas**, casado com a prima Maria Amélia de Carvalho; **Miranda**, casado com Purcina de Assis e **Ambrosina**, casada com Josias Antônio de Carvalho. Todos com larga descendência em Mato Grosso e sudoeste de Goiás. Além destes três filhos jataienses, o notável desbravador viu nascerem nas terras matogrossenses: Antônio e mais três filhas naturais: Gerantina, Filosofina e Garcina. Faleceu no dia 25 de março de 1906, às margens do rio S. Lourenço.

Depoimentos

I — Sobre o admirável sertanista, mais conhecido pelos velhos como Tonico Cândido, encontramos em **Datas-matogrossenses**, de Estêvão de Mendonça, cronologia editada em 1919, 1º volume, páginas 344/46:

“1897 (21 de junho) — Parte do porto Itiquira, à margem direita do rio do mesmo nome, uma expedição composta de Antônio Cândido de Carvalho, Celso Pasini, José Francisco Vilela e Bonifácio de Ribeiro Macedo, acompanhado dos camaradas Salustiano Duarte Moraes, Manuel Pedro Serra Dourada, Manuel Francisco de Oliveira e Balduino José da Silva, com o fim de efetuar a exploração do rio das Garças.

Uma segunda expedição, ainda encabeçada por Antônio Cândido de Carvalho, intrépido sertanista da têmpera dos bandeirantes, e tendo como engenheiro Celso Pasini, recolheu os seguintes dados:

““O rio das Garças nasce em cima da Serra da Saudade, espigão da grande serra-mestre que, partindo de Goiás, vai para o Caiapó, e saltando o Araguaia, toma o rumo de Cuiabá.

O rio emenda as águas com as do Itiquira, e desce já formado da serra, sendo navegável a uma légua, mais ou menos, de distância da mesma.

Devido a falsas tradições de sertanejos, fomos procurar o Garças em outra bacia, dando este desvio em resultado o descobrimento das cabeceiras do rio Floriano Peixoto, o **Koghiáoparo** dos indígenas.

Este rio tem suas nascentes também em cima da Serra da Saudade, a pouca distância da extrema cabeceira do Rio Vermelho, e emenda também as águas com as do Itiquira.

Em nossa primeira exploração ao Rio Vermelho, tínhamos fundamentos para acreditar que outra água, grande, corresse a pouca distância do mesmo, supondo ser esta água grande o Rio das Garças.

Em nossa segunda viagem, porém, averiguamos ser o Floriano Peixoto que entrelaça seus braços com os do Garças em baixo da serra. Da nossa exploração às cabeceiras do **Koghiáoparo** resultou também o seguinte: que não podem mais ser geograficamente consideradas como extremas cabeceiras do Rio S. Lourenço as águas que, sob o mesmo nome, cortam do norte para o sul o caminho do Sangradouro para Cuiabá.



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
CONSELHO NACIONAL DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS.

Nº 633

Em: 28 / XII / 1948

Do: Presidente do C.N.P.I.

Ao: Sr. Basileu França — Escola Senac Paiva Meira
Rua Tiradentes, 490 — S. José do Rio Preto — EST. DE S. PAULO

Assunto: Informações sobre a vida do sertanista Antônio Cândido de Carvalho.

1. Em resposta a vossa carta de 7 de outubro último, venho prestar-vos algumas informações que a memória ainda retém, relativamente à vida intensa do sertanista goiano Antônio Cândido de Carvalho, homem probo, correto nas suas atitudes sociais, empreendedor e patriota.
2. Lembrou-me muito bem dele e, de fato, esteve êsse nosso saudoso compatriota em contato amistoso e prestativo com a Comissão Construtora de Linhas Telegráficas chefiada, de começo, pela inolvidável e grandiosa figura do então Major Antônio Ernesto Gomes Carneiro, depois General e herói da resistência da Lapa (Paraná); e depois por mim chefiada, quando, levado o telégrafo terrestre a Mato-Grosso, pela primeira vez, tocou-me o encargo de reconstruí-la em caráter permanente.
3. Antônio Cândido de Carvalho era fazendeiro de recursos no vale do rio Itiquira, que corre mais ou menos de Leste para Oeste, cerca de dois graus de latitude ao sul de Cuiabá e depois de juntar suas águas às do Pequiri, deságua à margem esquerda do rio Cuiabá; a casa de moradia dessa propriedade rural e de indústria pecuária, estava situada próximo à estação telegráfica que recebeu o nome do rio — "Itiquira" — uma das estações do ramal que, partindo da de Rio-Manso, na linha Cuiabá-Araguaia, ligou a cidade de Aquidauana.
4. Dado também a explorações do sertão, foi êle quem descobriu as cabeceiras do rio das Garças, numa segunda incursão em que insistiu neste objetivo, pois que, de sua primeira tentativa atin-

gira as cabeceiras do Tadarimana, na suposição de estar localizando as do rio das Gargas.

4. Nesta primeira entrada deu êle, logo que reconheceu o engano em que laborava, o nome de "rio Vermelho" ao Tadarimana; nome todavia que não prevaleceu na nossa cartografia.

5. De sua 2ª excursão foi que verificou que as cab. do rio das Gargas contraverte com as do Itiquira; percorreu, então, todo o rio das Gargas, desde as nascentes até sua foz no Araguaia, realizando assim, ao que nos consta, pela vez primeira, um tal percurso.

6. Além da fazenda do Itiquira, sei que ainda possuia um retiro, a que denominara de "Lorençina", no rio Aroiáu, afluente do Pogubo, um dos grandes formadores do rio S. Lourenço.

7. Regressando desta sua segunda expedição do rio das Gargas, voltou a residir na sua fazenda de Itiquira, onde permaneceu ainda algum tempo; mas não sendo feliz na principal indústria que pretendeu aí explorar — a pecuária — retirou-se para Goiás, quando, infelizmente, veio a percer atacado do terrível mal que o vitimou: a morfêia.

Com os meus protestos de simpatia e apreço, subscrevo -
-me:

Concidadão atº., todo vosso ao serviço da Pátria e da
Humanidade :



Gal. Cândido Mariano da Silva Rondon
Presidente do C.N.P.I.

O Rio Floriano Peixoto deve ser considerado como o verdadeiro eixo do S. Lourenço, pela sua posição geográfica, não só a respeito dos demais afluentes, como também pelo extraordinário volume d'água que carrega desde a região da serra.

Em vista destes fatos, as cabeceiras próprias do S. Lourenço ficam no divisor das águas entre o Rio das Garças e o **Kcghiáo-paro**, a não menos de 50 léguas da foz deste no S. Lourenço.

O Rio das Graças foi por nós navegado quase 70 léguas, desde a serra até sua foz no Araguaia. O rio não tem salto nenhum e presta-se magnificamente para uma boa navegação a vapor durante todo o ano, depois de indispensáveis trabalhos de desobstrução no seu leito.

Pela sua posição geográfica, a respeito de Itiquira e sua conformação grandiosa, constitui o verdadeiro **trait d'union** entre a bacia do Amazonas e a do Prata.

O último ponto navegável do Itiquira, uma vez dobrado o divisor das águas, fica apenas a 15 léguas de distância do ponto navegável do Garças em baixo da serra.

São magníficos, para criar, os campos das cabeceiras do Floriano Peixoto, e os sertões do Garças, ricos de boas pastagens, e matas de cultura.

Nos barrancos do Rio das Garças, temos observado importantes depósitos aluvionais de cascalho diamantino. Ainda é célebre a barra do Garças nas tradições dos garimpeiros do Araguaia, pelo muito diamante corrido que lá foi catado.

Fica portanto estabelecida, por nossa exploração, a possibilidade das comunicações fluviais entre o Rio da Prata e o Amazonas, salvando-se um pequeno trecho por terra.””

II — Vemos também, a respeito do mesmo pioneiro de Jatar, a seguinte referência de Virgílio Correa Filho, em **A cata de ouro e diamantes**, edição de 1926, páginas 60/62:

“O Sertanista audaz

Antes que surgissem as abortícias empresas de mineração, referidas no capítulo anterior, cruzava os sertões de leste um sertanista ousado, Antônio Cândido de Carvalho, que do Itiquira galgou o divisor de águas devassando as paragens circunjacentes, de onde manam o Coguiá-paro, dos bororos, o principal formador do S. Lourenço, cujo vale a tradição indígena enriquece de minas auríferas, e seu contravertente, o Rio das Gar-

ças, que se desenvolve por mais de 70 léguas, até desaguar no Araguaia.

As paisagens, que então observou dinamitaram-lhe o entusiasmo e o transformaram em propagandista das excelências da região devassada.

“São magníficos, opinou, para criar, os campos das cabeceiras do Floriano Peixoto (Coguiá-paro) e os sertões do Garças, ricos de boas pastagens e matas de cultura. Nos barrancos do Rio das Garças, temos observado importantes depósitos aluvionais de cascalho diamantino. Ainda é célebre a barra do Garças nas tradições dos garimpeiros do Araguaia, pelo muito diamante corrido que lá foi catado.”

E, empolgado pelas magnificências da região desconhecida, que dominavam os bororos, lá se radicou, fazendo prosélitos, e ampliou as suas indagações até ao vale do Rio das Pombas — o Metugoiau dos bororos, — onde foi encontrada formação aurífera.

Na sua esteira, entraram criadores atraídos pela superioridade dos campos despovoados, entraram seringueiros, a cujos golpes se dessangravam os extensos mangabais em borracha valiosa.

Como soe acontecer aos precursores, não assistiu, porém, ao desenvolvimento da região que palmilhara, nem da indústria, cujo futuro decerrou, ao revelar a riqueza diamantífera do rio das Garças.”

III — Quando estudei a vida de Tônico Cândido, uma das figuras mais extraordinárias da crônica jataiense, soube que ele havia auxiliado a construção da linha telegráfica pelo Centro-Oeste, colaborando com o legendário general Rondon. Escrevi ao ilustre oficial, então presidente do Conselho Nacional de Proteção aos Índios, e dele recebi este ofício, datado aos 28 de dezembro de 1948:

“Em resposta a vossa carta de 7 de outubro último, venho prestar-vos algumas informações que a memória ainda retém, relativamente à vida intensa do sertanista goiano Antônio Cândido de Carvalho, homem probo, correto nas suas atitudes sociais, empreendedor e patriota.

Lembro-me muito bem dele e, de fato, esteve esse nosso compatriota em contato amistoso e prestativo com a Comissão Construtora de Linhas Telegráficas chefiada, de começo, pela inolvidável e grandiosa figura do então Major Antônio Ernesto, depois General e herói da resis-

tência da Lapa (Paraná); e depois por mim chefiada, quando, levado o telégrafo terrestre a Mato Grosso, pela primeira vez, tocou-me o encargo de reconstruí-la em caráter permanente.

Antônio Cândido de Carvalho era fazendeiro de recursos no vale do rio Itiquira, que corre mais ou menos de Leste para Oeste, cerca de dois graus de latitude ao sul de Cuiabá e depois de juntar suas águas às do Pequiri, deságua à margem esquerda do rio Cuiabá; a casa de moradia dessa propriedade rural e de indústria pecuária estava situada próximo à estação telegráfica que recebeu o nome do rio — “Itiquira” — uma das estações do ramal que, partindo de Rio-Manso, na linha Cuiabá-Araguaia, ligou a cidade de Aquidauana.

Dado também a explorações do sertão, foi ele quem descobriu as cabeceiras do rio das Garças, numa segunda incursão em que insistiu neste objetivo, pois que, de sua primeira tentativa atingira as cabeceiras do Tadarimana, na suposição de estar localizando as do rio das Garças.

Nesta primeira entrada deu ele, logo que reconheceu o engano em que laborava, o nome de “rio Vermelho” ao Tadarimana, nome todavia que não prevaleceu na nossa cartografia.

De sua segunda excursão foi que verificou que as cabeceiras do rio das Garças contravertem com as do Itiquira; percorreu, então, todo o rio das Garças, desde as nascentes até sua foz no Araguaia, realizando assim, ao que nos conste, pela vez primeira, um tal percurso.

Além da fazenda do Itiquira, sei que ainda possuía um retiro, a que denominara de “Lorencina”, no rio Aoiáu, afluente do Pogubo, um dos grandes formadores do rio S. Lourenço.

Regressando desta sua segunda expedição ao rio das Garças, voltou a residir na sua fazenda de Itiquira, onde permaneceu ainda algum tempo; mas não sendo feliz na principal indústria que pretendeu aí explorar — a pecuária — retirou-se para Goiás, quando, infelizmente, veio a perecer atacado do terrível mal que o vitimou: a morféia.

Com os meus protestos de simpatia e apreço, subcrevo-me: Concidadão atº, todo vosso ao serviço da Pátria e da Humanidade

a) **Cândido Mariano da Silva Rondon**”

O testemunho inestimável do grande general Rondon é inteiramente confirmado pela tradição oral, com exceção da parte onde fala do desaparecimento de Tônico Cândido. De acordo com Antônio Miranda, segundo filho do sertanista, estava bem doente de hemorroidas e quis tratar-se no Rio de Janeiro. Como não tivesse recursos suficientes, levou dois casais de Índios bororos, a fim de dançarem o Bacururu pelas cidades onde passassem, revertendo a renda em benefício do grupo. Viajaram a cavalo da margem do rio Vermelho até a cidade de Monte Alegre, em que deixou a tropa, tomou um automóvel e foi embarcar em Uberabinha, hoje Uberlândia. Viajou sem pressa, desembarcando aqui e ali para dar espetáculos com os bugres. Na capital da República as autoridades acharam que ele estava explorando os silvícolas e telegrafaram ao governo de Mato Grosso para indagar como havia permitido que Tônico Cândido levasse aqueles dois casais. A resposta não demorou: "Ignoramos o fato." Imediatamente proibiram no Rio o Bacururu. O sertanista, após a sua operação e breve convalescência, voltou com os bororos, apesar dos conselhos de médicos que lhe diziam: "O senhor não pode ir até Mato Grosso a cavalo. Se for, o senhor morre ou prova que é de ferro." Ele retornou assim mesmo e mese sdepois, quando no dia 25 de março de 1906 voltava das margens do S. Lourenço, onde foi gozar das suas águas, faleceu em Capim Branco, perto da fazenda Jatubá, de José Antunes Maciel. Angerua, o índio que o acompanhava, enterrou-o auxiliado pelo fazendeiro no lugar chamado Buriti, distante duas léguas daquela propriedade agrícola.

Aí está em poucas linhas a trajetória do grande sertanista goiano, conhecedor de línguas indígenas, que ainda não recebeu as homenagens merecidas pela grande lição de humildade, trabalho, solidariedade e compreensão para com os indígenas, além da sua incontestável capacidade de amar o Brasil e auxiliar o marechal Cândido Mariano da Silva Rondon na construção da linha telegráfica, que ligou o Centro Oeste à civilização da orla marítima do país. Seu nome deveria, por justiça e reconhecimento da posteridade, figurar em ruas, praças e colégios como exemplo edificante para a juventude estudiosa dos nossos dias.

**ACERVO DOCUMENTAL DO SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO
DO ESTADO DE GOIÁS**

*** Dalisia Elizabeth Martins Doles**

**** Marivone Matos Chaim**

O nosso trabalho representa continuação de levantamento de fontes primárias, trabalho este iniciado no ano de 1971, sobre o qual apresentamos no VI Simpósio de Professores Universitários de História, realizado em Goiânia.

A documentação refere-se sobretudo ao século XIX, muito embora tenhamos localizado e levantado também algum material dos séculos XVIII e XX.

Nosso critério de classificação obedeceu ao assunto e à cronologia.

A documentação arrolada totaliza 371 volumes.

a) CONTABILIDADE

1 — s/data — Apólices da Dívida pública do Estado de Goiás

* Doutora em História. Professora Titular do Instituto de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal de Goiás.

** Doutora em História. Professora Assistente do Instituto de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal de Goiás.

- 2 — Conta Corrente com a Coletoria de Pirenópolis
- 3 — 1774-1782 — Conta Corrente da Aldeia de São José de Mossâmedes.
- 4 — 1832-1835 — Livro de Orçamentos Provinciais
- 5 — 1836-1868 — Livro de Registro de Quitação da Receita e Despesa na Tesouraria Provincial e Funcionários do Fisco.
- 6 — 1836-1885 — Conta Corrente com a Coletoria de Meia Ponte
- 7 — 1836-1861 — Livro de Termos de Fianças e Contratos de Serviços — Provedoria da Fazenda Provincial
- 8 — 1848 — Livro de Folha de Vencimento dos Empregados Provinciais
- 9 — 1950-1879 — Conta Corrente com a Coletoria de Vila de Jaraguá
- 10 — 1850-1857 — Folha de Pagamento dos Vencimentos dos Empregados Provinciais
- 11 — 1851 — Folha de pagamento de todos os Empregados Provinciais
- 12 — 1852-1865 — Livro de Folha de pagamento dos empregados provinciais
- 13 — 1852 — Livro de Lançamento das Contas do Contrato feito com o Agente de direção dos botes da navegação do Araguaia pelo Dr. Antônio de Pádpua Fleury, Diretor da Companhia Comercial do Araguaia.
- 14 — 1853-1856 — Livro de Lançamento dos Contratos celebrados com os voluntários engajados no serviço do exército.
- 15 — 1854 — Livro de contratos celebrados com a provedoria da Fazenda Provincial — Registro de Alvarás a favor dos Armadores dos Imposto provinciais.
- 16 — 1856-1889 — Livro de Contas Correntes com o Coletor de Formosa de Imperatriz
- 17 — 1856-1859 — Livro de Conta corrente da Tesouraria de Rendas Provinciais com Diversas
- 18 — 1856-59 — Livro de Registro de Balanços, Orçamentos
- 19 — 1856-1890 — Conta corrente da Recebedoria da Vila de Flores e outras
- 20 — 1860-1878 — Conta Corrente c/ o administrador Recebedoria da Lagoa Feia e Arrependidos
- 21 — 1860-1885 — Termos de contrato, de fianças, etc.
- 22 — 1860-1889 — Livro de conta corrente com a Coletoria da Vila da Conceição

- 23 — 1861-1891 — Livro de Fianças e Contratos com os Fornecedores de Gêneros Alimentícios aos presos pobres de cadeia da Capital
- 24 — 1868-1870 — Livro caixa de mesa de Rendas do Norte de província
- 25 — 1871-1873 — Folha de Pagamento de Aluguéis de casas de Instrução Pública
- 26 — 1872-878 — Conta corrente Recebedoria de Santo Antônio da Solenidade com a Tesouraria
- 27 — 1874-1890 — Contabilidade com Encarregados de Diversas Recebedorias
- 28 — 1875-1877 — Conta Corrente com a Agência de Arrendidos
- 29 — 1877-1890 — Conta corrente com a coletoria de Meia Ponte
- 30 — 1878-1889 — Conta Corrente com recebedorias Diversas
- 31 — 1878-1890 — Livro conta corrente com a Coletoria de Jaraguá
- 32 — 1879 — Livro de Lançamento dos Termos de Transferência das Apólices da Dívida provincial
- 33 — 1879-1880 — Folha de pagamento da Caridade Pública e Diversas Despesas
- 34 — 1879-1880 — Livro de Registro de pagamento dos juros de Apólice da dívida pública provincial
- 35 — 1879-1890 — Conta corrente com a Coletoria de Santa Cruz
- 36 — 1881-1893 — Livro de Lançamento dos Termos de Fianças — Tesouraria da Fazenda provincial
- 37 — 1883-1885 — Livro de caixa do cofre de Depósito de diversas origens
- 38 — 1884-1888 — Folha de pagamento da Cia Policial de Goiás
- 39 — 1888-1889 — Livro de registro da Contabilidade das Obras públicas
- 40 — 1888 — Livro de Folha de Pagamento da Representação Provincial
- 41 — 1888-1889 — Registro de Orçamento de Goiás
- 42 — 1888-1889 — Diário da Despesa com a Fiscalização das Obras Públicas da Província
- 43 — 1888-1889 — Diário da Despesa c/ a Fiscalização das Obras públicas da Província

- 44 — 1888 — Folha de pagamento dos empregados da Instrução pública
- 45 — 1888 — Folha de pagamento dos empregados da Caridade pública e Eventivas
- 46 — 1888 — Folha de pagamento dos empregados da Tesouraria provincial, Tipografia e Aposentados
- 47 — 1888-1889 — Livro de Conta Corrente C/ Diversos
- 48 — 1889-1895 — Livro de Lançamento dos pagamentos ordenados pelo Tesouro público provincial de Goiás
- 49 — 1890-1897 — Conta corrente do coletor de Porto Nacional com o Tesouro Estadual
- 50 — 1890-1902 — Livro de conta corrente com a Coletoria de Jaraguá
- 51 — 1890-1897 — Livro de conta corrente com a Coletoria de Posse
- 52 — 1890-1893 — Livro de conta corrente com a Coletoria de Curralinhos
- 53 — 1890-1907 — Conta corrente c/ a Coletoria de Jataí
- 54 — 1890-1895-1896 — Folha de pagamento funcionários que recebem pelos serviços de catequese, Tipografia Inst. pública Hospital de Caridade
- 55 — 1890-1894 — Conta corrente com a Recebedoria de Flores
- 56 — 1890-1897 — Conta corrente c/ a Coletoria de Palma
- 57 — 1890-1905 — Conta corrente com a Coletoria de Piracanjuba
- 58 — 1891-1902 — Conta corrente da Coletoria de Entre Rios
- 59 — 1891-1893 — Livro de Contratos e Fianças c/ o fornecedor dos gêneros alimentícios aos presos pobres da cadeia da Capital
- 60 — 1892 — Folha de pagamento dos funcionários da Fazenda
- 61 — 1892 — Folha de pagamento de missionários
- 62 — 1892-1893 — Livro de suplemento ao de folha de pagamento dos empregados do Tesouro
- 63 — 1892-1893 — Diário da Coletoria do distrito da Capital
- 64 — 1892-1900 — Conta corrente da 2ª Secretaria do Tesouro Público c/ os responsáveis da Fazenda do Estado
- 65 — 1892 — Folha de pagamento dos empregados da Caridade Pública e Diversos

- 66 — 1892-1893 — Folha de pagamento dos Empregados da Instituição Pública
- 67 — 1892 — Folha de pagamento
- 68 — 1893 — Folha de pagamento dos funcionários da Administração de Justiça
- 69 — 1893-1894 — Folha de pagamento dos funcionários da Justiça
- 70 — 1893-1894 — Folha de pagamento dos funcionários da justiça
- 71 — 1893 — Folha de pagamento dos empregados do Tesouro, obras públicas e aposentados
- 72 — 1893 — Folha de pagamento dos vencimentos dos Deputados da Câmara Legislativa Estadual e funcionários da Secretaria da Câmara e Presidente do Estado
- 73 — 1893-1902 — Contratos diversos
- 74 — 1894-1917 — Livro de pagamento de pensionistas
- 75 — 1894-1933 — Livro de registro de vendas de terras devolutas do Estado
- 76 — 1894-1936 — Livro de registro de vendas de terras devolutas do Estado
- 77 — 1894-1895 — Folha de pagamento dos vencimentos do Presidente do Estado, dos deputados estaduais e aos empregados da Secretaria da Câmara Legislativa
- 78 — 1894 — Orçamento da receita e despesa do Estado de Goiás
- 79 — 1894 — Folha de pagamento dos vencimentos dos empregados que recebem pelas verbas administrativas de justiça, justiça de primeira instância e segurança pública
- 80 — 1894 — Livro escrituração dos créditos concedidos p/c as diferentes rubricas de despesa do exercício 1894
- 81 — 1894 — Folha de pagamento empregados da Diretoria de finanças e aposentados
- 82 — 1894-1909 — Conta corrente do Estado c/o Montepio dos empregados estaduais
- 83 — 1894 — Folha de pagamento vencimentos dos empregados que recebem pelo serviço instrução pública
- 83a — 1895 — Livro de assentamento dos pensionistas do Montepio dos empregados do Estado
- 84 — 1895-1896 — Folha de pagamento dos empregados que recebem pela verba da instrução pública
- 85 — 1895 — Folha de pagamento dos vencimentos dos empregados que recebem pelas verbas da administração de justiça, caridade e segurança pública

- 86 — 1895 — Livro de escrituração dos créditos concedidos p/c as diferentes rubricas de despesas do exercício de 1895
- 87 — 1895 — Folha de pagamento vencimento do Presidente do Estado dos deputados e dos empregados da Secretaria da Câmara
- 88 — 1896 — Livro de Folha de pagamento do Presidente do Estado, Deputados e funcionários da Câmara
- 89 — 1896-1897 — Registro de folha de pagamento dos pensionistas do Montepio dos Servidores dos Estados
- 90 — 1896 — Folha de pagamento empregados que recebe pela rubrica Inst. pública e obras públicas
- 91 — 1896 — Folha de pagamento dos empregados da Diretoria de Finanças e Aposentados
- 92 — 1896 — Folha de pagamento dos magistrados
- 93 — 1897 — 1898 — Livro de despesas de Diversos setores da Administração do Estado de Goiás
- 94 — 1897 — Folha de pagamento dos empregados que recebem pelas rubricas: Administração de justiça e caridade pública
- 95 — 1897-1898 — Folha de pagamento dos pensionistas do Montepio dos empregados do Estado de Goiás
- 96 — 1897-1900 — Livro caixa de estampilhas do Estado
- 97 — 1897 — Folha de pagamento do Presidente e representação estadual (Deputados)
- 98 — 1898 — Livro de Registro de pagamento do Presidente do Montepio dos empregados do Estado
- 99 — 1898-1904 — Livro de registro de verbas diversas
- 100 — 1898-1899 — Folha de pagamento dos empregados que recebem pelas rubricas: Instrução pública — Catequese — Obras públicas
- 101 — 1898 — Folha de pagamento dos empregados que recebem pelas rubricas — Justiça e Caridade Pública
- 102 — 1898 — Folha de pagamento dos empregados que percebem pelas rubricas: Representação Estadual e Administração do Estado
- 103 — Folha de pagamento dos empregados que percebem pelas rubricas: Diretoria de Finanças e Aposentados
- 104 — 1899-1900 — Livro de Folha de pagamento dos Pensionistas do Montepio dos Empregados do Estado
- 105 — 1899 — Livro de Registro de pagamento dos vencimentos dos Funcionários do Superior Tribunal
- 106 — 1899-1900 — Folha de pagamento dos empregados ligados à Instrução Pública e Catequese
- 107 — 1899-1907 — Livro Caixa do Montepio

- 108 — 1899-1909 — Conta corrente com a recebedoria de Sumidouro
- 109 — 1899 — Livro de Folha de pagamento do pessoal da Representação Estadual e Presidente do Estado
- 110 — 1899 — Folha de pagamento dos empregados que recebem pela rubrica justiça
- 111 — Folha de pagamento do pessoal de representação Estadual e Presidência do Estado
- 112 — 1899-1900 — Livro de escrituração dos créditos concedidos p/c as diferentes rubricas de despesa
- 113 — 1900 — Folha de pagamento dos empregados que recebem pela rubrica Justiça
- 114 — 1901-1902 — Livro de Registro de pagamento dos pensionistas do Montepio dos empregados do Estado
- 115 — 1901-1903 — Livro caixa de Depósitos e Cauções
- 116 — 1903 — Folha de pagamento dos empregados da Secretaria de Polícia e Caridade pública
- 117 — 1904 — Folha de pagamento dos Pensionistas do Montepio Estadual
- 118 — 1905 — Folha de pagamento dos pensionistas do Montepio do Estado
- 119 — 1906 — Folha de pagamento dos pensionistas do Montepio do Tesouro Estadual
- 120 — 1908 — Folha de pagamento dos pensionistas do Montepio do Estado
- 121 — 1908-1909 — Livro de avisos e ordens de pagamentos autorizados pelas secretarias de Estado
- 122 — 1909 — Folha de pagamento dos pensionistas do Montepio do Estado
- 123 — 1911 — Folha de pagamento dos pensionistas do Montepio Estadual
- 124 — 1912 — Folha de pagamento dos pensionistas do Montepio do Tesouro Estadual
- 125 — 1913 — Folha de pagamento dos pensionistas do Montepio Estadual
- 126 — 1914 — Folha de pagamento dos pensionistas do Montepio Estadual
- 127 — 1915-1916 — Folha de pagamento dos pensionistas do Montepio do Estado
- 128 — 1917 — Folha de pagamento dos pensionistas do Montepio do Estado
- 129 — 1917-1919 — Conta corrente com o Inspetor Fiscal da Segunda e Terceira Zonas

- 130 — 1918 — Folha de pagamento dos pensionistas do Montepio do Estado
- 131 — 1919-1920 — Folha de pagamento dos pensionistas do Montepio do Tesouro Estadual
- 132 — 1920 — Folha de pagamento dos pensionistas do Montepio Estadual
- 133 — 1921 — Folha de pagamento dos pensionistas do Montepio Estadual
- 134 — 1922 — Livro de lançamento dos impostos de Indústria, profissões e licença p/c exposição fumo à venda
- 135 — 1922 — Folha de pagamento de pensionistas do Montepio Estadual
- 136 — 1923 — Folha de pagamento dos pensionistas do Montepio Estadual
- 137 — 1924-1928 — Banco Hipotecário e Agrícola de Minas Gerais — Conta corrente de movimento
- 138 — 1924 — Folha de pagamento dos pensionistas do Montepio Estadual
- 139 — 1925 — Folha de pagamento dos pensionistas do Montepio do Estado
- 140 — 1925 — Folha de pagamento dos pensionistas do Montepio do Estado
- 141 — 1927-1928 — Livro de Fianças
- 142 — 1930-1931 — Livro de Folha de pagamento de pensionistas do Estado
- 143 — Década de 1930 — Folha de pagamento de funcionários de Recebedorias Diversas
- 144 — 1934-1938 — Livro de contabilidade Exercício findo
- 145 — 1939 — Livro de crédito.

b) CORRESPONDÊNCIA

- 1 — 1804-1808 — Registro de ordens Régias recebidas pelo governo provincial
- 1a — 1823-1824 — Registro dos ofícios dirigidos à Junta provisória pelo governador das Armas, Raimundo José da Cunha Matos
- 2 — 1823-1824 — Correspondência dirigida ao comandante das armas, Raimundo José da Cunha Matos
- 3 — 1823-1825 — Correspondência do Governo provincial com a Corte
- 4 — 1823-1825 — Correspondência do governo provincial com a Corte
- 5 — 1823-1831 — Livro de ordens do Governo Imperial

- 6 — 1828 — Livro de registro dos ofícios do Conselho Administrativo da província a diversos
- 7 — 1828-1830 — Livro de registro de ofícios e ordens expedidas pelo governo provincial
- 8 — 1828-1835 — Livro de registro dos ofícios do governo provincial a diversos
- 9 — 1830-1832 — Livro de registro de ofícios e ordens expedidos pelo governo provincial
- 10 — 1832-1842 — Ofícios do governo provincial dirigidos aos comandantes das guardas nacionais
- 11 — 1835-1839 — Livro de registro de ofícios e ordens expedidos pelo governo provincial a diversos
- 12 — 1838-1845 — Registro dos ofícios da presidência da província para os Ministérios do Império, Marinha e Estrangeiros
- 13 — 1839-1845 — Livro de registro de ofícios e ordens do governo provincial a diversos
- 14 — 1845-1848 — Correspondência do governo provincial com diversos
- 15 — 1848-1850 — Correspondência do governo provincial com diversos
- 16 — 1851-1852 — Correspondência do governo provincial com diversos
- 17 — 1852-1863 — Correspondência do governo provincial com juizes de paz
- 18 — 1853-1859 — Correspondência da Inspetoria da Fazenda provincial ao Presidente
- 19 — 1856-1858 — Correspondência do governo provincial com o Ministério da Justiça
- 20 — 1856-1861 — Correspondência do governo provincial com diversos / 21 — 1857-1860 — Livro de registro de correspondência da Secretaria do governo provincial com o Ministério do Império
- 22 — 1858-1860 — Livro de registro de ordens do governo da província e Diretor geral das terras públicas
- 25 — 1858-1862 — Registro da correspondência do governo provincial com o Ministério da Justiça
- 24 — 1858-1868 — Registro da correspondência da Secretaria da Inspetoria Geral de Instrução pública p/c a Presidência
- 25 — 1858-1885 — Correspondência do Governo de Goiás com a Marinha
- 26 — 1859-1862 — Correspondência do governo provincial aos comandantes da guarda nacional
- 27 — 1861-1864 — Correspondência da Presidência da província com os Inspectores de Tesourarias da Fazenda

28 — 1861-1875 — Correspondência da Presidência da Província com o Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas

29 — 1864-1869 — Correspondência da Presidência com autoridades policiais

30 — 1864-1884 — Correspondência da Presidência com os juízes

31 — 1865-1871 — Correspondência da Presidência da Província c/ autoridades de outras províncias

32 — 1867 — Correspondência do governo provincial com os comandantes da guarda nacional

33 — 1868-1871 — Registro de ofícios dirigidos ao Governo Provincial pela Secretaria de Instrução Pública

34 — 1872-1873 — Correspondência do Governo provincial com o Ministério do Império

35 — 1873-1876 — Correspondência do governo provincial com o Ministério da Justiça

36 — 1875-1877 — Correspondência da Presidência da província com o Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas

37 — 1873-1879 — Correspondência da Secretaria da Inspeção Geral da Instrução Pública com os Inspectores Paroquiais

38 — 1874-1876 — Registro da correspondência da Secretaria da Fazenda Provincial com os administradores das rendas provinciais

39 — 1874-1878 — Correspondência da Secretaria da Tesouraria Pública com os coletores

40 — 1875-1882 — Livro de registro de ofícios expedidos pela Presidência da Província a respeito de obras públicas

41 — 1876-1879 — Registro de informações prestadas pela Primeira Secção de Tesouraria Provincial de Goiás

42 — 1876-1879 — Registro de correspondência da Secretaria da Tesouraria da Fazenda Provincial

43 — 1876-1881 — Registro de correspondência da Presidência da Província para a Tesouraria da Fazenda

44 — 1877-1881 — Correspondência da Presidência da Província com juízes municipais

45 — 1878-1883 — Registro dos ofícios do governo Provincial às autoridades policiais

46 — 1879-1881 — Registro das informações prestadas pela primeira secção da Tesouraria provincial

47 — 1879-1883 — Correspondência da Inspeção Geral de Instrução Pública com os inspectores paroquiais

- 48 — 1880-1888 — Correspondência do Tesouro público provincial de Goiás com a Presidência da província
- 49 — 1881-1883 — Registro da correspondência da primeira secção da Tesouraria provincial de Goiás com diversos
- 50 — 1881-1884 — Correspondência do Presidente da Província com os comandantes municipais
- 51 — 1881-1884 — Ofícios do governo da província ao Ministério do Império
- 52 — 1881-1884 — Correspondência do Governo Provincial com o Ministério da Justiça
- 53 — 1883 — Correspondência da Presidência da Província a diversos
- 54 — 1883-1885 — Correspondência da Presidência da província com o Ministério da Agricultura
- 55 — 1883-1886 — Correspondência informações da Tesouraria da Fazenda
- 56 — 1884-1885 — Registro de informações prestadas pela primeira secção da Tesouraria Provincial
- 57 — 1885 — Registro de ofícios e orçamentos
- 58 — 1885-1887 — Livro de informações da primeira secção da Tesouraria provincial
- 59 — 1867 — ofícios do governo provincial ao setor de força pública
- 60 — 1887 — ofícios do governo provincial aos presídios
- 61 — 1887 — Ofícios do governo provincial ao setor de Instrução Pública
- 62 — 1887 — Ofícios do governo provincial ao setor de Magistratura
- 63 — 1887 — Ofícios do governo provincial ao setor de obras militares
- 64 — 1887 — Ofícios do governo provincial ao setor de correios
- 65 — 1887 — Ofícios do governo provincial ao setor de catequese
- 66 — 1887 — Ofícios do governo provincial ao setor de Saúde Pública
- 67 — 1887 — Ofícios do governo provincial às câmaras municipais
- 68 — 1887 — Ofícios do governo provincial sobre o elemento servil
- 69 — 1887 — Ofícios do governo provincial às autoridades eclesiásticas
- 70 — 1887 — Ofícios do governo provincial à Tesouraria Geral

- 71 — 1887 — Ofícios do governo provincial sobre a navegação
- 72 — 1887 — Livro de registro de ofícios do governo provincial à Assembléa Legislativa
- 73 — 1887 — Registro de ofícios do governo provincial às autoridades policiais
- 74 — 1887 — Livro de registro de ofícios da Teosuraria provincial dirigidos ao setor de obras públicas
- 75 — 1887 — Ofícios do governo provincial a diversos
estatística
- 76 — 1887 — Ofícios do governo provincial ao setor de estatística
- 77 — 1887-1888 — Correspondência da Força Pública
- 78 — 1888 — Correspondência do Tesouro Público
- 79 — 1888 — Correspondência do governo provincial com diversos
- 80 — 1888 — Correspondência da Presidência com autoridades policiais
- 81 — 1888 — Correspondência da Presidência relativa ao elemento servil
- 82 — 1888 — Correspondência da Presidência com o Serviço da catequese
- 83 — 1888 — Correspondência do governo provincial sobre eleições
- 84 — 1888 — Correspondência da Presidência com o administrador dos Correios
- 85 — 1888 — Correspondência da Presidência com as câmaras
- 86 — 1889 — Correspondência do Tesouro público provincial com os coletores
- 87 — 1889 — Correspondência do Tesouro público provincial com o governo da província
- 87a — 1892-1895 — Livro de registro de informações da primeira secção do Tesouro do Estado
- 88 — 1893 — Correspondência do Governo de Goiás com os magistrados
- 89 — 1895 — Correspondência da Diretoria do Interior, Justiça e Segurança Pública do Estado de Goiás cor a Força Pública
- 90 — 1895 — Correspondência da Diretoria do Interior — Justiça com as câmaras
- 91 — 1895 — 1) Mensagem presidencial
2) Correspondência com a catequese e navegação

3) Correspondência sobre eleições

92 — 1895 — Correspondência da Diretoria do Interior, Justiça e Segurança Pública com autoridades Policiais

93 — 1895 — Correspondência da Diretoria do Interior, Justiça e Segurança Pública do Estado de Goiás com diversos

94 — 1895 — Correspondência da Diretoria do Interior, Justiça e Segurança Pública do Estado de Goiás com os intendentes municipais

95 — 1895 — Correspondência da Diretoria do Interior, Justiça com os Intendentes municipais

96 — 1895 — Correspondência da Diretoria do Interior, Justiça com a Instrução e obras públicas

97 — 1895 — Correspondência da Diretoria do Interior, Justiça com a magistratura

98 — 1895 — Correspondência da Diretoria do Interior e Justiça com o setor de Finanças Instrução e obras públicas, eleições

99 — 1895 — Correspondência da Diretoria do Interior, Justiça e Segurança Pública com os Intendentes municipais

100 — 1895 — Correspondência da Diretoria do Interior, Justiça e Segurança Pública com os Conselhos municipais

101 — 1897 — Correspondência da Diretoria de Finanças com os coletores

102 — 1897 — Correspondência da Diretoria de Finanças com os coletores

103 — 1897 — Correspondência da Diretoria de Finanças com diversos

104 — 1897 — Correspondência da Diretoria de Finanças com coletores e Administradores das estações

105 — 1897 — Correspondência da Diretoria de Finanças com os coletores

106 — 1897 — Correspondência da Diretoria de Finanças com os coletores

107 — 1897 — Correspondência da Presidência e diretores de Finanças com diversos

108 — 1898 — Correspondência de Diretoria de Finanças

109 — 1910-1911 — Registro de informações, representações e ofícios da segunda seção da Tesouraria provincial

110 — 1911-1912 — Livro de registro de informações; representações e ofícios da segunda seção da Secretaria de Finanças do estado de Goiás

c) DOCUMENTOS DIVERSOS

- 1 — 1817-1821 — Registro de Requerimentos
- 2 — 1820-1823 — Patentes da Guarda Nacional
- 3 — 1824-1846 — Protocolo
- 4 — 1824-1846 — Registro de patentes da Guarda Nacional
- 5 — 1829-1838 — Livro de registro das propostas apresentadas ao Conselho Geral
- 6 — 1832-1833 — Atas das sessões do Conselho de Governo Provincial
- 7 — 1839 — Livro de registro das obrigações dos devedores do dízimo do distrito da cidade de Goiás
- 8 — 1847-1877 — Livro de registro de patentes da Guarda Nacional
- 9 — 1845-1850 — Recibos do Correio
- 10 — 1851 — Livro de contratos de empregados camaradas da tripulação de botes e outros contratos diversos
- 11 — 1852-1855 — Livro de registro de diversos
- 12 — 1855-1856 — Livro de registro de ofícios da Presidência com diversos
- 13 — 1855-1936 — Livre de termo de juramento dos empregados da tesouraria provincial de Goiás
- 14 — 1853 — Diário da coletoria da Cidade de Goiás
- 15 — 1859-1872 — Livro de registro das provisões dirigidos aos vigários e de títulos de outros empregados
- 16 — 1861-1873 — Protocolo de ofícios de Tesouraria provincial
- 17 — 1862-1870 — Registro dos empregados provinciais
- 18 — 1962-1875 — Patente da Guarda Nacional
- 19 — 1865-1866 — Protocolo
- 20 — 1866-1868 — Protocolo
- 21 — 1868-1870 — Recibo dos ofícios do governo provincial à Administração dos correios
- 22 — 1868 — Protocolo
- 23 — 1869-1870 — Protocolo
- 24 — 1870-1872 — Recibo dos ofícios do governo provincial à Administração do correio
- 25 — 1872-1874 — Livro de registro das portarias dirigidas aos Administradores da mesa de rendas e das Recebedorias
- 26 — 1872-1874 — Livro recibo dos ofícios da Secretaria do governo provincial à Administração dos correios

- 27 — 1873-1878 — Livro de registro dos professores de instrução primária e secundária da província
- 28 — 1874-1899 — Atas da Câmara dos Deputados
- 29 — 1874-1876 — Livro recibo ds officios dirigidos pela Secretaria do governo à Administração do Correio
- 30 — 1874 — Diário de expedição pelo Rio dos Bois
- 31 — 1875-1878 — Protocolo da mesa de rendas do norte da província
- 32 — 1876-1877 — Livro recibo dos officios da Secretaria do governo provincial à Administração dos Correios
- 33 — 1877 — Livro de assentamento dos empregados da instrução pública e dos professores da instrução primária e secundária da província
- 34 — 1877-1880 — Recibo dos officios do Correio
- 35 — 1879-1880 — Livro de atas da Assembléia Legislativa provincial de Goiás — (danificado)
- 36 — Décadas de 1880-90 e 1900 — Assentamento das escritões das estações provinciais da Tesouraria da Fazenda Provincial
- 37 — 1880-1884 — Protocolo da primeira secção da Tesouraria provincial
- 38 — 1881-1884 — Registro de ofvcios da Presidência às Câmaras Muúnicipais da Província
- 39 — 1881-84 — Registro dos officios da Presidência dirigidos aos juíbzes municipais
- 40 — 1882 — Atas da Assembléia Legislativa provincial 1883-1886 / 40 — Protocolo de officios da secretaoria da Presidência para diversos
- 41 — 1883-1899 — Livro de matrícula da escola pública da instrução primária de Porto Imperial — alunos do sexo feminino
- 42 — 1883-1885 — Ordens e portarias da Secretaria da Tesouraria Provincial
- 43 — 1883-1884 — Livro de registro das patentes dos officiais da Guarda Nacional
- 44 — 1884-1886 — Livro de matrícula dos estudantes de inglês da Escola Normal de Goiás e pagamento de funcionários
- 45 — 1884-1888 — Protocolo da primeira secção da Tesouraria provincial de Goiás
- 46 — 1886 — Atos do governo provincial
- 47 — 1886 — Atos do governo provincial
- 48 — 1886 — Atos do governo provincial
- 49 — 1886-1890 — Livro de recibos do Correio

- 50 — 1886 — Atos do governo provincial
- 51 — 1887 — Registro de nomeações
- 52 — 1887 — Registro de circulares do governo provincial
- 53 — 1887 — Livro de Registro de licenças concedidas
- 54 — 1887-1892 — Livro de editais diversos
- 55 — 1887-1888 — Livro de registro das informações prestadas pela primeira secção da Tesouraria da Fazenda Provincial
- 56 — 1888 — Circulares da Presidência
- 57 — 1888-1892 — Livro de registro de títulos de empregados provinciais
- 58 — 1889 — Livro de portarias do Tesouro Público Provincial de Goiás
- 59 — 1890-1893 — Livro de recibos do Correio
- 60 — 1890-1914 — Protocolo de ofícios recebidos
- 61 — 1892-1894 — Registro de títulos dos empregados do Estado — (Tesouro Público)
- 62 — 1892-1896 — Livro de atos da Câmara de Deputados
- 63 — 1892-1895 — Registro de informações diversas do Tesouro Público
- 64 — 1893 — Portarias dos diretores do Tesouro do Estado dirigidas ao tesoureiro
- 65 — 1893 — Minutas de portarias do tesouro do Estado dirigidas aos coletores
- 66 — 1895 — Portarias do Tesouro dirigidas aos Administradores de recebedorias
- 67 — 1894-1902 — Livro de termos de compromisso dos empregados da Diretoria de finanças de Goiás
- 68 — 1894-1898 — Livro de registro e títulos dos empregados estaduais
- 69 — 1895 — Livro de ponto da diretoria do interior, justiça e segurança pública
- 70 — 1895 — Mensagem Presidencial, registro de nomeações, portarias
- 71 — 1895 — Circulares do gabinete da Presidência do Estado de Goiás
- 72 — 1895 — Livro de assentamento de nomeações e portarias
- 73 — 1895-1930 — Livro de ponto dos empregados da Secretaria da Câmara dos Deputados
- 74 — 1896-1899 — Livro de atas da Câmara dos Deputados
- 75 — 1899-1900 — Protocolo de ofícios

- 76 — 1899-1902 — Livro de atas das sessões do Tribunal da Secretaria de Finanças
- 7 — 1899-1901 — Livro de informações da Primeira Seção da Secretaria de Finanças de Goiás
- 78 — 1899-1924 — Livro de registro de cartas (títulos) dos engenheiros e agrimensores reconhecidos pelo governo de Goiás
- 79 — Século 20 — Documentação esparsa
- 80 — 1902-1909 — Livro de requerimentos e despachos da Secretaria do Interior, Justiça e Segurança Pública do Estado
- 81 — 1902-1907 — Livro de registro dos contratos celebrados com a Secretaria de Instrução Indústria, Terras e Obras Públicas
- 82 — 1903-1905 — Livro de ponto dos alunos da Academia de Direito
- 83 — 1903 — Protocolo de Secretaria de Finanças
- 84 — 1903-1905 — Livro de ponto dos empregados da Secretaria de Finanças
- 85 — 1903-1905 — Livro de ponto dos alunos da Academia de Direito
- 86 — 1903-1905 — Livro de ponto dos alunos da Academia de Direito
- 87 — Livro de ponto dos alunos da 2a. série da Academia de Direito
- 88 — 1904-1905 — Livro de ponto dos alunos da primeira série da Academia de Direito
- 89 — 1904-1905 — Livro de pontos dos alunos da terceira série da Academia de Direito
- 90 — 1904 — Livro de pontos dos alunos da Academia de Direito
- 91 — 1904-1905 — Livre de ponto dos alunos da segunda série da Academia de Direito
- 92 — 1904-1905 — Livro de ponto da primeira série da Academia de Direito
- 93 — 1907 — Livro de atas de reuniões da Câmara dos Deputados
- 94 — 1908-1911 — Livro de ponto dos empregados da Secretaria de Instrução
- 95 — 1910 — Decretos
- 96 — 1911 — Livro de registro dos possuidores de terras — Coletorias de Catalão
- 97 — 1914-1916 — Protocolo de ofícios recebidos

- 98 — 1919-1920 — Decretos
- 99 — 1920 — Decretos (Segunda secção)
- 100 — 1921-1922 — Protocolo de ofícios recebidos
- 101 — 1924-1926 — Protocolo da Secretaria do Interior e
Justiça
- 102 — Década de 1930 — Livro de assentamentos dos juí-
zes eleitorais e preparadores de Goiás
- 103 — 1930-1931 — Livro de anotações dos grupos esco-
lares do Estado e assentamento dos respectivos professores
- 104 — 1931-1937 — Protocolo de atestados das escolas
mistas
- 105 — 1931-1932 — Livro de registro de nomeações muni-
cípios diversos
- 107 — 1932-1933 — Protocolo de secções de receita
- 108 — 1932-1933 — Protocolo da secção de procuradoria
Fiscal da Fazenda
- 109 — 1933 — Livro de registro de eleitores
- 110 — 1933 — Livre de portarias da Diretoria Geral da Fa-
zenda do Estado de Goiás
- 111 — 1935 — Registro de despesas do Estado de Goiás
- 112 — 1936 — Protocolo da secção de receita
- 113 — 1937 — Registro de títulos de nomeações e porta-
dorias
- 114 — 1942-1944 — Cargas e descargas de materiais es-
colares
- 115 — 1944 — Diário de classe de curso de aperfeiçoã-
mento de professores.

**HISTÓRIA DO INSTITUTO DOS ADVOGADOS
EM GOIÁS**

**CONFERÊNCIA PRONUNCIADA PELO
PROF. AUGUSTO FLEURY CURADO**

LOCAL: Ordem dos Advogados.

DATA : 20 de Maio de 1975.

Convidado pelo ilustre Presidente do Instituto dos Advogados de Goiás, Prof. COLEMAR NATAL E SILVA, para falar sobre o aniversário deste Instituto, aqui nos encontramos, mui penhorado, em cumprir com este mandato, não só como velho companheiro desta Casa, mas principalmente, em poder usufruir do convívio desse seleta auditório.

Falando sobre o aniversário do Instituto dos Advogados de Goiás, nosso pensamento volta ao passado, recua quase meio século, com profundas saudades para relembrar as personalidades de respeitáveis juristas goianos, fina flor da família jurídica de Goiás!

Sim, vamos encontrar na velha, tradicional e centenária Cidade de Goiás, berço da civilização goiana, um grupo de colegas que lançaram a semente desta Entidade.

O Instituto dos Advogados Brasileiros nomeou o Dr. ALBATÊNIO CAIADO DE GODOY como Delegado junto ao Conselho Diretor do então Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros, pelo prazo de 90 dias, para promover no Estado de Goiás a criação do Instituto ou reorganizá-lo se, por ventura, já existisse.

Constatamos que, aos 20 dias do mês de março de 1932, em uma das salas da Faculdade de Direito de Goiás, às 19 horas, previamente convocados pela imprensa, compareceram os Drs. EMÍLIO FRANCISCO PÓVOA, SEBASTIÃO FLEURY CURADO. AUGUSTO JUNGSMANN, ORESTES FRANKLIM XAVIER DE

BRITO, BENJAMIM LUZ VIEIRA, OTONIEL GOMES SÓTER DE ARAÚJO, ERNANI CABRAL DE LOYOLA FAGUNDES, iniciando a primeira reunião para tratar da implantação do Instituto dos Advogados de Goiás.

O Dr. ALBATÊNIO CAIADO DE GODOY, na qualidade de Delegado, exibiu o mandado de advogados residentes no interior do Estado, constante dos nomes seguintes: ALCIBÍADES CORREIA BITENCOURT, HENRIQUE ITIBERÊ, LUIZ RAMOS DE OLIVEIRA COUTO, ANTÔNIO ROCHA, JOSÉ PEREIRA DE QUEIROZ e JACY DE ASSIS. O Dr. SEBASTIÃO FLEURY CURADO ofereceu representação do Dr. CARLOS PEREIRA DE MAGALHÃES, completando, assim, em 15, o número de presentes àquela sessão.

O ofício que delegava poderes ao Dr. ALBATÊNIO CAIADO DE GODOY era de autoria do ilustre jurista ADOLFO REZENDE e merece ser transcrito em seu inteiro teor:

“Ofício nº 111. Rio de Janeiro, 8 de janeiro de 1932. Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros.

“Exmo.º Sr. Dr. Albatênio Caiado de Godoy. Tenho o prazer de comunicar-vos que deliberei nomear-vos Delegado do Conselho Diretor do Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros em Goiás, pelo prazo de 90 dias, para promover na respectiva Capital, a fundação do Instituto Estadual de Advogados ou reorganizar o que já existir, filiando-se ao Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros. Juntamente, tenho o prazer de remeter-vos uma cópia das instruções aprovadas para orientar a conduta dos delegados nomeados, prevalecendo-me o ensejo de apresentar-vos meus protestos de elevado apreço e consideração. Assinado) ADOLFO REZENDE, Presidente do Conselho Diretor”.

Nessa memorável reunião na Cidade de Goiás, então Capital do Estado, cabe aqui ressaltar uma proposição que consta da mesma ata e que foi o início da vida da Ordem dos Advogados de Goiás.

Diz textualmente a referida ata:

“O Dr. Sebastião Fleury Curado propôs fosse indicada uma outra comissão para estudar, se dentro dos dispositivos do regulamento seria possível, com o número de advogados reunidos para formação deste Instituto, CRIAR UMA SECÇÃO DA ORDEM NO ESTADO DE GOIÁS”.

Discutida e aprovada a idéia, foram escolhidos para essa comissão, os Srs. Drs. EMÍLIO FRANCISCO PÓVOA, SEBASTIÃO FLEURY CURADO e BENJAMIM LUZ VIEIRA.

Vemos que na mesma reunião as duas organizações da classe — o Instituto e a Ordem — foram implantadas em nosso Estado, germinando, assim, essa grande realidade que é a ORDEM DOS ADVOGADOS, atualmente sob a Presidência do nosso ilustre confrade Dr. JORGE JUNGMANN.

Ainda olhando para o passado, vamos constatar que a primeira Diretoria do Instituto, em 1932, era composta pelos nomes de EMÍLIO FRANCISCO PÓVOA, Presidente; SEBASTIÃO FLEURY CURADO, Vice-Presidente; ERNANI CABRAL DE LOYOLA FAGUNDES, 1º Secretário; DARIO DÉLIO CARDOSO, 2º Secretário; BENJAMIM LUZ VIEIRA, Orador; e ORESTES FRANKLIM XAVIER DE BRITO, Tesoureiro.

Estava, assim, formada a primeira Diretoria do Instituto dos Advogados de Goiás, que, por 2 anos, teria de ativar e organizar a vida dessa Instituição.

Ao declinar esses nomes de ilustres juristas goianos, não podemos deixar de fazer ligeiras considerações sobre cada um, já que se nos oferece esta oportunidade.

O Desembargador **EMÍLIO FRANCISCO PÓVOA** honrou a Magistratura de Goiás. Filho da velha Capital, era membro de uma das mais antigas e tradicionais famílias goianas. Estudou no Liceu de Goiás, rumando para S. Paulo, onde, depois de cursar por 5 anos o ensino de Direito, diplomou-se pela Faculdade de Direito do Largo de S. Francisco, de tamanhas tradições.

Voltando para Goiás, ingressou na Magistratura e findou a sua carreira como Presidente do Tribunal de Justiça de Goiás.

Entre as virtudes que o ilustre homem público possuía e que merece especial destaque, era seu espírito profundamente calmo.

Mesmo na adversidade, o Desor. EMÍLIO FRANCISCO PÓVOA nunca perdeu a sua serenidade.

Homem humilde, perfeito conhecedor do direito, mais tarde professor da Faculdade de Direito, ocupou as mais destacadas comissões e cargos, sendo por muitos anos Presidente do Instituto dos Advogados de Goiás e também da Ordem.

Foi, assim, o fundador destas duas instituições e o primeiro Presidente de ambas.

SEBASTIÃO FLEURY CURADO foi contemporâneo de EMÍLIO PÓVOA nas arcadas do velho e centenário Convento de S. Francisco, onde funciona a Faculdade de Direito de S. Paulo.

Terminando o curso jurídico, regressou a Goiás, iniciando a sua profissão de advogado e mais tarde de Juiz de Direito da Comarca de Goiás.

Proclamada a República, apenas com 26 anos, foi eleito Deputado Federal à Constituinte de 1891, a primeira Constituinte da República recém implantada no Brasil.

Ao lado de GUIMARÃES NATAL, LEOPOLDO DE BULHÕES, JOSÉ JOAQUIM DE SOUSA, todos contemporâneos da Faculdade de Direito de S. Paulo, foi SEBASTIÃO FLEURY quem, em companhia de BELARMINO LEITE, do Paraná, introduziu o texto referente ao artigo 3º da citada Constituição, que foi aprovado.

“Art. 3º — Fica pertencendo à União, no Planalto Central da República, uma zona de 14.400 quilômetros quadrados, que será oportunamente demarcada para nela estabelecer-se a futura Capital.

“Parágrafo Único — Efetuada a mudança da Capital, o atual Distrito Federal passará a constituir Estado”.

Esse dispositivo, consagrado na primeira Constituição da República, foi respeitado nas Constituições de 1937, 1946 e finalmente o dinâmico Presidente JUSCELINO KUBITSCHEK DE OLIVEIRA deu cumprimento ao texto constitucional.

Não podemos deixar de assinalar o trabalho do grande brasileiro. Brasília acaba de comemorar seus 15 anos. É uma cidade nova, moderna, de linhas arquitetônicas agressivas, demonstrando a capacidade realizadora de um povo enérgico.

Brasília está aí, saída de uma zona árida, despovoada e isolada, para ser a célula mãe de uma Nação grandiosa, que é o Brasil.

Assim, como a idéia da mudança foi lançada por um goiano, não nos podemos esquecer da colaboração firme e decisiva de outro conterrâneo, o ex-Governador JOSÉ LUDOVICO DE ALMEIDA.

Outro nome que também deve ser lembrado é o do médico ALTAMIRO DE MOURA PACHECO, que muito contribuiu para a concretização dessa magnífica obra do século.

Hoje, brasileiros de todos os quadrantes, ali estão trabalhando e construindo Brasília que, nos seus verdes e sonhadores 15 anos, caminha para um milhão de habitantes, com suas Cidades satélites, para a grandeza desta Pátria e a felicidade de nós brasileiros.

E, na realização de Brasília, devemos lembrar que o braço forte das nossas Forças Armadas, principalmente da Aero-

náutica, foi realmente a alavanca mestra da concretização da Capital da República.

Deputado Federal por mais de uma vez, Procurador da República por mais de 30 anos, Deputado Estadual, tendo ocupado vários postos de relevo na vida pública de Goiás, foi SEBASTIÃO FLEURY CURADO professor e fundador da Faculdade de Direito de Goiás, paraninfando várias turmas, trabalhou tenazmente para a equiparação federal da Faculdade.

Orador, jornalista e advogado, foi um dos fundadores do Instituto dos Advogados e da Ordem dos Advogados, sendo Presidente dessas duas entidades por longo tempo.

E, justamente nesse mês de maio, de 1944, no dia 2, veio a falecer em Goiânia e sepultado na Cidade de Goiás.

ERNANI CABRAL DE LOYOLA FAGUNDES — Formado pela Faculdade de Direito de Recife, de grandes tradições, cujo funcionamento data de 1827, foi o Dr. ERNANI um advogado inteligente, espírito combativo, excelente orador. Foi Presidente da Ordem dos Advogados e do Instituto, Procurador da Fazenda Nacional do Ministério da Fazenda, exercendo o cargo com brilhantismo. Mais tarde, foi Professor Catedrático da Faculdade de Direito de Goiás, e seu Diretor. Faleceu recentemente na Bahia, deixando pesarosos seus familiares que pertencem a uma das mais tradicionais famílias de Goiás.

Desembargador **DARIO DÉLIO CARDOSO** — Homem culto, inteligente e ativo, formou-se na Faculdade de Direito de Belo Horizonte, em 1931. Fez rápida carreira, exercendo os mais destacados cargos na administração estadual. Foi Procurador da República interinamente, e Professor da Escola Normal, do Liceu de Goiás, e Catedrático da Faculdade de Direito de Goiás. Sua personalidade marcante, excelente orador e grande advogado, mais tarde foi escolhido para cobrir a vaga de 1/5 no Egrégio Tribunal de Justiça de Goiás, onde, por muitos anos, exerceu com honradez e cultura o cargo e funções da Magistratura em Goiás. Residindo em Brasília, o Desor. DARIO CARDOSO ocupa elevado cargo técnico junto ao Ministério da Educação.

BENJAMIM LUZ VIEIRA — Diplomado pela Faculdade de Direito de S. Paulo, filho das “arcadas”, nasceu na antiga Capital onde, por muitos anos, exerceu a advocacia. Ocupou vários cargos na gestão estadual, inclusive de Secretário Geral, Professor e Deputado Federal.

Mudando-se para o Rio de Janeiro, prestou concurso e foi nomeado Professor da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro onde falecera e fora sepultado.

ORESTES FRANKLIM XAVIER DE BRITO — Formado pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, o Dr. ORESTES DE BRITO exerceu a profissão de advogado e alto funcionário do Tribunal de Contas da União. Conhecedor profundo do Direito Fiscal ocupou vários cargos e desempenhou várias comissões junto ao Ministério da Fazenda. Faleceu e foi sepultado no Rio de Janeiro.

— o —

Assim, a primeira Diretoria do Instituto dos Advogados, eleita em 1932, compunha-se de homens ilustres e honrados juristas goianos que brilharam nas letras jurídicas de Goiás.

Tivemos a ventura de conviver com todos eles, principalmente com o meu saudoso pai SEBASTIÃO FLEURY CURADO, como companheiro de escritório.

Com as lições desses Mestres de Direito pudemos trilhar os rudes caminhos da vida de advogado, pontilhados de lutas, mas todas as vezes que encontramos tropeços, jamais duvidamos da justiça, apesar de ser humana, jamais nos afastamos do direito, vencendo, assim, a longa estrada que vimos palmilhando há mais de 43 anos, desde que, na manhã de 19 de março de 1932, no salão nobre da Faculdade de Direito de S. Paulo, Largo de S. Francisco, recebíamos das mãos do paraninfo da turma, Professor ALCÂNTARA MACHADO, o diploma de Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais.

Voltando os olhos para os dias passados, vemos que os companheiros da Ordem e do Instituto foram, muitos deles, para além, mas jamais morrerão para nós, colegas e amigos, tanto é verdade que, nesta noite, aqui nos achamos relembrando os vultos que nunca poderão ser esquecidos.

Como fora dito por alguém, **“os fortes jamais morrerão”**.

— o —

Resumir quase 50 anos da vida desta Colenda Instituição, que é o Instituto dos Advogados de Goiás, é tarefa difícil, pois devagar vão surgindo em nossa memória nomes de homens de valor, que merecem ser apontados pelos relevantes serviços prestados à nossa entidade e se fôssemos focalizar tudo que fizeram à nossa agremiação, teríamos de atravessar a noite.

Vamos encontrar nos livros de atas do Instituto, livros esses já amarelados pelo tempo, uma plêiade de brasileiros, filhos de outros Estados da Federação, que aqui vieram, viveram e morreram, irmanados com os nossos homens de Goiás, no trabalho diário, procurando elevar e dignificar o nome deste sodalício.

E, não poderíamos calar ante à figura de um pernambucano de estirpe, referimo-nos à pessoa do Dr. **AUGUSTO JUNG-MANN**, pai do nosso digno Presidente da Ordem dos Advogados de Goiás, Dr. **JORGE JUNGMANN** e avô da ilustre magistrada e culta professora das nossas Faculdades de Direito Federal e Católica, Dra. **MARÍLIA JUNGMANN SANTANA** e do advogado **JORGE AUGUSTO JUNGMANN**.

Foi o Dr. **JUNGMANN** excelente companheiro, fundador do Instituto em Goiás, exercendo com vigor e inteligência o cargo de Procurador da Fazenda Nacional e, posteriormente, Procurador da República, cargo que exercia com brilhantismo e eficiência, quando veio a falecer.

Advogado, jornalista, orador, Dr. **JUNGMANN** foi um batalhador nas colunas do jornal "VOZ DO POVO", órgão da oposição que combatia um regime, cuja queda se verificou nos idos de 1930.

Formado pela Faculdade de Direito de Recife, mais tarde o Dr. **JUNGMANN** fora transferido para Goiás, onde deixou numerosa e honrada família.

— o —

O ano de 1932 marcou em Goiás grandes acontecimentos no setor jurídico, eis que, foi o ano em que se fundava o Instituto dos Advogados de Goiás filiado ao Rio de Janeiro, como também era organizada a profissão de advogado com a criação da Ordem dos Advogados, Seção de Goiás.

Por uma mera coincidência, presentemente, quis o destino escolher para vos falar nesta noite, o mais antigo membro tanto da Ordem, como do Instituto, uma vez que a nossa inscrição na Ordem recebeu o número 9, mas os 8 companheiros de jornada já desapareceram, passando, assim, a figurar no quadro das inscrições com o número que corresponde ao mais antigo.

Também no Instituto onde, desde março de 1935, passamos a compor seu quadro, fomos o primeiro elemento aceito depois de tramitação pela referida instituição o processo de inscrição como sócio, sendo relator o ilustre goiano **LUIZ RAMOS DE OLIVEIRA COUTO**, pai do escritor e historiador, magistrado aposentado, Dr. **GOIÁS DO COUTO**.

Assim, nessas duas Instituições, a Ordem e o Instituto, devido ao fator tempo e à perseverança, nos encontramos como o mais antigo e isto constitui, sem dúvida, para nós, uma grande honra.

O Instituto dos Advogados de Goiás no ano de 1932, depois de várias sessões preparatórias, marcou finalmente a data de 14 de abril daquele ano, para ter lugar a instalação solene.

Vamos encontrar na instalação do Instituto, além de grande número de advogados que ali se fizeram presentes, os representantes dos Poderes Executivo e Judiciário.

Representou o Poder Judiciário, na instalação solene, o Desor. JOÃO FRANCISCO DE OLIVEIRA GODOY. E quem era o Desor GODOY?

Filho de São Paulo, formado pela Faculdade de Direito do Largo de S. Francisco, como verdadeiro bandeirante paulista, deixou as terras dos cafezais, chaminés e arranha-céus, para viver e morar nas terras do Anhanguera.

Aqui se casou com Da. TEREZA DE ALENCASTRO CAIADO, de tradicionais famílias goianas — ALENCASTRO E CAIADO — deixando numerosos filhos, entre eles, os Drs. ALBATÊNIO e CLARO GODOY, este historiador e Procurador aposentado, residente no Rio de Janeiro e aquele pessoa que trabalhou e presidiu os destinos deste Instituto, além dos Drs. ALQUIMEDES, já falecido, e LUIZ GODOY, residente na vizinha cidade de Anápolis.

Na gestão do Dr. ALBATÊNIO CAIADO DE GODOY foi o Instituto transferido da antiga Capital para Goiânia.

Várias medidas, conferências, reuniões, comemorações de datas nacionais e estudos de teses de direito foram objeto de exame e pesquisa por parte de membros desta Instituição, passando, assim, o Instituto por uma fase de renovação, graças à atividade e ao dinamismo do Dr. ALBATÊNIO CAIADO DE GODOY.

Na mesma rota e continuidade foi o Prof. COLEMAR NÂTAL E SILVA que, tempos depois, sucedeu ao Dr. ALBATÊNIO CAIADO DE GODOY na Presidência do Instituto.

Na noite histórica da instalação do Instituto, representando o Poder Executivo, estava a figura respeitável do Desor. MÁRIO DE ALENCASTRO CAIADO, que fez parte da Junta Governativa do Estado em 1930, juntamente com o Desor. EMÍLIO PÓVOA e PEDRO LUDOVICO TEIXEIRA.

Assim, essa Junta compunha-se de dois bacharéis e um médico, ambos íclitos Magistrados e do médico Dr. PEDRO LUDOVICO TEIXEIRA que, na qualidade de idealizador e fundador de Goiânia, para cá transferiu a sede do Governo de Goiás.

Aqui nasceu Goiânia, a bela e sedutora Capital do Centro-Oeste do Brasil, cidade moderna, dinâmica e altaneira que é, inegavelmente, uma das metrópoles mais bonitas e bem traçadas do Brasil.

Na “**operação mudança da Capital**”, muitos advogados que aceitaram a nova ordem, foram homens de confiança do Execu-

tivo Goiano e, não resta a menor dúvida, nem podemos deixar de assinalar as figuras de COLEMAR NATAL E SILVA e ALBATÊNIO CAIADO DE GODOY.

Ora, vindo a mudança da sede do Governo, o Instituto teria forçosamente de ser instalado em Goiânia.

Assim, de 14 de abril de 1932 a 15 de julho de 1937, o Instituto funcionou regularmente na antiga Capital, hoje Cidade de Goiás.

Vamos encontrar, na vida do Instituto, a sua instalação em Goiânia, merecendo transcrever na íntegra a ata lavrada naquela data.

Disse o Dr. COLEMAR NATAL E SILVA

“que se congratulava com a Diretoria do Instituto e com todos os sócios da importante agremiação científica pelo auspicioso fato, manifestando as suas esperanças e formulando ardentes votos para que tivesse o Instituto vida profícua e útil e dias de prosperidades em sua nova sede”.

Estava, portanto, instalado o Instituto dos Advogados de Goiás na cidade de Goiânia e a ata está assinada pelos membros seguintes: Drs. ALBATÊNIO CAIADO DE GODOY, JOSÉ PEREIRA DE QUEIROZ, PAULO FLEURY DA SILVA E SOUSA, LUIZ RAMOS DE OLIVEIRA COUTO, ADERALDO DE MENEZES LIRA e COLEMAR NATAL E SILVA. Representados pelo Dr. ALBATÊNIO DE GODOY os membros seguintes: Drs. SEBASTIÃO FLEURY CURADO, HENRIQUE ITIBERÊ, ORESTES FRANKLIM XAVIER DE BRITO e BENJAMIM LUZ VIEIRA.

Desta maneira, verifica-se que a primeira fase da vida do Instituto compreende o período de 14 de abril de 1932 a 15 de julho de 1937, na antiga Capital do Estado e, de 1937 até à presente data, em Goiânia.

Dos velhos advogados radicados então em Goiás, como era natural, nem todos puderam acompanhar a marcha dos acontecimentos e como a Revolução de 1930, que mudou completamente a feição política, nacional, a mudança da Capital constitui, sem dúvida, outra revolução no setor administrativo, político, social e econômico do grande Estado central.

É inegável que, na composição do Instituto, em Goiânia, elementos de grande valor tomaram parte, conforme fora assinalado em linhas atrás.

A nova Diretoria compunha-se dos ilustres pares:
Presidente: ALBATÊNIO CAIADO DE GODOY.
Vice-Presidente: LUIZ RAMOS DE OLIVEIRA COUTO.
1º Secretário: LUIZ JOSÉ PEREIRA DE QUEIROZ.
2º Secretário: AUGUSTO FLEURY CURADO.
Orador: PAULO FLEURY DA SILVA E SOUSA.
Tesoureiro: MAXIMIANO DA MATA TEIXEIRA.

Para o Conselho Diretor foram eleitos PAULO FLEURY e LUIZ DO COUTO.

À proporção que o Instituto ia vivendo a sua nova gestão neste planalto, surgiram como os novos edifícios, nomes consagrados nas letras jurídicas, formando uma composição de juristas de gabarito.

Logo depois de instalado o Instituto em Goiânia, passou a fazer parte dele o ilustre homem público Dr. JOSÉ HONORATO DA SILVA E SOUSA, Secretário do Governo, Professor Catedrático da Faculdade de Direito de Goiás, que mais tarde falecera em um desastre de aviação, na cidade de Uberlândia, quando se dirigia para o Rio de Janeiro, a serviço de utilidade pública.

Outro nome de real valor que vamos encontrar, como elemento do Instituto, é o Dr. **JOAQUIM TAVEIRA**, hoje membro aposentado do Tribunal de Contas que, por muitos anos, foi Secretário Particular do Governo do Estado, na fase mais difícil da mudança da Capital.

Profundo conhecedor do Direito Administrativo e Fiscal, o Dr. JOAQUIM TAVEIRA é inegavelmente um jurista de valor e pessoa estimada em Goiás, com grande círculo de admiradores.

EUCLIDES FÉLIX DE SOUSA — Atualmente Magistrado na cidade do Rio de Janeiro, filho de tradicional família FÉLIX DE SOUSA, Dr. EUCLIDES colaborou longos anos no Instituto, como também no Conselho da Ordem.

Advogado, cuja inteligência era um pendor, o Dr. EUCLIDES sempre honrou esta Casa emprestando grande colaboração para esta importante agremiação.

Deparamos com outro goiano de valor, membro do Instituto. Referimo-nos ao Dr. JOSÉ HERMANO SOBRINHO, Procurador do Instituto de Previdência e Assistência Social, advogado brilhante. É o Dr. JOSÉ HERMANO uma pessoa modesta, inteligente e que sempre prestou relevantes serviços não só ao Conselho da Ordem, como também ao Instituto.

O Desor. **ROMEU PIRES DE CAMPOS BARROS**, outro elemento de primeira grandeza do Instituto, é um profissional que iniciou sua vida em Goiânia, trabalhando por muitos anos com

o Dr. HEITOR DE MORAES FLEURY, 1º Juiz de Direito da Comarca de Goiânia, desde a sua instalação judiciária.

Falando sobre a existência e aniversário do Instituto dos Advogados de Goiás, notamos nomes ilustres de colegas que, mais tarde, foram guindados à Magistratura, graças aos seus elevados méritos, e que trabalharam por longos anos para o Instituto.

Entre os advogados, que mais tarde se tornaram Desembargadores, lembramos as figuras de ROMEU PIRES DE CAMPOS BARROS, MAXIMIANO DA MATA TEIXEIRA, DARIO DÉLIO CARDOSO para o Tribunal de Justiça de Goiás, EUCLIDES FÉLIX DE SOUSA para o Rio de Janeiro e PAULO FLEURY DA SILVA E SOUSA para o Tribunal Regional do Trabalho em Belo Horizonte, e todos esses Membros, apesar do avançar dos tempos, estão vivos e ocupando todos eles cargos de projeção.

Entre os seus pares está o Dr. PAULO FLEURY DA SILVA E SOUSA que, atualmente com assento junto ao Tribunal Regional do Trabalho, esteve como Ministro do Tribunal Superior do Trabalho em Brasília.

Desde o tempo de Academia, o Dr. PAULO FLEURY demonstrava sua inclinação para as questões jurídicas.

Ocupou em Goiás os mais variados cargos chegando a ser Governador do Estado. Foi Secretário Geral, Secretário do Tribunal Regional Eleitoral, Promotor de Justiça, Professor Catedrático, Membro do Tribunal Regional do Trabalho, além de Presidente da Ordem e Instituto dos Advogados de Goiás.

Profundamente inteligente, espírito moderado, homem de grandes pendores, o Dr. PAULO FLEURY, pertencente à tradicional família, é filho do ilustre Desor. VICENTE MIGUEL DA SILVA ABREU e irmão do Dr. JOSÉ HONORATO DA SILVA E SOUSA.

ROMEU PIRES DE CAMPOS BARROS, atualmente Desembargador, Professor Catedrático da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Goiás, é outro membro do Instituto que está servindo à Justiça Goiana com inteligência, honradez e sabedoria.

O Desor. DARIO DÉLIO CARDOSO reside em Brasília e ocupa elevado cargo na administração federal, depois de desempenhar inúmeros outros, com raro brilhantismo.

O Desor. EUCLIDES FÉLIX DE SOUSA, Magistrado na Capital da República quando o Rio de Janeiro era sede do Governo Federal, é pessoa respeitada e goiano de alta estirpe, honrando o nome de Goiás além das divisas do Estado.

Já o Desor. MAXIMIANO DA MATA TEIXEIRA, apesar de aposentado, preferiu viver mais em contato com a natureza e com sua digna esposa, a escritora AMÁLIA HERMANO TEIXEIRA, é um colecionador de cactos e parasitas, vivendo, assim, de maneira mais simples no seu rico orquidário.

Esses homens dignos de louvor, durante vários anos foram companheiros no Instituto e por seu valor pessoal escolhidos para servirem na Magistratura estadual e na federal.

Isto é uma prova real de que o Instituto sempre teve em seu seio elementos de grande gabarito intelectual e moral.

Fazemos citação desses nomes com certo destaque, pois alguns ingressaram no Instituto nos seus primeiros anos de existência, outros como fundadores e outros quando o Instituto passou a funcionar em Goiânia.

— o —

Ao termos a honra de falar para tão seleta audiência, surge-nos a oportunidade de recordar nomes ilustres que, infelizmente, já desapareceram do nosso convívio pessoal, mas que deixaram um lastro luminoso que jamais se apagará na nossa memória, pois tais nomes constituem uma verdadeira constelação.

É interessante ressaltar que, como acabamos de afirmar, vários elementos, que eram membros do Instituto, deixaram vagos seus lugares para atender às necessidades do Poder Judiciário, na organização de seu Tribunal, mas também, vamos encontrar o reverso, isto é, desembargadores que se aposentaram e passaram a figurar no quadro do Instituto.

Na antiga Capital, lembramo-nos muito bem de quando foi apontado o nome ilustre do Desembargador VICENTE MIGUEL DA SILVA ABREU, pai dos Drs. JOSÉ HONORATO DA SILVA E SOUSA e PAULO FLEURY DA SILVA E SOUSA, ambos figuras de relevo na vida jurídica de Goiás.

Por proposta do então Presidente do Instituto, Desor. EMÍLIO PÓVOA, na reunião de 9 de março de 1935, foi indicado o nome do Desor. VICENTE MIGUEL para membro do Instituto e foi relator do processo o Dr. LUIZ DO COUTO, sendo, como era natural, aceito por unanimidade e empossado como Membro dessa agremiação.

O Desor. VICENTE MIGUEL era diplomado pela antiga Faculdade de Direito de S. Paulo, de famosa tradição e, mais tarde, foi magistrado em Goiás e Mato Grosso.

Outros juizes que posteriormente deixaram a magistratura e passaram a pertencer ao quadro do Instituto, entre eles lembramos os Desembargadores MÁRIO DA COSTA FERREIRA e DOMINGOS BATISTA DE ABREU, falecidos recentemente; BE-

NEDITO BATISTA DE ABREU, JOAQUIM MARCOS ARRUDA, HAMILTON DE BARROS VELASCO e muitos outros nomes de colegas respeitáveis.

Como afirmamos linhas atrás, a vida do Instituto dos Advogados de Goiás pode ser dividida em duas grandes etapas, a saber: a primeira desde a sua fundação em 1932 até 1937, na Cidade de Goiás, e a segunda, a partir de 1937, quando, a 14 de julho, foi instalado em Goiânia, sendo que esta fase se desdobra em duas: 1937 a 1948, gestão do Dr. ALBATÊNIO CAIADO DE GODOY e, posteriormente a 1948, gestão do Dr. COLEMAR NATAL E SILVA.

Portanto, nesse longo período de mais de 40 anos, o Instituto vem funcionando regularmente, mas sofreu um certo recesso. Daí a motivação por parte do Prof. COLEMAR NATAL de promover a sua reorganização que se verificou no ano passado.

Instalado em Goiânia, feita a primeira eleição, foi eleito e várias vezes reeleito, o Dr. ALBATÊNIO CAIADO DE GODOY, como Presidente.

A gestão em Goiânia foi deveras um tanto difícil, eis que Goiânia não concentrava número suficiente de advogados e muitas vezes era impossível conseguir reuniões regulares e semanais.

Mas, mesmo assim, ao Instituto não passavam despercebidos fatos internacionais, como o falecimento do ilustre Presidente dos Estados Unidos, FRANKLIM DELANO ROOSEVELT, guardião da democracia das Américas; a revisão do regimento de custas; o estudo do Código de Processo Civil promulgado em 1940, e outros assuntos de interesses jurídicos e regionais.

Em 1948, o Dr. ALBATÊNIO DE GODOY que, há mais de 10 anos, vinha presidindo os destinos do Instituto, sobrecarregado com inúmeros afazeres, fez sua renúncia em caráter irrevogável, quando da ata constava o seguinte:

“Declarou o Sr. Presidente que, consoante a convocação feita a todos os seus componentes, na presente reunião deverá proceder-se a eleição para constituição da nova diretoria do Instituto e, terminou dizendo que, por motivo das suas ocupações no cargo oficial que desempenha e lhe tomam quase todas as suas horas do dia, impedindo maior dedicação aos interesses deste sodalício, e porque entende ser de vantagem uma renovação na Presidência, a fim de que seja ocupada por elemento melhor aparelhado para o desempenho de tão árduas funções, que-

ria deixar bem claro o seu propósito irrevogável de renunciar à alta investidura, caso fosse eleito, fazendo esta declaração por estar informado de que se cogitava, no momento, da sua reeleição”.

Da renúncia do ilustre homem público, o Instituto dos Advogados de Goiás passou a contar com a nova Diretoria, assim composta:

Presidente:	COLEMAR NATAL E SILVA.	
Vice-Presidente	MAXIMIANO DA MATA TEIXEIRA.	
ROMEUI PIREZ DE CAMPOS BARROS.		Conselho
EUCLIDES FÉLIX DE SOUSA.		Diretor:
Orador:	JOSÉ HONORATO DA SILVA E SOUSA.	
Tesoureiro:	JOSÉ HERMANO SOBRINHO.	
JOAQUIM TAVEIRA.		1º Secretário:
PAULO FLEURY DA SILVA E SOUSA.		2º Secretário:
	ALBATÊNIO CAIADO DE GODOY.	

Proclamados os eleitos, o Dr. ALBATÊNIO DE GODOY congratulou-se com os Membros dizendo que

“tendo o Instituto à sua frente o Dr. COLEMAR NATAL E SILVA, cercado de tão brilhantes auxiliares, estava evidentemente aparelhado para cumprir a sua nobre missão cultural em nosso meio, pugnando pela incentivação do estudo dos problemas jurídicos e sociais do momento, problemas estes que exigem de todos e principalmente de direito, o máximo de esforço e de dedicação”.

Com a palavra, o Dr. COLEMAR NATAL E SILVA, depois de enaltecer a obra realizada pelas administrações anteriores do Instituto, disse que

“aceitando a investidura com a qual o distinguiram, voto espontâneo de prezados consórcios, ia envidar todos seus esforços no sentido de desempenhar com dedicação o honros mandat recebido, sendo que seus agradecimentos ele fazia também em nome de todos os demais Membros da Diretoria”.

Estava iniciada uma terceira etapa na vida do Instituto, uma vez que a partir de 1937, sem querer diminuir o valor de seus ilustres e esforçados Presidentes, cabe a ALBATÊNIO DE GODOY e COLEMAR NATAL, grandes feitos e marcantes realizações na vida dessa instituição cultural.

O Dr. ALBATÊNIO CAIADO DE GODOY, falecido recentemente nesta Capital, cursou muito jovem o velho e tradicional

Liceu de Goiás e, em seguida, foi para S. Paulo matriculando-se na Faculdade de Direito, onde colou grau em dezembro de 1919.

Regressando à terra natal, iniciou sua carreira como Promotor de Justiça de Santa Rita do Paranaíba, hoje Itumbiara. Mais tarde deixou as funções de Promotor para vir residir na Capital do Estado.

Logo depois, foi eleito Deputado Estadual e veio ocupar altos cargos na administração estadual como Secretário Geral do Estado, Chefe de Polícia, Interventor Federal Interino, Prefeito Municipal de Goiás, Procurador da República, Presidente do Conselho Penitenciário, Presidente da Ordem dos Advogados, Presidente do Instituto dos Advogados de Goiás, Deputado Federal, Procurador da República, Professor Catedrático da Faculdade de Direito de Goiás, Membro da Academia Goiana de Letras e muitas outras comissões, desempenhando com raro brilhantismo e inteligência.

Quando a compulsória o alcançou como Procurador da República junto ao Tribunal Federal de Recursos em Brasília, onde prestou serviços por mais de 10 anos, foi seu retrato colocado no salão nobre daquele Tribunal, como prova de reconhecimento dos trabalhos prestados ao tão alto sodalício.

Aposentado em Brasília, regressou ao Rio onde montou seu escritório de advocacia e durante esse período escreveu vários trabalhos literários e deixou outros, que não chegaram a ser editados.

Vindo a Goiânia comemorar bodas de ouro de seu matrimônio, aqui faleceu e está sepultado, ele, que desde o início da construção desta magnífica Capital, foi um obreiro voluntário e perseverante.

Quando fazemos referência aos velhos e dedicados homens públicos que emprestaram parte de sua vida a este Instituto, temos de focalizar onde eles foram beber ensinamentos e formar uma cultura e cabedal admirável nas ciências jurídicas e sociais de maneira especial.

No século passado e mesmo no começo deste, Goiás-Estado distanciado do litoral, não podia ter uma Faculdade de Direito.

Os goianos em geral só poderiam estudar na vetusta Faculdade de Direito do Largo de S. Francisco, nas velhas e centenárias arcadas do Convento Franciscano.

— o —

Tivemos a ventura, talvez muito rara, de ser a terceira geração formada na mesma Faculdade, pois o nosso avô materno,

Conselheiro ANDRÉ AUGUSTO DE PÁDUA FLEURY, (foi Diretor da Faculdade). Representando seu sucessor, meu saudoso pai SEBASTIÃO FLEURY CURADO, diplomado em 1886 e, como terceira geração, colamos grau em 1932, formando assim uma continuidade de avô, pai e neto, diplomados em épocas diversas, mas na mesma Faculdade. Isto realmente é um fato raro, que muito nos envaidece.

Realmente, o Imperador D. Pedro, em 1827, instalou as primeiras Faculdades de Direito no Brasil, em Olinda, depois Recife e S. Paulo.

A posição geográfica de Goiás, em relação a S. Paulo, fazia com os goianos para lá se dirigissem, onde o grande RUY BARBOSA, ÁLVARES DE AZEVEDO, CASTRO ALVES e muitos outros brasileiros ilustres também contribuíram para elevar o nome dessa tradicional casa de ensino.

E por falar na Faculdade de Direito de S. Paulo, não poderíamos deixar de citar um fato, talvez desconhecido de muitos goianos.

Fazemos referência ao Conselheiro ANDRÉ AUGUSTO DE PÁDUA FLEURY, que, no Império, teve grande projeção na política e na administração central.

Basta dizer, em ligeiras afirmações, que o Conselheiro PÁDUA FLEURY foi o único goiano que exerceu o cargo de Governador de 3 Províncias, a saber: Paraná, Espírito Santo e Ceará.

Como Ministro de Estado, por longos anos, esteve à frente do Ministério. Mais tarde esteve na Europa, juntamente com RANGEL PESTANA, estudando sistemas penitenciários.

Regressando ao Brasil, depois de eleito Deputado Provincial, foi nomeado Diretor da Faculdade de Direito de S. Paulo, cargo a que esteve à frente até à proclamação da República no ano de 1889.

Devemos notar de passagem, que o cargo de Diretor da Faculdade de Direito, em S. Paulo, só tinha acesso aos paulistas de 400 anos, entretanto, PÁDUA FLEURY, que não era paulista, pelos seus elevados méritos, fora escolhido, por lista tríplice, para seu Diretor.

Na galeria do salão nobre da Faculdade de Direito de S. Paulo, em retrato a óleo, em ponto grande, está a figura do ilustre goiano que começou a sua vida pública como Juiz Municipal de Santa Cruz de Goiás.

Fizemas esta pequena digressão para focalizar um nome nacional que, formado pela Faculdade de Direito de S. Paulo, mais tarde veio a ser seu Diretor, dirigindo aquele estabelecimento com honradez, inteligência e cultura.

E, por falar em goianos de projeção nacional, lembramos o nome do Marechal JOAQUIM XAVIER CURADO, goiano de Pirenópolis que, além de ocupar inúmeros cargos na carreira militar, foi também Governador da Província de Santa Catarina, no sul do País.

Acreditamos, magnífico auditório, que no plano da política nacional estes dois goianos foram os únicos que dirigiram o poder executivo no Brasil, um da estirpe FLEURY, outro da CURADO, formando, assim, uma única família FLEURY CURADO, muito numerosa e tradicional por demais conhecida entre nós.

Mas, retomando as nossas afirmações de linhas atrás, o Dr. ALBATÊNIO DE GODOY foi Presidente do Instituto durante 10 anos e, em igual tempo, prestando grandes e inesquecíveis serviços está a figura do educador, jurista e escritor COLEMAR NATAL E SILVA.

Agora, mais do que nunca, o Instituto, ao entrar numa fase de reestruturação, quer na aquisição e ampliação de seus quadros, quer na sua vida funcional, tem como seu incansável Chefe e orientador o Prof. COLEMAR NATAL E SILVA, que não tem poupado esforços para elevar o nome do Instituto.

As datas 1º de janeiro, 24 de fevereiro, 21 de abril, 7 de setembro, 15 de novembro, na gestão COLEMAR NATAL, jamais passaram sem que o Instituto tomasse parte ativa em sua comemoração. Por exemplo, a data de 24 de fevereiro.

Hoje, nem feriado é mais e muitos ignoram que a primeira Constituição Federal foi assinada naquele dia.

E Goiás, apesar do recuado ano de 1891, com brilhantismo ofereceu ao Brasil para assinar a primeira Constituição Federal, nomes tais como GUIMARÃES NATAL, avô do nosso ativo Presidente COLEMAR NATAL, SOUSA JÚNIOR, avô do Desor. EVERALDO DE SOUSA, SEBASTIÃO FLEURY CURADO, pai do conferencista desta noite, LEOPOLDO DE BULHÕES, mais tarde Ministro da Fazenda, e outros nomes de igual valor.

Ao lado do ínclito RUY BARBOSA, que assinou e dirigiu os trabalhos da Constituinte de 91, a representação de Goiás esteve à altura e mostrou o seu valor.

— o —

O Instituto dos Advogados de Goiás marca este ano de 1975, um ano áureo. Realmente, desde o mês de janeiro que o nosso Presidente fez uma escala mensal de conferências que tem sido rigorosamente obedecida.

Conferências sobre a personalidade de GUIMARÃES NATAL; do centenário da instalação dos cursos jurídicos em Goiás; homenagem ao Ministro PAULO FLEURY; palestra do Dr. ADAYL

LOURENÇO DIAS; homenagem aos ex-sócios ALBATÊNIO CAIADO DE GODOY e SEBASTIÃO FLEURY CURADO, para o próximo dia 20 do corrente mês; comemoração da fundação do Instituto dos Advogados; palestra do Desor. CLENON DE BARROS LOYOLA sobre a História do Poder Judiciário em Goiás; comemoração do nascimento de RUY BARBOSA; comemoração do dia da Justiça e do dia da Declaração Universal dos Direitos do Homem, constituem marcos assinalados da intensa vida intelectual da nossa Instituição, graças à operosidade do nosso ínclito Presidente.

Se o Prof. COLEMAR NATAL E SILVA, educador, jurista e orador de nomeada, por longo espaço de tempo deu grande contribuição para o Instituto, agora, mais do que nunca, está realmente ampliando a vista do Instituto, não só pelas reuniões frequentes da sua Diretoria, como principalmente, estabelecendo conferências, palestras, estudos, enfim, aprimorando a nossa cultura jurídica.

Filho de ilustre estirpe, descendente do Dr. MARCELO SILVA, Magistrado Federal por dilatados anos, o Prof. COLEMAR NATAL fez seu curso secundário no tradicional Liceu de Goiás sediado na velha e sempre lembrada por todos nós, a querida Cidade de Goiás de tantas e tamanhas recordações.

Terminado o curso secundário, rumou para o Rio de Janeiro onde, após 5 anos de estudos, recebeu o grau de Bacharel em Direito. Regressando à sua terra natal, ainda muito jovem, foi nomeado Secretário Geral do Estado, em 1932, época em que nos escolheu como seu Chefe de Gabinete. Foi esta a primeira investidura na função-pública do nosso Estado.

Professor Catedrático, Procurador Geral do Estado, Primeiro Reitor da Universidade Federal de Goiás, ocupando outros cargos de direção, é o Prf. COLEMAR NATAL um expente das nssas lides forenses, desempenhando com inteligência, honradez e energia, as diferentes funções e comissões de alto nível.

Quer como Presidente da Ordem, quer com do Instituto tem sido um incansável.

Na personalidade marcante do Prof. COLEMAR NATAL, entre outras virtudes que ornem seu espírito dinâmico, de início vê-se que é um idealista, conservando sempre muito otimismo.

Assim, dada à sua orientação segura de Chefe e Coordenador, encontramos-nos hoje aqui reunidos, nós, advogados, num conagraamento intelectual e espiritual, fazendo com que

deste convívio feliz se torne a nossa laboriosa classe unida e firme nas suas justas aspirações.

O Prof. COLEMAR NATAL publicou vários trabalhos jurídicos e de literatura, inclusive uma coletânea de pareceres, quando desempenhava as altas funções de Procurador Geral do Estado.

— o —

Não nos queremos alongar, seria da nossa parte um abuso para tão seletto auditório.

Antes de finalizar esta modesta oração, não podemos deixar de salientar o valor do bacharel goiano diplomado pela nossa Faculdade, bastando num lance de olhos ver o quadro dos nossos Magistrados, as diversas atividades e assessorias jurídicas, no Magistério Superior, nos cargos técnicos, enfim, o bacharel formado em Goiás tem demonstrado elevado valor, capacidade e iniciativa para os grandes empreendimentos.

A semente lançada por JOSÉ XAVIER DE ALMEIDA medrou em terra boa e muito devemos a esse ilustre goiano, implantando o curso jurídico nas terras de Anhanguera.

E o bacharel em direito, contra quem se levanta a grita, assim como outrora clamavam os judeus contra seus profetas e contra o próprio Cristo, foi o fator veemente para o progresso do Brasil, já afirmava o ilustre Prof. BRAZ DE SOUSA ARRUDA, da Faculdade de Direito de S. Paulo.

O advogado, hoje mais do que nunca, tem um papel decisivo na política social e econômica de cada País.

A colaboração do advogado, nos diferentes setores da atividade jurídica e profissional, representa importante missão de um verdadeiro sacerdócio.

Nós, advogados, devemos ter bom conhecimento jurídico para desempenhar a nossa tarefa quotidiana, mas não nos podemos esquecer, antes de tudo, de que a ética profissional deve ultrapassar aquele próprio conhecimento jurídico.

Precisamos lembrar, em todos os minutos da nossa vida profissional, que nós nos esforçando para levantar o nível moral e intelectual de nossa classe, estamos, é certo, elevando o nome do Brasil perante as Nações.

O bacharel em direito, ante qualquer tarefa ou problema difícil, nunca deve recuar ou retroceder, pois a profissão de advogado é uma das mais nobilitantes carreiras.

Ao finalizar esta modesta palestra, queremos agradecer ao Prof. COLEMAR NATAL E SILVA a lembrança do nosso nome para proferir esta conferência, bem assim a todos os que nos ouviram com atenção e carinho.

PRIMÓRDIOS DE BRASÍLIA

ALTAMIRO DE MOURA PACHECO

Ouvindo, desde criança, falar na construção de uma cidade para sede do governo da República, fiquei entusiasmado com o assunto.

Mais tarde, acompanhando a brilhante atuação de Americano do Brasil, na Câmara Federal de Deputados, e convivendo com Henrique Silva, que fez parte da renomada Comissão Cruz, no Planalto Central do Brasil, cresceu-me o entusiasmo.

Depois, em São Paulo, onde passei grande parte de 1922, escrevi e foi publicado por "A CAPITAL", como artigo de fundo, em o número comemorativo do Centenário da Independência do Brasil, a 7 de setembro, um trabalho, analisando a idéia e demonstrando as vantagens de sua concretização para o nosso País.

A partir de então, e em consequência do lançamento da pedra fundamental, decorrente do Decreto nº 4.494, de 18 de janeiro de 1922, de autoria dos Deputados Federais Americano do Brasil e Rodrigues Machado, do Maranhão, no governo de Epitácio Pessoa, tomou vulto e radicou-se no meu espírito o problema mudancista.

Passei a interessar-me, cada vez mais, pela questão, ventilada, com ardor patriótico, pelos nossos representantes no Congresso, defendida, com firmeza de convicção, pela imprensa, e sempre lembrada por destacados vultos da política nacional.

Conservava na lembrança várias referências as tentativas malogradas de Sá Freire, em 1899, de Nogueira Paranaguá, em 1905, e de Justo Chermont, em 1919.

Não me esquecia dos projetos do talentoso Deputado Sebastião Fleury Curado, juntamente com seu colega Belarmino de Mendonça, em agosto de 1893, determinando a interiorização da Capital, bem como do que apresentou o inteligente Dep. Eduardo Sócrates, no ano de 1911, em troca da concessão de privilégios na exploração de vários serviços urbanos, a exemplo do requerimento feito ao Congresso Nacional pelo engenheiro francês A. Leyret, com Jesuino Maciel e M. Teixeira Lopes Guimarães, em 1905.

E, quando então se falava da mudança da Capital Federal, o meu pensamento voltava-se para a indiferença dos sucessivos governos da República e o desinteresse do Congresso.

Não se via no horizonte político-administrativo atividade alguma que pudesse alimentar a mínima esperança. Evasivas protelatórias faziam medrar a descrença, com seu maléfico poder de contágio, tão logo surgisse qualquer iniciativa a esse respeito.

E, por essa forma, durante longa seqüência de um decênio após outro, a matéria da interiorização da Capital Federal emergindo à tona das discussões e mergulhando-se no mar do esquecimento, acabou, finalmente, tomando o rumo que nos conduziria à vitória.

Deixou de ser procrastinada, através dos trabalhos desenvolvidos pelo Marechal José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, Presidente da Comissão de Localização da Nova Capital, no Planalto Central do País, em continuação dos serviços prestados, sucessivamente, no mesmo posto, pelos Generais Polli Coelho e A. Caiado de Castro.

Dirigindo-se ao Presidente Café Filho, que o designara para Chefe da Comissão, e não conseguindo a medida que pleiteava, de ser a área escolhida declarada de utilidade pública e conveniência social para efeito de desapropriação, socorreu-se da boa vontade e patriotismo do Governador José Ludovico de Almeida, que, prontamente, baixou o Decreto nº 480, de 30 de abril de 1955, e, também, em 5 de outubro do mesmo ano o de nº 1258, instituindo a Comissão de Cooperação para a Mudança da Capital Federal.

Foi o início da infra-estrutura, sem a qual não se poderia solucionar o maior e mais importante problema administrativo brasileiro.

Determinou-se, em consequência, o rumo que, rápida e definitivamente, transformaria, para assombro internacional, a posição do Brasil, que passou, então, a tomar pé no concerto progressista das mais pujantes Nações do mundo.

Desenvolveram-se as iniciativas governamentais, em todos os rincões do País, e, hoje, Brasília, centro refletor de idéias arrojadas, de exemplos edificantes nas áreas administrativas, marcha, confiante no Futuro nacional, com a serenidade luminosa de seu triunfo.

TRABALHOS PRELIMINARES

A Comissão, nomeada por Decreto do Chefe do governo goiano, foi solenemente empossada, no Palácio das Esmeraldas, a 8 de outubro de 1955.

Era constituída do signatário deste, como presidente, tendo como vice-presidente Dom Abel Ribeiro Camelo. Seus membros eram: Dr. José Peixoto da Silveira, jornalista Jaime Câmara, Dr. Aníbal Jajah, Dr. José Bernardo Félix de Sousa, Agrônomo Joaquim Câmara Filho, Dr. Domingos Francisco Póvoa, industrial Antônio Ferreira Pacheco, comerciante José Monteiro do Espírito Santo e o jornalista Geraldo Vale, respectivamente na qualidade de representantes da Secretaria da Fazenda, Secretaria de Viação e Obras Públicas, Divisão de Terras e Colonização, Procuradoria Geral de Justiça, Consultoria Jurídica do Estado, FAREG, Federação do Comércio, Federação das Indústrias, Associação Comercial e Associação Goiana de Imprensa.

Suas primeiras reuniões foram realizadas no Palácio das Esmeraldas, em sala para isso designada.

Tomadas as providências que se faziam imprescindíveis, e estudados os assuntos pertinentes à aquisição das terras do Distrito Federal — o principal objetivo da Comissão — verificou-se logo ser da máxima conveniência a criação de um escritório móvel para compra de terras.

Antes, porém, de qualquer outra deliberação, acompanhado pelo Dr. Peixoto da Silveira, Secretário da Fazenda, culto, operoso, integrante da Comissão de Localização da Nova Capital, e pelo Dr. Segismundo de Araújo Melo, Assistente Técnico, inteligente e trabalhador, visitei Planaltina e Formosa.

Da parte de seus respectivos Prefeitos Srs. Velusiano Antônio da Silva e Pedro Monteiro Guimarães e dos oficiais de Registro de Imóveis, Srs. Francisco Pignatta e Leonel Campos, encontrei boa vontade, e espontaneamente, me prometeram ampla colaboração, embora eu os científicasse de que nosso

trabalho seria executado com rapidez, em qualquer dia da semana ou mesmo durante a noite, e sem a mínima burocracia.

Apesar dos modestos e escassos recursos à nossa disposição, os empecilhos naturais ou imprevistos eram afastados sem diminuir o empenho do governador goiano e o nosso entusiasmo.

Assim, depois de examinada convenientemente a documentação, comprou-se a primeira fazenda dentro do sítio da Nova Capital, cuja escritura, como ato histórico, foi assinada, no Palácio das Esmeraldas, pelo Governador José Ludovico de Almeida, por mim, pelo Dr. Peixoto da Silveira, Secretário da Fazenda, e por Jerônimo José da Silva e Jorge Pelles, até então proprietários da mencionada fazenda.

Tratava-se de uma gleba de inestimável importância, não só por ser dotada de 4.300 alqueires geométricos como pela sua situação, e, por isso, a divulgação da notícia pela nossa imprensa despertou o ânimo dos especuladores.

Viram na feliz ocorrência uma oportunidade para condenáveis atividades.

Mas, cercado por elementos de grande projeção jurídica e técnica, tudo se solucionou, a contento, sob o irrestrito apoio do governo goiano, que me outorgou, a 18 de maio de 1956, uma procuração com os seguintes dizeres: "... o Governador do Estado de Goiás, Dr. José Ludovico de Almeida, brasileiro, casado, proprietário, domiciliado e residente nesta Capital, constitui seu bastante procurador o Presidente da Comissão de Cooperação para a Mudança da Capital Federal, o Dr. Altamiro de Moura Pacheco, brasileiro, solteiro, médico, domiciliado e residente nesta Capital, para representar o Estado de Goiás, nos atos de aquisição dos imóveis rurais situados dentro da área demarcada para o futuro Distrito Federal, para posterior transferência ao domínio da União, podendo contratar preço e condições; assinar e receber escrituras com as cláusulas e condições que ajustar; assinar compromissos de compra e venda sob as modalidades que julgam mais convenientes aos interesses do Poder Público; requerer, para os fins em vista, tudo quanto se fizer de mister perante quaisquer repartições públicas; contratar o arrendamento das propriedades adquiridas com os antigos proprietários, de modo a possibilitar continuem a exercer nelas as suas atividades agro-pastoris, incluindo, nos instrumentos respectivos, as cláusulas que consultem os interesses do Estado e da União e praticar, enfim, todos os demais atos necessários ao bom desempenho do presente mandato, por mais

especiais que sejam, embora não expressamente aqui consignados”.

Nesse ínterim, mais familiarizado com os trabalhos, e já de posse de doze milhões de cruzeiros velhos ou sejam doze mil contos de réis, liberados da verba de 120 milhões, votados pelo Congresso, em virtude de emenda proposta pelo Senador Coimbra Bueno, seguiu para o Planalto.

Instalei o escritório móvel em Luziânia, num ambiente de grande cordialidade e vivo entusiasmo, a 19 de maio de 1956.

O Prefeito Municipal Benedicto Roriz de Paiva, solícito e honesto, dispensou-me a maior atenção.

Joaquim Gilberto, ex-Deputado Estadual, ex-Secretário da Fazenda, Oficial do Registro, de comprovada probidade, fumando e tomando café, permanecia no Cartório até altas horas da noite e invadia, muitas vezes, as frias manhãs, musicadas pelas saracuras.

Delfino Meireles, Tabelião do 2º Ofício, cumpridor honrado de seus deveres, altamente escrupuloso, e Raniro de Aguiar, Escrivão de Órfãos, competente e dotado de belo caráter, não permitiam atraso no serviço.

Dr. José Dilermando Meireles, precioso ornamento da intelectualidade luziana, espontaneamente, sem mais interesse que o patriótico, muito nos auxiliou, assim como o brilhante escritor e destacado membro da Academia Goiana de Letras, Gelmires Reis, e Benedicto de Araújo Melo, ex-Deputado Estadual, cidadão prestimoso e cavalheiro de fino trato.

Outras figuras de relevo social, a Câmara de Vereadores na totalidade e os fazendeiros, principalmente, revelaram-se elegantemente compreensivos.

INTENSIFICAÇÃO DOS TRABALHOS

Já em Luziânia, a princípio com o Dr. Segismundo de Araújo Melo, na qualidade de Consultor Jurídico da Comissão, e o Dr. Moacyr Ribeiro de Freitas, inteligente e honrado Juiz de Direito de Ipameri, examinando a documentação, e o Dr. Joffre Mozart Parada, competente engenheiro-chefe da Sub-Comissão Técnica, percorrendo as propriedades e fazendo as medidas através dos mosaicos de fotografias aéreas, adquirimos, a 19 de maio de 1956, por desapropriação amigável, 1.634,02 alqueires geométricos de terras da fazenda Guariroba — a primeira transação.

A 21-5-956, para expressivo reforço da Comissão, e andamento mais rápido dos trabalhos concernentes à parte jurídica, ficamos contando com a eficiente colaboração e presença mui ilustre do Dr. Marcelo Caetano da Costa, então Juiz Corregedor do Estado, notável jurista, dotado de invejável capacidade de trabalho, hoje Desembargador, acompanhado pelo mui distinto Capitão Alberto Maria Fleury de Campos Curado, já falecido; do Dr. Hamilton de Barros Velasco, Juiz da 3ª Vara de Goiânia, brilhante pela inteligência e pela cultura, atualmente Desembargador aposentado; e do Dr. Luís Honório Ferreira, Juiz de Direito de Anicuns, inteligente bacharel em ciências jurídicas e engenheiro.

Prosseguindo nos trabalhos, que se desdobraram, como adiante se verá, fez-se, pelo Dr. Joffre, o reconhecimento das cabeceiras do córrego "Vicente Pires", onde estive presente.

Nesse mesmo dia, visitamos Planaltina, e pernoitamos em Formosa, onde os trabalhos, no Cartório do 1º Ofício, do mui correto e inteligente Leonel Campos, se prolongaram até à meia noite e, no dia seguinte, das 6 às 11 horas da manhã.

Regressando a Planaltina, recebemos, de Salvador Ribeiro de Freitas e sua mulher, a escritura de 860 alqueires geométricos da fazenda Bananal, por 688.000 cruzeiros, completando-se, então, a área do sítio da Nova Capital.

Assim agindo, e com a decorrente celeridade dos estudos da documentação que passou a ter a colaboração do Dr. Arquelau Augusto Gonzaga, Promotor Público de Goiás, em comissão na Procuradoria Geral de Justiça, as compras amigáveis multiplicaram-se.

Incorporando-se ele à Comissão, no dia 28, a 29, seguiu viagem com destino a Planaltina, para onde fora designado. Nesse dia, inauguramos, para teco-teco, em Braslândia, um campo de pouso, construído em 16 horas.

Também, a 1º de junho, seguiu o Dr. Luís Honório para a cidade de Planaltina, onde trabalhou, como jurista e engenheiro, ao lado do Dr. Arquelau.

Na mesma data, os Drs. Marcelo Caetano e Joffre Parada reconheceram e levantaram o perímetro das fazendas Ponte Alta e Taveira, além de uma parte de Santa Maria; entrou para o serviço da Comissão, transitoriamente, o Dr. Waldyr Costa Lins, engenheiro do Der-Go; e o Dr. Eurico Godoy visitou a região do Gama, em cuja cabeceira colheu dados necessários ao trabalho do planejamento para um "Núcleo Presidencial" a ser instalado.

Foi, pois, nesse ritmo e por essa forma que se desenvolviam as atividades da Comissão, para atingir o objetivo almejado, e, a 8-6, nos permitir a remessa, ao Sr. Governador do Estado, do primeiro relatório parcial de que foi portador o Dr. Segismundo, cuja presença no Rio se tornou necessária.

VISITANTES ILUSTRES

Desejosos de conhecer a região do Planalto Central do Brasil, elogiada por muitos e difamada propositadamente pelos adversários da majestosa idéia da mudança da Capital Federal, grande foi o número dos que nos procuraram.

Respondemos a perguntas inteligentes e oportunas. Esclarecemos dúvidas e ingenuidade, mas tivemos a satisfação, não rara, de ouvir exclamações de empolgante admiração!

A Natureza, não há contestar, empregou todos os recursos de sua técnica na inconfundível estética do maravilhoso centro de nossa Pátria!

Se a água é cristalina e brota em chaminés de pedra, o verde dos bosques eterniza-se na lembrança dos que escutam o murmurar da brisa embalsamada de seus campos, a segredar a grandeza do futuro.

E o que dizer, então, do todo, reunindo tantas filigranas de requintada formosura e perfeição?

Era muito de ver a eloqüência da resposta na transformação fisiônômica dos visitantes dotados de poder de observação!

A primeira foi dada pelo Senador Coimbra Bueno, batalhador e entusiasta da idéia mudancista, a 31-5-56, em visita aos nossos trabalhos.

Dr. José Webster, engenheiro da Aeronáutica, nosso hóspede por dois dias, magnetizou-se.

Dr. Francisco Braga Sobrinho, repórter dos Diários Associados, a serviço da "Folha de Goiás", de que foi Diretor, após três dias de excursão e observação, fez longa reportagem, gravando entrevistas de elementos de projeção da cidade e tirando fotografias.

O Major Mauro Borges Teixeira, hoje Coronel, de 16 a 18-56, hospedado pela Comissão, inteirou-se com entusiasmo de todos os trabalhos em andamento.

O jornalista Sebastião de Abreu, para o "Jornal de Notícias" e o "Diário da Tarde", tomou dados para ampla reportagem, a 23 do mesmo mês.

Vencidos três dias, os Professores Aarão Reis, Fernando Segismundo e estudantes do Colégio Pedro Segundo, visando um conhecimento, **in loco**, daquela privilegiada região, hospedaram-se, em Luziânia, no Hotel Flores. O Dr. Fernando Segismundo era Secretário da A.B.I. e um dos redatores do "Diário de Notícias".

No dia 3-8-56, recebemos uma parte da caravana de técnicos do Ministério da Agricultura, que, no dia seguinte, se completou com outros elementos em companhia do Dr. Ernesto Silva, Presidente da Comissão de Construção e Mudança da Capital Federal.

Integravam a ilustre comitiva: Dr. Avelino de Oliveira, Diretor Geral do Departamento Nacional da Produção Mineral (M.A.); Dr. José Andrade Ramos, Chefe da Sec. de Geologia do D.N.P. Mineral (M.A.); Dr. José Aluízo Gomes Maia, da Divisão de Águas do M. da Agricultura; Dr. Newton Beleza, Diretor do Ensino da Agricultura; Dr. Baltazar de Aroeira Neves, do Depart. Nacional da P. Animal; Dr. Ariosto Rodrigues Peixoto, do Dep. Nac. da Produção Vegetal; Dr. Waldemar Mendes, do centro de Estudos e Pesquisas Agrônômicas; Dr. Júlio Aguiar, do Serviço Florestal; Dr. Ivo de Araújo Familiar, do Conselho Coordenador da C.P.C.M.C.F.; Dr. Raul Pena Firme, Assessor Técnico de Urbanismo e Arquitetura; Dr. Placidino Fagundes, Assessor Técnico da Comissão; Dr. Caio de Brito Guerra, da Comissão de Estudos para o Financiamento da Capital; Dr. José Duarte Dias, Sec. do Presidente; Sr. Antônio Mariano, fotógrafo dos Diários Associados e Fernando Gonçalves, repórter de "A NOITE".

Sobrevoaram, orientados por nós, o vale do São Bartolomeu e tributários da margem direita, descendo ao aeroporto conhecido, na época, por Vera Cruz e ao do Gama.

Percorreram, por terra, a zona dos dois campos de pouso mencionados e, bem assim, a Cachoeira do Paranauá, passando por Bananal e Torto.

Visitaram a propriedade agrícola e criatória "Maria Pereira", e deliciaram-se com as frutas da fazenda do progressista Antônio Joaquim de Melo, onde Pena Firme, à mesa de café, chá, leite e doces, pronunciou um belo improvisado.

Ficaram conhecendo panoramicamente as fazendas "Taquaral", "Santa Prisca", "Santa Bárbara", "Barreiros" e "Jatá" sendo que nesta, à sombra de tuias e mangueiras, foi-lhes oferecido, pelo governo goiano, um almoço caprichado pela família do inteligente fazendeiro Benedicto de Araújo Melo.

Regressando no dia seguinte, daqui voltei ao Planalto, a 6-8-56, acompanhando o Sr. Ministro do Trabalho, Dr. Persival

Barroso e sua grande comitiva, sobrevoando a Cachoeira do Paranauá, Gama e Cachoeira da Saia Velha.

À tarde, naquele mesmo dia, recebemos e demos hospedagem, no Grupo Escolar local, aos Professores do Instituto Eletrotécnico de Itajubá, Drs. Herbert Lindendein e João Batista Ricci, e bem assim a 31 diplomandos de tão conceituado Estabelecimento de Ensino Especializado.

Vieram fazer estudos e projeto do aproveitamento hidroelétrico para suprimento de energia à futura Brasília, na Cachoeira do Paranauá.

Os Professores regressaram a Goiânia, no dia 10, e os acadêmicos, no dia 11, depois de haverem passado três dias ao lado da Cachoeira, onde foram alojados em duas barracas.

A 23-8-56, tivemos a visita do Sr. Brigadeiro Jussaro e sua comitiva, acompanhando-os em demorada excursão pelos pontos mais interessantes da região escolhida para sede administrativa da República.

Dia 29-8-56, seguimos para a cidade de Planaltina. Lá, entre a cordialidade do Prefeito Veluziano e o espírito evolido do ex-Governador do Estado Dr. Hosannah de Campos Guimarães, com a mais decidida, valiosa e patriótica colaboração dos Drs. Marcelo Caetano, Arquilau Gonzaga e Joffre Parada, foram levados a bom termo estudos, *in loco*, da fazenda Paranauá, na região que se limita com a fazenda Brejo.

Os trabalhos se prolongaram até 8 de setembro, quando regressamos a Luziânia, para hospedar o Dr. Ernesto Silva, juntamente com o engenheiro Ivo Familiar (Assessor Técnico da Comissão), Professor Lejeune de Oliveira, Chefe do Serviço de Hidrobiologia do Instituto Oswaldo Cruz, Dr. Carlos Rocha, Assessor Técnico da Comissão, Agrônomo D. Duque Catão, do Instituto Nacional de Emigração e colonização, e o Dr. Ariosto Peixoto, do Dep. Nac. da Produção Vegetal.

Este, durante vários dias, ficou em nosso alojamento, com a incumbência de estudar, no Novo Distrito, nas porximidades do Gama e do sítio da Capital, uma área apropriada à instalação dos primeiros núcleos do Ministério da Agricultura, e coligir, ao mesmo tempo, dados para um plano de racionalização da agricultura.

Dia 16-9-56, retirou-se para Goiânia, de onde seguiu com destino à bacia do Tocantins, juntamente com o Dr. Joffre Parada, o Dr. J.R. de Andrade Ramos, que, em nosso alojamento permaneceu dez dias, iniciando os trabalhos de levantamento dos recursos minerais do Futuro Distrito Federal. Foi para isso

designado como Chefe da Seção de Geologia da D.G.M. do D.N.F.M., visando também a folha geológica da futura Capital. Estes trabalhos foram realizados com a co-autoria do Dr. Joffre.

Dia 18, novamente em Planaltina, recebi a escritura do fazendeiro Francisco Rebelo e a de D. Virgínia de Sousa e Silva, localizada onde, sem demora, se construiu a célebre Granja do Torto.

VISITA DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Atendendo a um convite do Dr. Joaquim Neves, Secretário do Interior e Justiça, vim do Planalto para, no dia 1º de outubro, pronunciar, no Jóquei Clube, perante a Escola Superior de Guerra, um discurso a respeito dos trabalhos da Comissão.

Isso realizado, no dia seguinte, dois de outubro de 1956 — data histórica na vida administrativa do Brasil — acompanhei o Governador Ludovico de Almeida e o Vice-Governador Bernardo Sayão ao Planalto, onde compareceu, pela primeira vez, um Presidente da República.

Às 11,40, primando pela pontualidade, chegou o Dr. Juscelino Kubitschek de Oliveira, no avião presidencial, a voar mui alto, em voltas sucessivas.

Presumindo houvesse demora ou dificuldade no reconhecimento da pista do aeroporto, determinou-se ao Zirinho, hábil piloto do avião do Estado, a serviço da Comissão, que decolasse e agisse de modo a orientar o avião presidencial.

Desembarcou, então, o Senhor Presidente da República, com a seguinte comitiva: General Teixeira Lott, Ministro da Guerra; Comandante Lúcio Meira, Ministro da Viação; General Nelson de Melo, Chefe da Casa Militar do Presidente da República; Dr. Israel Pinheiro da Silva, Presidente da Novacap; Dr. Ernesto Silva, Diretor Administrativo da mesma empresa; Dr. Balbino de Carvalho, Governador da Bahia; Brigadeiro Araripe Macedo, da FAB; Regis Bittencourt, Diretor do DNER; Dr. Oscar Nie-Meyer, Professor da Escola Brasileira de Arquitetura; Comandante Marcelo Ramos, Ajudante de Ordens do Presidente; Major Dilermando, Sub-Ajudante, e o Engenheiro Saturnino de Brito.

De outro avião, 20 minutos depois, desembarcaram os jornalistas José Moraes, Secretário de Imprensa do Catete; Francisco Magalhães, da AGÊNCIA NACIONAL; Alberto Homisi, de O GLOBO; Batista de Paula, da ÚLTIMA HORA; Armando Rosário, da MANCHETE; e Herbert Richers, cinegrafista.

Aguardando a chegada do Sr. Presidente da República, já se encontravam, conduzidos por outro avião, o Dr. Camargo Júnior, Diretor Comercial da CELG; o ex-deputado Serafim de Carvalho e o Capitão Haroldo Norat Guimarães, do 6º B.C..

Agindo, então, com rapidez e decisão, consoante seu feitiço, o Presidente Juscelino, após apresentações do estilo e observar a sede tosca do aeroporto, entrou em indagações.

Achava-me prestando informações ao Sr. Ministro da Guerra, General Lott, quando sua Excelência se aproximou, perguntando-me:

— Quantos alqueires de terra já desapropriou?

— Até o momento, por compra amigável, devidamente registrados, 25.000 alqueires geométricos.

— Por que Geométricos?

— Porque o alqueire goiano corresponde ao dobro do alqueire paulista.

— Qual a posição das terras adquiridas em relação ao sítio ?

— Presidente, a essa pergunta melhor poderia eu responder na sala próxima, onde tenho mapas e documentos do nosso serviço. Não acha?

Tomando, em seguida, posição em volta de pequena mesa improvisada, o Presidente Juscelino, entre os membros mais destacados da caravana, observando atentamente o que eu lhe mostrava, continuou a perguntar-me:

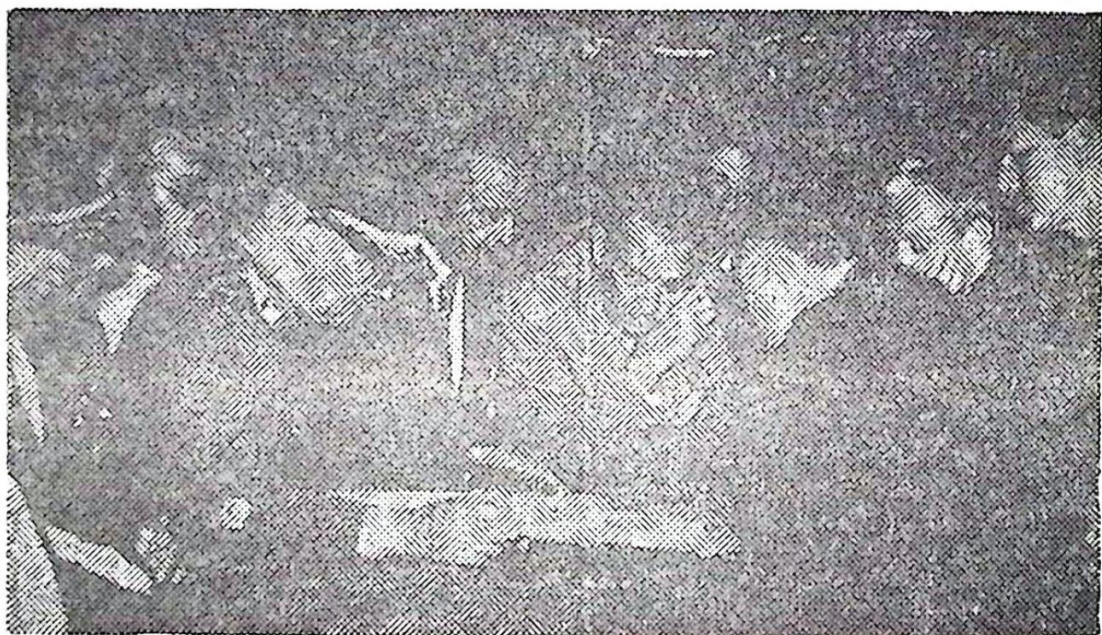
— Quais as conseqüências da mudança da Capital para aqui?

São muitas, e todas de grande alcance para a Nação. Com a obrigatoriedade de se construírem estradas, melhorando os meios de transporte ferroviário, fluvial e aéreo, haverá rápido povoamento de todo o interior brasileiro, aumento da produção acarretando divisas, e a integração da Amazônia.

— Qual o tempo necessário para a construção da Capital?

Três anos e seis meses. Pois, as terras suficientes para tal empreendimento estão à disposição do governo, e o preparo psicológico do brasileiro em torno do assunto, procrastinado desde o século passado, está feito.

— Veja como são as cousas. O Marechal José Pessoa pediu-me vinte anos, Jerônimo Coimbra Bueno, dez, e você três e meio. Israel, disse o Presidente, após ligeira pausa, dou-lhe três, anos, dez meses, nem mais um dia.



Altamiro mostrando a posição das terras adquiridas, no mapa, ao Presidente Juscelino, General Lott, Ministro da Guerra, ao Ministro Lúcio Meira, General Nelson de Melo, Chefe da Casa Militar, do Presidente da República, Dr. Israel Pinheiro, Presidente da Novacap, Dr. Balbino de Carvalho, Governador da Bahia e Bernardo Sayão, Diretor da Novacap.



OUTROS ASPECTOS DA VISITA PRESIDENCIAL

A imprensa goiana, dando espontânea e ótima cobertura às ocorrências de que se revestiu a visita presidencial, merece referida neste relato.

O jornalista Eliezer Penna, enviado especial de "O POPULAR" afirmou, na primeira página do conceituado Diário Matutino, de 4 de outubro de 56, ao pé de oito expressivas fotografias: "AS AUTORIDADES observam mapas e "croquis" da nova capital: no alto, o sr. Altamiro Pacheco mostra ao presidente da República, aos ministros Teixeira Lott e Lúcio Meira, ao deputado Israel Pinheiro e ao general Nelson de Melo detalhes dos planos ferroviários e rodoviários em demanda ao sítio de Brasília; no centro, exame de um mapa da área escolhida, vendo-se, além do presidente, o governador da Bahia, o general Teixeira Lott e o deputado Israel Pinheiro; em baixo, os visitantes percorrendo um trecho da Fazenda Gama".

E, na página em que finaliza a bem concatenada reportagem, com o sub-título "OBSERVAÇÃO DE MAPAS E "CROQUIS", assegura: "Encerrada a fala aos jornalistas, sobre a improvisada mesa de madeira, os srs. José Ludovico, Bernardo Sayão e Altamiro Pacheco mostraram ao presidente, aos ministros da Guerra e Viação, ao deputado Israel Pinheiro e demais acompanhantes os mapas da região e o croquis do Núcleo Residencial Pioneiro a ser levantado na Fazenda Gama.

À ocasião, o sr. Altamiro Pacheco fez uma exposição sobre o andamento dos trabalhos de desapropriação das terras, bem como dos planos rodoviário e ferroviário que demandarão a futura capital. Os informes foram feitos com tal segurança e objetividade que deram motivos a elogio da parte do Sr. Juscelino Kubitschek".

Na primeira página, também, do mesmo jornal, do dia 5, Eliezer Penna, completando sua ampla reportagem atinente ao magno acontecimento, ilustra-a com outras seis fotografias, acrescentando: "Flagrantes da histórica visita do presidente a Brasília: ao alto, em pose especial para a posteridade; vendo-se, da direita para a esquerda, o deputado Israel Pinheiro, o governador Antônio Balbino, o governador José Ludovico, o presidente Juscelino Kubitschek, o general Lott, o general Nelson de Melo e o ministro Lúcio Meira; no centro, o sr. Altamiro Pacheco faz uma exposição ao presidente; em baixo os visitantes ao pé da cruz de pau brasil".

Estas não pequenas transcrições fizeram-se necessárias, mesmo imprescindíveis, para uma peremptória contraposição ao Dr. Ernesto Silva que, no seu livro "História de Brasília", página 105, se vangloria de ter sido executar de trabalho alheio, de trabalho que não executou.

"A dois de outubro de 1956", disse ele, "às 7h 45 min, deixa o aeroporto de Santos Dumont, em avião da FAB, o Presidente Juscelino Kubitschek, acompanhado do Ministro Henrique Lott, do General Nelson de Melo, Israel Pinheiro, Antônio Balbino, Regis Bittencourt, Oscar Niemeyer, Brigadeiro Araripe Machado e outras pessoas. **Nós, (o grifo é meu) na realidade, éramos a única pessoa que conhecíamos todos os segredos da região e os trabalhos já elaborados. Munidos de vários mapas e relatórios, explicamos ao Presidente e à comitiva os trabalhos realizados, indicando ao Brigadeiro Araripe os locais previstos por Belcher para a construção de aeroportos. A descida se deu às 11,45, no campo de pouso provisório, onde nos aguardavam o governador de Goiás, José Ludovico de Almeida, Bernardo Sayão e Altamiro Pacheco. Logo após o desembarque, tomamos com o Brigadeiro Araripe, um Cessna para fixar o local onde se iria construir imediatamente o primeiro aeroporto**".

À página 83, do mesmo livro de sua autoria, lê-se: "Já no mês de outubro de 1955, o Estado de Goiás cria uma Comissão de Cooperação para a Mudança da Capital Federal, cuja presidência é confiada a um goiano ilustre, médico de renome, o Dr. Altamiro de Moura Pacheco. Esta Comissão viria, posteriormente, ser responsável pelas primeiras e principais desapropriações, realizando importante trabalho de levantamento e prestando relevante serviço à causa da transferência da capital. Muitas desapropriações só foram possíveis pelo baixo preço então proposto, graças à pertinácia e ao espírito público do Dr. Altamiro de Moura Pacheco, aliado ao grande conhecimento que esse digno brasileiro tinha dos homens da região, que o respeitavam e acatavam".

Lendo-se estes tópicos, ressalta no espírito de qualquer leitor, por menos avisado que esteja, um categórico auto-desmentido do Dr. Ernesto Silva.

Sua Senhoria, que prestou bons serviços nos altos postos exercidos, à epopéia de Brasília, não precisava, para se engrandecer, afastar-se da verdade dos fatos.

Elogiando-me, repetidas vezes, podia fazê-lo sem classificar Goiás como terra de ignorantes, esquecendo-se de que, ao ensejo da visita presidencial a que se refere, nas fotografias ti-

radas pela imprensa e publicadas, sua presença não é distinguida, a confirmar o alegado.

— * —

Tudo corria bem. A animação aumentava à medida que o Presidente se fazia conhecedor da marcha dos serviços da Comissão. Depois, com as informações prestadas e os dados colhidos, iniciou-se uma excursão, em viaturas do Estado, com destino à zona do Gama.

Antes, porém, determinou-se ao piloto Zirinho, da Comissão, e ao da FAB, que levassem os aviões para o aeroporto do Gama, de onde, às 15 horas, regressaria ao Rio a comitiva presidencial.

No automóvel, dirigido por Amélio Napoleão, tomaram assento o presidente Juscelino, comigo a seu lado, an frente, e, atrás, o General Lott, o Dr. Israel Pinheiro e o Governador Ludovico de Almeida.

Transposto o córrego Guará, bem como o Vicente Pires, houve uma parada, por ordem do Presidente. Nesse comenos, observaram o cristalino das águas. Acharam-nas admiráveis, e, no mapa, examinaram sua posição relativamente ao sítio da futura Capital.

Atingindo uma curiosa pedreira, em local de grande beleza, que a Comissão escolhera para sede da Novacap, o Presidente discordou.

Rumando, em seguida, para a cabeceira do Gama, sítio em que, dentro de poucos dias, sob a direção de Niemeyer, se levantou o Catetinho, hoje, mundialmente conhecido, o Presidente exultou.

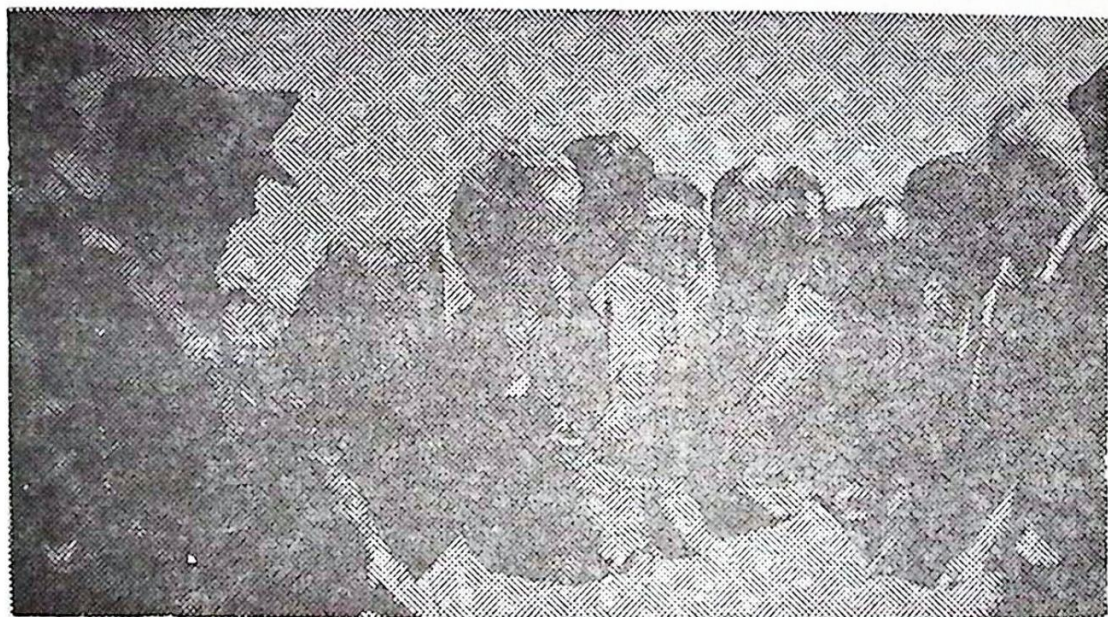
Admirou a singularidade de um olho de água, em chaminé de pedra, com vazão suficiente para mover a usina elétrica da velha fazenda do Gama, à jusante.

Deu largas ao sentimento estético, em face da formosura do bosque, e dele, ao sair, contemplou a suntuosidade panorâmica.

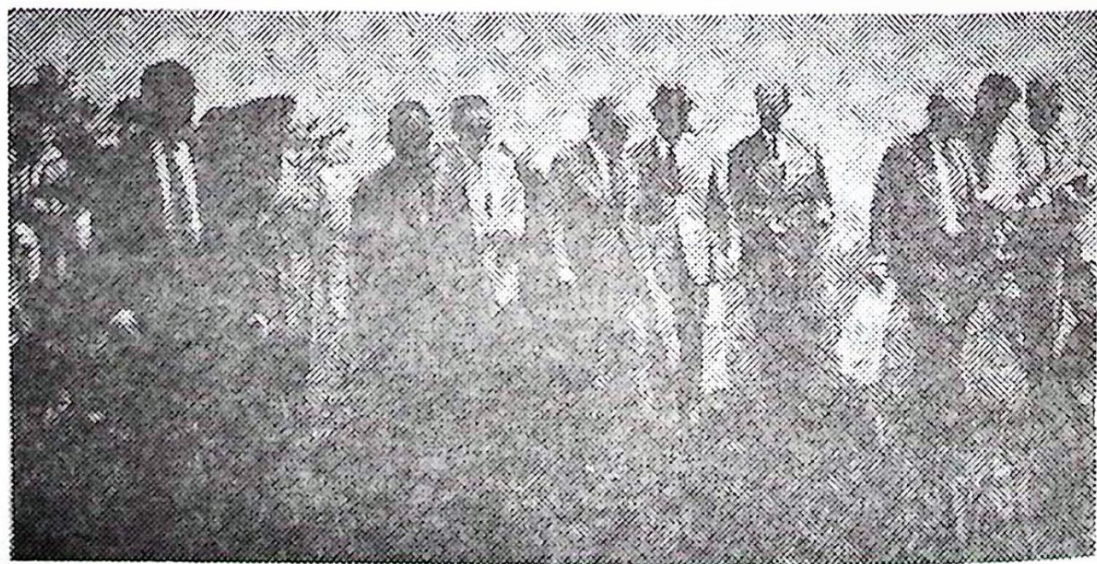
Tomou do mapa, em meu poder, assinalou os pontos de sua preferência para localização do Palácio da Alvorada, do Brasília Palace Hotel e do Aeroporto, dizendo-me: "Acompanhe-me no seu teco-teco, e me mostre estes locais. Não podendo lá ir, quero vê-los do avião".

O passeio realizou-se, com Israel à frente, ao lado do piloto Zirinho; atrás, o Presidente, à minha direita; e o Ministro da Viação, à esquerda.

Sobrevoada a região, inclusive a Cachoeira do Paranauá, e identificados os locais escolhidos, assim que desceu do avião,



Altamiro mostrando, no mapa, a posição das águas do Riacho Fundo, ao Presidente da República e sua comitiva.



Altamiro e Israel Pinheiro, ladeando o Presidente da República nos campos da fazenda Gama.

o Presidente Juscelino, rodeado pelos componentes da caravana e por visitantes, deu ordens a Israel para, na semana seguinte, começar as obras.

E, sorridente, despediu-se, para o regresso ao Rio, na hora previamente marcada, incumbindo-me de orientar Israel sobre os locais preferidos para as construções iniciais.

— * —

Superou-se, então, a fase das discussões sobre o palpitante problema da mudança da Capital Federal.

Dissiparam-se as dúvidas relativas à determinação de se levar avante uma realização de tal vulto.

E os pródromos da grande transformação político-administrativa por que passaria o Brasil encontraram, no patriótico gesto do Presidente Kubitschek, o apoio nacional e a consagração do mundo inteiro.

— * —

Eufórico e jubiloso, mas dentro de sua constante serenidade, o Governador Ludovico de Almeida, em seguida à partida do Presidente da República, regressou a Goiânia, acompanhado pelo Vice-Governador e por mim.

No dia 5, voltamos a Brasília, onde, no Aeroporto Vera Cruz, recebemos Israel, que foi para Luziânia, de jipe, em nossa companhia (de Sayão e minha).

No dia seguinte, percorremos os pontos que o Presidente da Novacap desejava melhor conhecer, inclusive Paranauá, onde, ao pé da Cachoeira, com o Prefeito de Luziânia, Benedicto de Paiva Roriz, lhe oferecemos um churrasco.

Pela manhã de 7, viemos para Goiânia, no avião de Israel, sobrevoando a estrada que de Luziânia vem a Anápolis, o trecho da BR até o quilômetro 74, e parte da estrada de Anápolis à Ceres, visitando, finalmente, Anápolis.

— * —

Por ocasião da segunda visita do Sr. Presidente da República, logo após a conclusão do Catetinho, lá compareceram o Governador José Ludovico de Almeida, o Senador Pedro Ludovico Teixeira, alguns auxiliares administrativos e pessoas de alta projeção social.

Não havendo recurso para os hospedar, em dia chuvoso e já noite entrante, rumamos de automóvel e jipe para Luziânia, onde jantaram e pernoitaram no Hospital em que se alojara a Comissão.

Conhecidos os nossos serviços, regressaram, no dia seguinte, animados com o que viram e observaram.

NO PALÁCIO DO CATETE

Nesse ritmo de trabalhos, com os estudos jurídicos e técnicos de toda a área territorial do Distrito Federal assaz adiantados, passei às mãos do Governador Ludovico de Almeida, a 30 de novembro de 56, o segundo relatório parcial.

Fiz, ao mesmo tempo, uma prestação de contas, e pedi demissão irrevogável do cargo, em face da precariedade de meu estado de saúde.

E, enquanto aguardava a demissão que não vinha, continuei agindo até que, no meado de fevereiro de 57 recebi, do Rio de Janeiro, um telegrama, nestes termos: "Apraz-me convidar prezado amigo para o ato de assinatura da escritura de transmissão dos terrenos para a construção de Brasília, segunda-feira próxima, às onze horas, no Palácio do Catete. Saudações cordiais. Juscelino Kubitschek, Presidente da República".

Subscrito pelo Governador José Ludovico de Almeida, que se achava no Rio, e pela bancada goiana no Palácio Tiradentes, recebi, pouco depois, o seguinte radiograma: "Assinatura do documento da transferência das propriedades do novo Distrito Federal para a União constituirá justo motivo para que sejam tributadas ao prezado amigo, as homenagens e o reconhecimento dos Governos da República e do Estado, pelos patrióticos esforços e admirável espírito público com que se tem conduzido à frente da Comissão de Cooperação. Secundamos, por isso, o convite que lhe foi dirigido pelo eminente Presidente Juscelino Kubitschek para representar o Estado de Goiás no ato, às 11 horas de segunda-feira, no Palácio do Catete. Cordialmente".

Tomando o avião, no dia 17, fui ao Rio, desembarcando no Aeroporto Santos Dumont, onde me esperavam o Governador de Goiás e o Dr. Segismundo.

Seguindo para o Copacabana Palace, hotel de minha preferência há 22 anos, no dia seguinte, às 10,30, fui procurado pelo dedicado amigo Israel Pinheiro, que me levou ao Palácio do Catete.

Às 11 horas, o Presidente Juscelino, cercado de Ministros, Congressistas e Governadores, assim que o cumprimentei, no salão em que se daria o ato histórico, foi logo falando: "Você quer deixar-nos, não consentirei. Vou mandar-lhe, para o seu serviço, um Cesna 110, novo".

Dando início à solenidade, sob vivo entusiasmo, pronunciou bellissimo improviso, reiterando o propósito de inaugurar, em seu Governo, a Nova Capital.

E, depois de ouvida a palavra do Governador Ludovico de Almeida e do Senador Coimbra Bueno, determinou ao Tabelião que lesse a escritura, de cujo cabeçalho consta o meu nome, como Presidente da Comissão de Coordenação para a Mudança da Capital Federal e transmitente, pelo Estado de Goiás, ao Dr. Israel Pinheiro da Silva, como Presidente da Novacap, representando o Governo Federal, das terras até então adquiridas em o Novo Distrito Federal.

A escritura, lavrada em grande livro apropriado, recebeu somente as assinaturas do Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, Governador José Ludovico de Almeida, a minha, do Dr. Israel Pinheiro da Silva, e, como testemunhas, por Goiás, as do Professor Benedicto Silva e do Dr. Sebastião Santana e, pela União, as do Embaixador Negrão de Lima e do Dr. Antônio Balbino de Carvalho, Governador da Bahia.

CORRESPONDÊNCIA

No decorrer da primeira fase dos trabalhos da Comissão, a correspondência recebida tornou-se volumosa, com uma diversificação bem original.

Surgiram pedidos de esclarecimento sobre várias questões concernentes ao problema da aquisição das terras.

Uns queriam-nas com livre acesso à exploração, abolindo todos os obstáculos que restrinjam seu uso. Outros opinavam no sentido de que seu domínio direto não poderia ser alienado em caso algum, fosse a que título fosse. E não poucos, mostrando-se interessados pela construção de Brasília, procuraram-nos, deixando, porém, transparecer objetivo nem sempre aconselhável, para não dizer escuso.

Todavia, é bom frisar, com efeito, havermos recebido correspondência de valor, firmada por elementos de grande projeção social, bem assim ter sido visitado por pessoas dotadas de honradez e boa intenção.

Do longínquo e afortunado Rio Grande do Sul, vindo de Jaguarão, nas divisas com o Uruguai, visitou-nos um advogado, de fino trato, acochado pelo desejo de conhecer a região em que se considerava proprietário, através de alguns lotes adquiridos a dez mil réis, cada um, nos idos do Governo de Washington Luís.

Examinando os títulos apresentados, de loteamento destituído de formalidades legais, fizemo-lo ciente de que os documentos não tinham valor algum, e não mais poderiam ser legalizados.

Discordando, delicadamente, alegou, a seu favor, estarem os mesmos registrados.

— Não, cavalheiro, há equívoco de sua parte. O registro que deles consta é da Secretaria da Intendência. Não lhe parece?

Olhou; tornou a olhar, e riu a valer, repetindo: “Lição de médico a advogado. E que lição!”

— * —

Dentre as muitas correspondências de nosso arquivo, a respeito de Brasília, traslado para aqui, além de mais umas poucas que seguirão no encalço desta, uma carta, com o texto a seguir: “Comissão de Planejamento da Construção e da Mudança da Capital Federal, 6 de jun — 1956. Nº 68 — 56.

Excelentíssimo Senhor Dr. Altamiro de Moura Pacheco

Levo ao conhecimento de Vossa Excelência que transmiti ao meu substituto eventual, General Aureliano Luís de Farias, o cargo de presidente da C.P.C.M.C.F., enviando ao Sr. Presidente da República meu pedido de demissão em caráter irrevogável.

O serviço que Vossa Excelência, com o seu incontestável prestígio, tem prestado à causa da mudança da Capital Federal, há de ser reconhecido por todos os brasileiros que, amantes do seu país, desejam ardentemente a concretização da transferência da nossa Capital.

Envio-lhe os meus sinceros agradecimentos pela excelência do seu trabalho — discreto, eficaz, patriótico — base de todas as realizações posteriores, o qual haverá de terminar breve, com o êxito e a confiança esperada.

Peço aceitar meu reconhecimento pelas gentilezas que sempre me dispensou, ficando ao seu inteiro dispor, como amigo leal e sincero admirador.

Marechal José Pessoa”

Em contribuição, não podia deixar em esquecimento a missiva que segue, subscrita por um grande professor, filho do célebre engenheiro que se imortalizou, em Belo Horizonte, como Niemeyer, em Brasília.

Rio, 3 de setembro de 1956

Prezado Dr. Altamiro:

Muita saúde e votos de que continue a ser bem sucedida sua proffícu e incessante atividade, são meus desejos iniciais.

Somente agora posso escrever ao eminente patrício porque, ao chegar das excelentes férias que passei em Goiás, tive de por em ordem minhas atividades no magistério, agora complicadas com minha nomeação para ocupar, interinamente, a cátedra de geografia no Colégio Pedro II. Entretanto, nem por um momento descuidei-me de pensar no caloroso agradecimento que eu e meus companheiros de excursão devemos ao prezado Dr. Altamiro pela maneira cativante com que nos acolheu e nos proporcionou um dos mais belos espetáculos, tanto da própria Natureza quanto de ardor cívico, tão bem representados por sua própria pessoa e de seus dignos colaboradores, Dr. Marcelo e Dr. Joffre.

A eles, também enviamos um cordial agradecimento e votos de breve término de seus trabalhos, com inteiro sucesso.

Aliás o entusiasmo pela obra patriótica que os goianos vêm empreendendo, foi contagioso e nos tornou verdadeiros propagandistas da idéia da mudança da Capital Federal, que nós, professores de Geografia e História, tão bem conhecemos e sentimos a necessidade. Mas, como todo o homem do litoral, é preciso renovar as idéias em contato mais íntimo com o sertão; daí o enorme proveito que vimos retirando das nossas andanças; no ano passado no vale do São Francisco e, este ano, no belíssimo Goiás, que tanto me encantou.

Aproveito também a oportunidade para comunicar que, a convite dos alunos da Escola Naval, deverei fazer lá mesmo, nos fins deste mês, uma palestra justamente sobre a “mudança da capital”.

Apresentei vários temas à rapaziada e eles mesmos escolheram este; creio ser isto o bastante para mostrar o interesse que o problema vem suscitando.

Entretanto, estou carente de algum material. Disponho daquele opúsculo que o Sr. mesmo me ofereceu e já obtive o “Relatório Técnico” (1ª parte; vol. 1, 2 e 3, assim como o “anexo” ao vol. 2). Pretendo ir à Comissão, aqui no Rio, a fim de obter maior número de dados, bem como fotos (pois fui mal sucedido nas fotos que bati, por estar velho o filme). Mas, se o prezado amigo tiver tempo de me fazer algumas indicações, ficaria extremamente grato pelo auxílio, que sei será valioso.

Junto envio revistas com colaboração minha. Breve espero escrever mais alguma coisa sobre Goiânia, rio Araguaia, velha Goiás e essa pitoresca Luziânia.

Apresentando efusivos cumprimento ao eminente patrício, declaro-me à sua inteira disposição, com cordiais saudações.

David P. Aarão Reis.

Os trabalhos da C.C.P.M.C.F., despertando a atenção e o patriotismo do brasileiro, atraíram curiosos e observadores, que irromperam de todos os quadrantes do País. A descrença, a princípio generalizada, pode dizer-se, em pouco tempo, num grande salto, transformou-se em vivo entusiasmo, a enraizar-se no espírito coletivo. E o interesse por melhor conhecimento da realidade esboçante, alcançando evidência e granjeando sequazes, manifestou-se com vigor na alma da juventude estudiosa, que também ofereceu colaboração.

O relatório a seguir bem o demonstra:

CÓPIA

Itajubá, 30 de agosto de 1956.

RELATÓRIO SOBRE A EXCURSÃO DA ATUAL 4ª SÉRIE DO INSTITUTO ELETROTÉCNICO DE ITAJUBÁ AO PLANALTO CENTRAL BRASILEIRO

1º) — Objetivo: —

Conforme estabelecem os regulamentos internos do I.E.I., cada aluno deve apresentar como tese de conclusão de curso, e como trabalho individual, um projeto de uma Central Hidrelétrica. Esse projeto é apresentado e defendido pelo aluno à uma banca examinadora constituída de professores de Hidráulica, Construção Civil, Topografia, Concreto Armado, Eletricidade, Mecânica e Geologia. Somente quando esse trabalho, como prova final de conclusão de curso, e fazendo parte dos trabalhos práticos da cadeira de Aplicações Industriais da Eletricidade é considerado suficiente por todos os membros da comissão examinadora, é que o engenheiro pode colar grau. Imo-destamente, esse trabalho constitui um dos orgulhos da Escola e dos seus acadêmicos. Ele efetua um severo balanço dos conhecimentos adquiridos pelos alunos durante os cinco anos de curso superior e cria uma última oportunidade para o estudante aperfeiçoar os seus conhecimentos. Os resultados obtidos até aqui e a dedicação dos alunos a esse trabalho de fôlego e no qual desenvolvem atividades intensivas durante dezesseis meses, vem de justificar o esforço despendido pela Escola e seu

corpo docente no sentido sempre do seu maior aperfeiçoamento e atualização constante.

Se os alunos, por obrigação regulamentar, devem apresentar esse trabalho individual, é de patriótica iniciativa e também cooperando para maior incentivo e entusiasmo, que esse trabalho seja executado prevendo o aproveitamento viável de uma cachoeira do país.

Com esse objetivo os nossos alunos e professores tem sido solicitados a executar projetos em diversas cachoeiras do Brasil.

Atendendo a mui honroso convite do Ilustríssimo Senhor Dr. José Ludovico de Almeida, Digníssimo Governador do Estado de Goiás, por sugestão do então Secretário dos Negócios da Fazenda, Dr. José Peixoto da Silveira, este ano fomos solicitados para os estudos e a elaboração do projeto hidrelétrico do aproveitamento da cachoeira do rio Paranoá, cuja energia se destina ao suprimento de luz e força à Brasília, futura Capital Federal do nosso país.

Foi com o máximo entusiasmo e cheios de ânimo patriótico que nos deslocamos desta cidade para as plagas do Planalto Central Brasileiro. Todos, alunos e professores, estávamos de alto senso de responsabilidade e cheios de ardor profissional ao ensejo de podermos cooperar, de maneira tão objetiva e útil, com o atual Governo do país, com o Exmo. Sr. Dr. Juscelino K. de Oliveira, Presidente mineiro, como o é a nossa Escola.

Entusiasmados ficamos ao ver os nossos préstimos especializados serem solicitados para trabalho, embora para nós de rotina, de tão alta significação para o país. Será esta uma honra que defenderemos para nós e a qual jamais será esquecida na história do I.E.I.

Somos gratíssimos às autoridades que em nós confiaram e esperamos corresponder na devida altura, o encargo do compromisso assumido.

O objetivo, portanto, da nossa excursão ao Planalto Central Brasileiro foi o de colidir dados junto a cachoeira do Paranoá, no rio do mesmo nome, para a elaboração do projeto do aproveitamento da aludida cachoeira para provimento de energia elétrica ao futuro Distrito Federal.

2º) — Providências tomadas e a viagem:

A direção da Escola tomou logo, ao receber o honroso convite do Exmo. Sr. Governador do Estado de Goiás, as necessárias providências, quais foram as de estudar a viabilidade do empreendimento, comunicação aos acadêmicos e observação

do entusiasmo dos mesmos. Em seguida foram efetuadas diligências no sentido de ser conseguido o transporte dos alunos a Goiânia. O Sr. Governador de Goiás prontificou-se, desde logo, a fazer todas as despesas de estada e condução no seu Estado e o fez com esmero invulgar, hospedando-nos no melhor hotel de Goiânia, esta bela e jovem capital, orgulho de goianos e brasileiros.

A condução desde esta cidade até Goiânia foi feita: de Itajubá à São Lourenço, de ônibus o qual partiu desta cidade a zero horas do dia 11 de agosto, conduzindo quase todos os alunos, os professores e os aparelhos e equipamentos; de São Lourenço partimos às 9 horas do mesmo dia em dois aviões da Força Aérea Brasileira (FAB) e um avião da Nacional, cujas passagens neste avião foram custeadas ainda pelo Governo goiano. Os aviões da FAB foram conseguidos, depois de muito trabalho com o Sr. Ministro da Aeronáutica, Brigadeiro Henrique Fleys, graças a atuação dos srs. Deputados Castro Costa, Emival Caiado e Dr. Ernesto Silva, Presidente da Comissão de Localização da Capital Federal. Chegamos em Goiânia às 12 horas desse mesmo dia 11 de agosto, em cujo aeroporto fomos recebidos pelo Exmo. Sr. Secretário do Interior o qual nos conduziu para o Hotel Presidente já previamente preparado para hospedar-nos.

No dia seguinte, domingo, dia 12, em confortável ônibus do DER de Goiás, os alunos seguiram para Luziânia, inclusive os alunos que esperaram a caravana em Goiânia. Os professores em um avião Cesna 170 do Governo do Estado.

Em Luziânia recebeu-nos o distintíssimo senhor Dr. Altamiro de Moura Pacheco, Presidente da Comissão de Cooperação da Mudança da Capital. Homem muito viajado, dotado de alto senso de responsabilidade já havia providenciado alojamento, alimentação e transporte para os nossos rapazes. O ônibus chegou, pela madrugada do dia 13 visto o chofer ter tomado uma estrada errada e se ter esgotado a gasolina, felizmente, às portas da cidade. Embora esses percalços e a canseira da longa viagem, a turma esteve sempre de ânimo elevado e com grande disposição.

3º) — Os trabalhos: —

O dia 13, segunda-feira, dado que o pessoal chegou pela madrugada, ficou destinado ao descanso. Durante esse tempo os alunos entraram em contato com o Dr. Altamiro o qual mostrou a eles o andamento dos trabalhos para a mudança da Capital, forneceu todos os dados referentes ao clima, chuvas, tem-

peratura, altitude, recursos locais, meios de transporte e tantos outros como situação da futura cidade, seus traços dominantes, plantas, serviços aerofotogramétricos, etc.. Ainda nesse dia os alunos instalaram o pequeno transmissor com o qual nos foi possível manter contato com a Escola distante. Os aparelhos foram revisados, alguns aproveitaram para familiarizarem-se com eles e assim ficamos prontos e ansiosos para seguirmos para a cachoeira no dia seguinte.

Foi efetuada uma incursão nos arredores da cidade, em antigas catas de ouro, muito abundantes, pelo professor de geologia, à procura de areias monásticas, muito abundantes na região e das quais foram colhidas amostras.

À noite a sociedade de Luziânia ofereceu um baile aos rapazes o qual não passou das 22 horas. Todos queriam estar em boas condições para os trabalhos do dia seguinte.

Nesse mesmo dia 13 em conjunto com Dr. Altamiro, os professores sobrevoaram toda a região do Planalto Central, pousando no aeroporto de Vera Cruz e do Gama.

Neste, o professor de hidráulica e aplicações industriais da eletricidade, signatário deste relatório, ficou profundamente admirado com a abundância da água de muito boa qualidade, existente na região. Em conjunto com alguns alunos que haviam seguido de jipe, foi medida a descarga de um olho de água dos muitos existentes na região, constatando-se a descarga de 30 litros por segundo, suficiente para o abastecimento de uma população da ordem de 20.000 habitantes. Dr. Altamiro tomou nota dos dados obtidos.

Na madrugada do dia 14, terça-feira, partimos com demanda à cachoeira do Paranoá. Partimos às 6 horas da manhã em uma perua e um caminhão. Dado que ainda estivesse escuro, os carros viajavam com os faróis acesos. Havia um vento frio que fazia os alunos aconchegarem-se. Depois de uma hora de viagem, começamos a presenciar o nascer do sol, como uma grande bola de luz à nossa direita.

Os campos e os capões de mato e restingas começaram a ficar iluminados. A cena do nascer do sol naquela região, é muito bonita. Ao percorrer a distância de mais de 80 quilômetros que separam Luziânia da cachoeira, muitos córregos foram transpostos. Avistamos várias seriemas, muitos outros pássaros, um belo veado de campo. Dr. Altamiro, que conosco viajava na perua, aproveitou todas as oportunidades para nos fazer ver as belezas regionais, as plantas locais, as obras do Brasil Colônia. Demorou-se em explicações sobre uma planta deno-

minada "canela de ema", planta esta remanescente da vegetação pré-histórica, abundante no Planalto.

Após duas horas e vinte minutos, chegamos à cachoeira, onde estava instalado o fogão já em funcionamento para o nosso almoço. Duas grandes barracas estavam armadas. Os alunos depositaram nelas os instrumentos e aparelhos, fizeram um pequeno descanso e começamos os nossos trabalhos pelo reconhecimento do local, escolha da margem mais favorável para os trabalhos de campo, etc.

Partimos para a montante da cachoeira principal, observamos os diversos saltos, a configuração topográfica, escolhemos o local para lançamento da estaca zero, fizemos uma extensa observação pela região que será o lago regularizador da Central, sempre acompanhados pelo incansável e entusiasmado Dr. Altamiro de Moura Pacheco, o qual teve o dom de cativar todos os nossos alunos e a nós próprios com a sua boa vontade e dedicação ao trabalhos patrióticos da mudança da Capital Federal.

Regressamos dos reconhecimentos a montante e Imoçamos.

Depois do almoço, muitos alunos e nós próprios, preferimos, ao em vez de posar em Luziânia, aproveitar uma das barracas para esse fim. Assim, o caminhão tornou à Luziânia para trazer os colchões.

A turma, em seguida, foi repartida ficando uma parte com o encargo dos serviços do lançamento da poligonal a qual logo deu início aos trabalhos. Outra parte prosseguiu nos serviços de reconhecimento para jusante e outra ainda iniciou os trabalhos geológicos, orientada pelo professor H. Lindedenbein. O dia foi muito proveitoso e tudo correu muito bem, com o máximo rendimento possível. À tarde, a turma que se destinava a Luziânia partiu às 17 e 30 horas e os demais alunos, conosco, jantamos após um confortador banho nas águas do Paranoá.

Depois de muitas histórias de assombração, casos de caçadas de onça, histórias sobre índios, etc. fomos dormir.

Passamos uma ótima noite com luar até altas horas e acordamos com o cantar dos pássaros nas matas que ornaram as margens do rio.

A turma que seguiu para Luziânia esteve em contato pelo rádio com Itajubá, São Lourenço e Goiânia. A nossa Escola estava a par dos andamentos dos trabalhos.

Às 6,30 horas do dia 15, levantamo-nos no acampamento, todos dispostos para o trabalho do dia. Foi organizada a turma do nivelamento e logo demos continuação as serviços de cam-

po. Quando o pessoal de Luziânia chegou, os trabalhos foram prosseguindo com intensidade. Foi escalada uma turma para os serviços de reconhecimentos geológico em ambas as margens e à montante e jusante da cachoeira. Os trabalhos prosseguiram até à noite ficando os serviços muitos adiantados. Os rapazes levaram espingardas, rifles etc., sendo esta a parte mais perigosa da excursão e que maiores preocupações causou aos professores. Dada a natural imperícia em caçadas e mesmo porque este não era o nosso objetivo, bem pouco fizeram nesse sentido.

O dia 16 foi reservado para a conclusão dos serviços topográficos e execução dos serviços de medição da descarga hídrica do rio. Alguns alunos levantaram-se mais cedo para tentar uma caçada pelas proximidades, sem grande sucesso. Os serviços topográficos foram concluídos e depois foram feitos os preparativos para a medição da descarga com o molinete elétrico de Woltman. Enquanto alguns faziam esses preparativos, outros efetuavam a medição pelo processo do flutuador. Pouco além do meio dia, estávamos com os serviços concluídos. Graças à eficiência dos acadêmicos, o entusiasmo e a boa vontade sempre demonstrados e também imbuídos de alto senso de responsabilidade dada a natureza do destino dos seus esforços, foi possível concluir com êxito e em curto prazo estes trabalhos iniciais para elaboração individual do projeto do aproveitamento da cachoeira.

Pelas 14 horas iniciamos os preparativos para o retorno a Luziânia, em dois caminhões, conduzindo o pessoal, instrumentos e bagagens. No percurso fomos chamando a atenção dos alunos quanto à riqueza de água da região, mostrando os vários regatos que a estrada atravessa. Fizemos uma parada junto ao córrego do acampamento onde o professor fez uma rápida preleção relativa ao nome do córrego e à sua razão. Junto dele, córrego, Dr. Luiz Cruz esteve acampado em 1893, durante 2 anos e 2 meses, nos seus trabalhos de escolha de um sítio para a mudança da capital. Nesse local, escolhido por ele como o melhor entre os melhores, ele permaneceu com a sua comitiva durante aquele tempo, levantando dados climatéricos, hidrológicos etc.. O afamado retângulo de Cruz existente nos mapas do Brasil, situando desde longa data o local para a nossa futura Capital Federal, é devido aos trabalhos desse emérito engenheiro. Esse local foi, posteriormente, em novos estudos e com equipamento moderno, confirmado. Prosseguimos a nossa via-

gem após algumas fotografias. Fizemos nova parada no sítio do Gama onde foi chamada a atenção do pessoal para o olho de água próximo da estrada, já descrito atrás. Fizemos outra parada ainda para mostrar aos rapazes os aterros pertencentes a um canal condutor de água, com 42 quilômetros de comprimento, obra do Brasil Colonial e destinado a conduzir água para as catas de ouro de Luziânia. Chegamos a Luziânia, banharmo-nos em seguida fomos avisados de um baile oferecido pela fina sociedade local aos acadêmicos de engenharia. A canceira era grande e as roupas inapresentáveis mas o ânimo foi mais forte. Cada senhorita fez um prato de doces, pelo menos, e o ofereceu à organização da festa. Estes doces com bebidas suaves foram oferecidos aos rapazes às tantas horas após belíssimo discurso pronunciado por uma das senhoritas locais e respondido por um dos nossos alunos. A festa foi oferecida pela Escola Normal e Ginásio local e decorreu com grande brilhantismo e fino gosto, por parte das senhoritas locais.

No dia 17, cedo, os professores sobrevoaram parte do rio S. Bartolomeu, todo o rio Paranoá e bacia do rio Gama em vôo de mais de uma hora. Esse vôo foi feito porque o professor de projetos hidrelétricos aventou a possibilidade de serem construídas outras Centrais à jusante da cachoeira do Paranoá aproveitando os rápidos que aquele curso de água apresenta.

Em seguida, o Dr. Altamiro de Moura Pacheco foi alvo de manifestação por parte dos alunos que após breves palavras de agradecimento, fizeram a entrega de uma flâmula do Diretório Acadêmico do I.E.I. ao homenageado. Este respondeu em belas palavras dizendo do significado do ato e prometendo saber guardar e zelar pela flâmula, símbolo daquela amizade confirmada.

4º) — O retorno: —

Os professores com Dr. Altamiro, de avião regressaram a Goiânia enquanto os alunos ficaram esperando o ônibus para retorno.

Chegaram em Goiânia no dia seguinte, dia 18. Os rapazes permaneceram em Goiânia onde foram alvo de muitas gentilezas.

Fizeram várias visitas de alto interesse como Museu, Horto Florestal, escolas etc. . Em homenagem prestada ao ilustre e grande brasileiro Governador de Goiás, Dr. José Ludovico de Almeida, foi oferecida uma flâmula do I.E.I. a qual foi recebida com o máximo carinho.

Ficou o pessoal à espera dos aviões da FAB para retorno que apesar dos esforços conjuntos das autoridades goianas e

do Rio de Janeiro terem feito tudo para com o Sr. Brigadeiro Henrique Fleys, Ministro da Aeronáutica, estes, os aviões falharam, não compareceram. Graças aos esforços dos alunos e mais uma vez o zelo do Exmo. Sr. Governador do Estado e de grandes personagens de Goiânia, puderam os alunos seguir para S. Paulo em aviões da Nacional a qual se prontificou a conduzi-los com abatimento nas passagens. De S. Paulo a Itajubá, conduzindo bagagens, e instrumentos, vieram de ônibus e outras conduções, chegando nos dias 24, 25 e 26, com prejuízo de diversos dias de aula.

5º) — Os resultados: —

Bem cedo é para se poder dar, com segurança as características da obra a ser projetada. Somente será possível após a conclusão dos estudos. No entanto para se fazer uma apagada idéia, se pode adiantar que, em função do desnível encontrado e da descarga medida e de acordo com um provável fator de carga a ser ainda estudado, a cachoeira poderá fornecer a potência de 15.000 cavalos no mínimo. Estudadas as possibilidades da regularização do curso de água essa potência poderá atingir a 20.000 C.V. ou mais, com a previsão do lago regularizador da descarga do rio.

Considerando-se o consumo de energia elétrica de cidades residenciais cujo parque industrial seja mínimo, como se espera seja a Capital Federal, essa potência poderá abastecer uma população entre 300 e 400 mil habitantes.

6º) — Conclusão: —

A impressão que os estudantes trouxeram do Planalto Central Brasileiro foi a melhor possível. Realmente é de se admirar a previsão da Providência dotando exatamente a zona central do nosso país de uma região de tão agradáveis e propícias condições.

Clima excelente; temperatura amena, ar seco, grande altitude, 1.200 metros sobre o nível do mar, águas magníficas e abundantes. O próprio local da futura Capital não é fértil porém as circunvizinhanças são possuidoras de terras de altíssima fertilidade e citaríamos as afamadas terras do Mato Grosso, de Goiás, vale do rio Tocantins.

A região produz frutas de climas frios e Luziânia é afamada também pela excelente marmelada que produz e exporta.

A figura étnica regional apresenta-se com belo aspecto. A ocorrência do homem de cor é rara e do louro com olhos claros é frequente. Pessoas de alto porte, sadias e fortes. Diga-se ainda, educadas em alto grau.

O rio Paranoá, cuja cachoeira estudamos, é formado pelos rios Torto e Bananal; recebe em seguida o rio Gama e, depois de pequeno percurso, lança-se no rio São Bartolomeu pela margem direita e este no rio Corumbá o qual se lança no rio Paranaíba, formador, com o rio Grande, do rio Paraná. A futura Capital se situará portanto na bacia do Prata, nas cabeceiras do grande rio da Prata.

O Planalto Central Brasileiro está situado nas proximidades da serra dos Pirineus sobre o grande divisor de águas que corta a América do Sul. Nessa região nascem os grandes rios.

E as cabeceiras dos rios Paraná, Tocantins e São Francisco, os quais têm diferentes direções.

A riqueza hidráulica regional se deve a esse particular fato e também às condições topográficas e geológicas propícias à alimentação de espesso e extenso lençol freático.

O panorama regional é belo. Falta-lhe, como complemento, um lago. Este será criado com a bacia de regularização das águas do Paranoá para adução da Central Hidráulica ora em projeto.

Ao finalizar é do nosso dever e o cumprimos com satisfação, deixar aqui os nossos agradecimentos ao Sr. Dr. José Ludovico de Almeida, Governador do Estado de Goiás; ao Dr. Ernesto Silva, Presidente da Comissão de Localização da Capital Federal; ao Dr. Altamiro de Moura Pacheco, Presidente da Comissão de Cooperação da Mudança da Capital Federal, e agradecimentos parciais ao Exmo. Sr. Ministro da Aeronáutica.

Aos nossos alunos os cumprimentos pela dedicação e pelo esforço. Demonstraram alto patriotismo e espírito público de que são dotados e fazemos votos que assim continuem sempre.

O Brasil está carecendo de pessoas com esses dotes. A nós particularmente, cabe a satisfação da missão cumprida. Ao ensejo reiteramos, Sr. Diretor do I.E.I., os nossos protestos de alta e distinta estima e considerações.

Professor J. B. Ricci

Hidráulica, Aplicações Industriais da Eletricidade e Projetos Hidrelétricos.

ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA

Assim que a imprensa ancional divulgou o início da desapropriação das terras, no Planalto Central, o Marechal José

Pessoa, sob a responsabilidade do cargo que ocupava, avisou não haver lotes à venda no Distrito Federal.

Foi o suficiente para que a Imobiliária Paula, firma estabelecida em São Paulo, nos dirigisse duas cartas e um telegrama que, a 19 de julho de 56, foram respondidos com o devido esclarecimento:

Ilmos. Srs. Irmãos Branrt Ltda.

Acusando o recebimento de suas cartas de 10 de abril e de 9 de junho do corrente ano, bem como do telegrama do mês passado, cabe-me responder-lhes:

a) o loteamento denominado Bairro de N.S. de Fátima, no município de Planaltina, neste Estado, está abrangido pela área declarada de utilidade pública, de acordo com o Decreto estadual nº 480, de 30 de abril de 1955, e, em tais condições, essa gleba de terras oportunamente será desapropriada dentro das normas estabelecidas pelo Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, que cogita das desapropriações por utilidade pública;

b) a desapropriação deverá efetivar-se mediante acordo ou judicialmente e, uma vez declarada de utilidade pública, ficam as autoridades administrativas autorizadas a penetrar nos imóveis compreendidos na declaração, sendo vedado ao próprio poder judiciário decidir se se verificam ou não os casos de utilidade pública, tornando-se, em consequência do que é evidentemente, ociosa toda e qualquer discussão em torno do assunto;

c) como VV.SS. devem saber, o valor da indenização será sempre contemporâneo à declaração de utilidade pública, não se incluindo direitos de terceiros contra o ex-propriedade, e

d) a área do Novo Distrito Federal compreende uma parte destinada à construção da futura Capital Federal, em a qual não se encontra situado o loteamento do Bairro N.S. de Fátima, mas sim dentro da parte reservada para o Distrito Federal e declarada de utilidade pública.

Assim, sem outro objetivo, firmo-me, Atenciosamente

Altamiro de Moura Pacheco
Presidente

Se percalços emergiam da ambição de especuladores, ousados ou manhosos, os trabalhos da Comissão entretanto, galopavam com segurança.

Havia consciência do que se estava a fazer, e confiança no porvir, revigoradas por leal e franco apoio, quer das auto-

ridades federais e estaduais, correntes políticas militantes em Goiás, ou associações de classe e imprensa anhanguerina.

Da Assembléia Legislativa, compreensiva e patrioticamente unida em torno do problema mudancista, tivemos de receber:

“Exmo. Sr. Dr.

Altamiro de Moura Pacheco,

M.D. Presidente da Comissão de Cooperação para a Mudança da Capital Federal

Nesta

Tenho o prazer de, com este, transmitir a V. Excia. a inclusa cópia de um requerimento de autoria dos srs. deputados Waldir Quinta, Francisco de Brito, Mendonça Neto, Antônio de Oliveira, Moraes Neto e Felicíssimo Neto, aprovado na sessão de hoje, manifestando a essa douta Presidência irrestrita solidariedade desta Casa, ante a campanha que, pela imprensa, a Imobiliária Paula, de São Paulo, vem movendo contra essa Comissão, com intuito de entravar um empreendimento que interessa profundamente a todo o povo brasileiro, qual seja o da interiorização da Metrópole da República.

Ao ensejo, renovo a V. Excia. os protestos de estima e apreço.

Atenciosas saudações.

Antônio de Queiroz Barreto, Presidente

(Cópia)

Exmo. Sr. Presidente da Assembléia Legislativa

Requeremos que a Assembléia Legislativa de Goiás manifeste aos Srs. Drs. Ernesto Silva e Altamiro de Moura Pacheco, Presidente da Comissão de Planejamento da construção e Mudança da Capital Federal e da Comissão de Cooperação para a Mudança da Capital Federal respectivamente, sua calorosa, integral e irrestrita solidariedade ante a campanha que, pela imprensa, contra aqueles órgãos, vem movendo, com intuitos infelizmente tão óbvios quão censuráveis, a Imobiliária Paula de São Paulo, que, na avidez impatriótica do lucro financeiro de meia dúzia de pessoas, numa especulação imobiliária impertinente e inconcebível, insiste em continuar cumprindo seu triste papel de entrave, talvez único, de um empreendimento que interessa profundamente a todo o Povo Brasileiro.

Goiânia, 23 de agosto de 1956.

(ass) Waldir Quinta

Francisco de Brito

Mendonça Neto
Antônio de Oliveira
Moraes Neto
Felicíssimo Neto

Da Câmara Municipal de Goirnia, em 30-4-56, através de seu Diretor Galeno de Sousa Lobo e de proposta do Vereador Hermano da Silva, recebemos oportuna manifestação de repulsa aos especuladores “desonestos e inescrupulosos que, aproveitando-se da oportunidade, vendem lotes a pessoas menos esclarecidas, dizendo serem eles localizados na área da Nova Capital”, e solicitação de providências.

Também, Da Associação Comercial do Estado de Goiás, por intermédio de seu Presidente Randall Espírito Santo Ferreira, recebemos, datada de 24-2-969, moção com “um voto de irrestrito louvor pela admirável atuação, na Presidência da Comissão, em face do complexo problema da desapropriação de terras do Planalto Central”.

DERRADEIRAS PROVIDÊNCIAS

Apesar de meu precário estado de saúde, a esse tempo, ainda assim me esforcei por consolidar os trabalhos realizados.

No dia 21 de janeiro de 1958, às 6 da manhã, parti para Formosa. Em Brasília, fiz ligeira parada, a fim de levar o Dr. Joffre com o material de aerofotogrametria.

Pois, meu objetivo, dessa vez, era terminar o serviço de de medição das terras daquele município, abrangidas pelo Novo Distrito Federal. Para isso, fui acompanhado do Dr. Eduardo Henrique de Sousa Filho, que já havia feito o estudo da parte jurídica.

O trabalho, processando-se com rapidez, foi, todavia, feito com o máximo cuidado, agindo em conjunto o advogado e o engenheiro. Este, no afã de adiantar o serviço, geralmente se deitava depois de uma hora da madrugada.

Alcançando o objetivo, regressei na manhã de 4. Na 11, rumei para a cidade de Planaltina, encontrando já concluídos os estudos da documentação, entregues ao Dr. Arquelau, e também levados a termo, pelo Dr. Joffre, que se entregava à caracterização das áreas com seus respectivos limites.

Durante três dias consecutivos, visitei as fazendas da margem esquerda do Rio Maranhão, cujas terras de cultura são de mui boa qualidade, e ricas de calcárea.

A 25 de março, fui a Luziânia, onde recebi a escritura definitiva do Gama, regressando no mesmo dia.

A 15 de maio, dirigi-me a Luziânia, tendo por companheiro o saudoso e correto General Seroa da Mota, que desejava conhecer a natureza dos nossos trabalhos e visitar as obras de Brasília.

No serviço à minha espera, encontravam-se os Drs. Domingos Juliano, Arquelau e Joffre. Recebi 25 escrituras.

E, a 14 de julho, às 8 da manhã, fui para Luziânia, juntamente com o Dr. Domingos Juliano. Esperava-nos o Dr. Arquelau Gonzaga, que, com uma semana de antecedência, fora auxiliar o Dr. Joffre Mozart Parada.

Minutos depois de me haver inteirado dos trabalhos, dirigi-me a Brasília, acompanhado pelo Dr. Domingos Juliano. Fomos avistar-nos com o Dr. Israel Pinheiro, regressando às 15 horas. E, no dia 18 do mesmo mês, juntamente com o Dr. Domingos, deixei aquela cidade (Luziânia) após haver recebido mais 6 escrituras.

INTERCORRÊNCIAS

Os serviços inerentes à Comissão, inicialmente, não se desenvolveram sem obstáculos.

Em Planaltina, cidade de gente boa e amiga, entretanto, houve um fato desagradável. O titular do 1º Ofício, deixando folhas em branco e esparsas no livro de registro de títulos e documentos, com data atrasada, fazia transcrição de áreas constantes de loteamentos irregulares. Remediu-se a infração com a atitude do íntegro Juiz Corregedor do Estado, que declarou sem efeito todas as folhas mencionadas.

— * —

De uma feita, no Rio de Janeiro, depois da visita dos Srs. Chefes de Departamentos do Ministério da Agricultura à Brasília, fui procurado pelo Dr. Segismundo que me informou estar sendo, com empenho, reclamada minha presença na Geofoto.

Atendendo o convite, fui surpreendido pelo ilustre Chefe do Serviço, que me apresentou um gigantesco mosaico de fotografias aéreas, abrangendo toda a região do plano piloto de Brasília até à Estrada de Ferro de Goiás, em Pires do Rio.

Dando-me uma varinha, em seguida, perguntou-me: "Qual o traçado mais prático para o prolongamento da Estrada de Ferro de Goiás ao Distrito Federal?"

Conhecendo bem a região, indiquei-lhe a margem direita do Corumbá, atravessando-o acima da confluência do São Bartolomeu e, pela margem direita deste, passando pelo vale do Saia Velha, até Brasília.

— * —

Em 1958, a 30 de setembro, passei às mãos do Sr. Governador de Goiás um dossiê de cada fazenda do Distrito Federal, contendo estudos completos da documentação, um mapa de suas divisas, além do mapa geral, elaborado pelo engenheiro Joffre Mozart Parada.

Depois, viajando para o Rio, levei o original do mapa geral, e o entreguei ao Dr. Israel Pinheiro que, na minha presença, o confiou ao Dr. Segismundo de Araújo Melo a fim de ser impresso.

A impressão, de fato, foi feita, mas, lamentavelmente, o sr. Clovis Magalhães subtraiu e substituiu, pelo seu, o nome do ilustre autor retirando as lindes das respectivas fazendas.

Quando se levanta uma carta geográfica, geralmente dela deve constar, se foi de um Continente, as divisas dos países, se de um país, as dos estados ou províncias, se de um estado, as dos municípios, se do município, as das fazendas.

Ficou, assim, prejudicado um belo trabalho que se executou, sob a mais pura das intenções, fazendo-me lembrar do que disse um grande Sacerdote, consagrado príncipe do vernáculo: "Miguel, Miguel, não tens abelha, e vendes mel".

— * —

Nosso trabalho, estimulado pelo desejo de ver solucionada a secular questão que viria, como veio, desencadear o progresso universalizante do Brasil, deixa evidente a cooperação patriótica e decidida de Goiás, pela grandeza da Pátria.

Se a terra anhanguerina, sempre abandonada pela administração federal, muito se vem beneficiando com o auspicioso advento de Brasília, a Nação, na sua totalidade, orgulha-se de ser, ainda, mais bem favorecida.

E o Governo da República, centralizado, como ficou, vem, com maior desembaraço e mais eficiência, atendendo a todos os setores da administração.

E o nosso Goiás, colocando o tijolo básico desta florescente prosperidade, não pode olvidar Juscelino Kubitschek e Juca Ludovico, dois grandes brasileiros que para sempre, serão guardados no coração goiano.

— * —

As ocorrências aqui descritas, baseando-se em documentos do nosso arquivo, revalidam o que segue:

Exmo. Senhor Governador José Ludovico de Almeida:

Consoante autorização de Vossa Excelência, instalamos, nesta cidade de Luziânia, o ESCRITÓRIO MÓVEL DE COMPRA

DAS TERRAS DO FUTURO DISTRITO FEDERAL, cujas atividades tiveram início em 19 de maio de 1956.

O pessoal do novo Departamento desta Comissão, sob a minha direta orientação, é integrado de um Consultor Jurídico do Estado, três Engenheiros do Departamento de Estradas de rodagem de Goiás, um piloto do Gabinete Civil da Governadoria, um chofer da Secretaria da Fazenda, contando ainda com a colaboração espontânea do Juiz Corregedor e dos titulares das Comarcas de Ipameri, da 3ª Vara de Goiânia, de Anicuns e de Orizona.

Estes últimos se incumbem de documentação das propriedades rurais — objeto de desapropriação amigável, enquanto os Engenheiros tomam a seu cargo a conferência das medidas constantes dos títulos aquisitivos.

MEIOS PARA O TRABALHO

Dispomos de um avião da Governadoria e de dois jipes da Secretaria da Fazenda, com o que o transporte do pessoal é imensamente facilitado às diversas regiões do futuro Distrito Federal.

Também dispomos de dois (2) tratores e uma motoniveladora, bem como de uma turma de vinte (20) homens do DERGO., que estamos empregando na construção de aeroportos, em diversas fazendas, e na construção de estradas de rodagem, ligando-as entre si.

Em Luziânia, obtivemos a cessão do prédio construído pela Sociedade de São Vicente de Paulo, para o Hospital, nele instalando o nosso pessoal. Também o edifício do novo Grupo Escolar, posto à nossa disposição pela Secretaria da Educação, está reservado à hospedagem de funcionários que, eventualmente, sejam para aqui destacados pelo Governo Federal.

De outro lado, cuidamos, com o auxílio do Arquiteto Eurico de Godoi, auxiliado por dois topógrafos da Secretaria da Viação, de projetar, na fazenda **Gama**, distante 9 quilômetros do Sítio da Nova Capital (zonas urbanas e suburbanas da futura cidade), o NÚCLEO PRESIDENCIAL, constante de uma casa de campo para o Presidente da República, um Hotel, edifício da Guarda Pessoal do Chefe do Governo Federal, estação de passageiros, com acomodação para um contingente reduzido da Aeronáutica, e Edifício sede da Companhia Urbanizadora da Capital Federal. Já está em construção o aeroporto de Núcleo, com uma pista principal de 1.500 metros de extensão.

Assim, enquanto vamos adquirindo, por conta do Governo Federal, as terras da área criar demarcada para o futuro Distri-

to Federal, vamos realizando, por conta do Estado, diversos serviços que vism crinas proximidades, condições para a instalação próxima daquela Sociedade, de cuja criação cogita o projeto de lei nº 1234/56, ora em discussão, na Câmara Federal.

AQUISIÇÃO JÁ FEITAS

Expostos, resumidamente, assim, os programas em andamento, passamos a relacionar, para Vossa Excelência, as aquisições, até agora feitas, de propriedades rurais situadas dentro dentro da área demarcada:

1 — FAZENDA BANANAL (parte), compreendendo o Sítio da Nova Capital, escritura pública, de 30 de dezembro de 1955 4.750 alqueires;

2 — FAZENDA GUARIROBA (várias glebas), escritura pública, de 19 de maio de 1956 1.632,5 alqueires;

3 — FAZENDA GUARIROBA (uma gleba), escritura pública de 21 de maio de 1956 215,58 alqueires;

4 — FAZENDA GUARIROBA (uma gleba) escritura pública de 21 de maio de 1956 196,50 alqueires;

5 — FAZENDA GUARIROBA (uma gleba), escritura pública de 21 de maio de 1956 281,61 alqueires;

6 — FAZENDA GAMA ou RIACHO FUNDO (parte), escritura pública de 21 de maio de 1956 826,00 alqueires;

7 — FAZENDA BANANAL (parte restante), escritura pública de 25 de maio de 1956 860 alqueires;

8 — FAZENDAS VICENTE PIRES, TAGUATINGA e TAMANDUÁ, escritura pública de compromisso de compra e venda de 26 de maio de 1956 3.564,00 alqueires;

9 — Fazenda GAMA, escritura pública de compromisso de compra e venda de 7 de junho de 1956 3.540,00 alqueires. Tudo num total de 15.867,69 alqueires.

GASTOS JÁ FEITOS

Pelas propriedades acima adquiridas a preços que variam entre Cr\$ 800,00 a Cr\$ 900,00 por alqueire geométrico, já efetuamos pagamentos num total de Cr\$ 9.933.153,00 que, adicionados à importância de Cr\$ 2.841.000,00 correspondente às obrigações assumidas nas escrituras de compromisso de compra e venda referidas nos itens 8 e 9, perfazem Cr\$ 12.774.753,00, isto é, Cr\$ 774.753,00 além da verba de Cr\$ 12.000.000,00 entregue ao Governo do Estado pelo da União e

por Vossa Excelência depositados na conta desta Comissão no Banco do Estado de Goiás S.A..

Desse modo, esgotados, praticamente, os nossos recursos, eis que o saldo existente é inferior aos valores das prestações referidas nas escrituras de compromisso de compra e venda (ítems 8 e 9), estamos dedicando os nossos esforços aos trabalhos paralelos de construções de campos de pouso para aviões e de estradas de rodagem, na região, enquanto vamos completando, no mapa do Novo Distrito Federal, pelos documentos existentes nos Cartórios de Luziânia, Planaltina e Formosa (autos de divisão e registros imobiliários), a localização e definição das propriedades rurais existentes.

COLABORAÇÃO DE TODOS

Finalizando, cumprimos um dever de consciência enaltecendo a eficiente colaboração dos nossos auxiliares, na tarefa patriótica em que se empregam, a título inteiramente gratuito, e das populações locais, que tudo fazem para nos cercar da maior consideração.

Tudo se deve, porém, aos rumos que Vossa Excelência vem imprimindo ao seu benemérito Governo, cujo prestígio cresce, cada dia, em função da serenidade do seu Chefe, da segurança dos seus atos e da absoluta honestidade dos seus propósitos.

Reitero a Vossa Excelência, Senhor Governador, os meus protestos de elevada estima e apreço.

— * —

Não se modificando o andamento dos trabalhos, a Comissão logrou êxito digno de nota. Persistiu na tecla da atividade que se estendia pelas noites fora, e não se interrompia nos dias santos ou feriados.

Do nosso entendimento com as autoridades de Luziânia, Planaltina e Formosa, e da boa compreensão dos senhores proprietários das terras do novo Distrito Federal surgiu, dentro de pouco tempo, a possibilidade do segundo relatório, vasado nos seguintes termos:

Exmo. Sr.
Dr. José Ludovico de Almeida
D.D. Governador do Estado de Goiás
Nesta

Excelentíssimo Senhor:

Em continuação aos trabalhos do Escritório Móvel de Compras de terras do futuro Distrito Federal, cabe-nos levar ao conhecimento de V. Exa. o que se realizou até a presente data.

Todas as atividades concernentes a este Departamento da Comissão tiveram prosseguimento, dentro das normas estabelecidas, sem que se verificasse qualquer solução de continuidade.

Através do beneficiamento do Novo Distrito, realizado as expensas do Governo do Estado, verifica-se a existência de mais um campo de pouso com a pista principal no sentido Este-Oeste e duas de rolamento em direção ao pátio de estacionamento, em frente à sede da Fazenda Gama.

Foi providência oportuna, tanto que permitiu ao Governo Federal o aproveitamento do campo para, ampliando-o como ora se faz, erguer a seu lado a casa provisória do Sr. Presidente da República, que, lá por duas vezes, já esteve.

As estradas foram melhoradas com os reparos executados pela turma do DER-GO, ao mesmo tempo que se fez ligação de umas às outras, com o propósito de se obter maior facilidade para as comunicações da zona do sítio da Capital com as regiões mais importantes do Novo Distrito Federal, que, assim, dentro de um tempo relativamente curto, poderá ser atingida em várias direções, não só em relação a este Estado como aos demais do País.

Pela Comissão foram recebidos, sucessivamente, em visita à região, jornalistas ilustres, Congressistas, o Sr. Presidente da Comissão de Construção e Mudança da Capital Federal, acompanhado de dezesseis Diretores, Chefes e Técnicos do Ministério da Agricultura, Professores e alunos do Colégio Pedro II, Militares de projeção, o Sr. Ministro do Trabalho e sua comitiva, professores e estudantes do Instituto Eletro-Técnico de Itajubá.

Estes, visando a uma utilização integral da Cachoeira do Paranauá, onde permaneceram alguns dias, fizeram estudo sobre o aproveitamento hidroelétrico para suprimento de energia à nova Capital.

— * —

Procurando conhecer pessoalmente o sítio escolhido para sede do Governo da República e inteirar-se do modo pelo qual se processam os trabalhos da aquisição das terras do Novo Distrito, desceu ao Aeroporto de Vera-Cruz, em Brasília, pela primeira vez, a 2 de outubro último, sua Excelência o Sr. Presidente da República, que se fez acompanhar do Sr. Governador da Bahia, Senhores Ministros da Guerra e da Viação, Presidente da Companhia Urbanizadora da Nova Capital, Chefe da Casa Militar da Presidência da República, Diretor do DNER, o Sub-Chefe da Casa Militar da Presidência, Diretores da NOVACAP e de renomados engenheiros, além de outras autoridades.

Ali, perante V. Exa., que o aguardava, fizemos, em resposta às perguntas que nos eram formuladas pelo Sr. Presidente da República, exposição de nossas atividades, prestando os esclarecimentos solicitados, esclarecimentos esses que se estenderam aos locais em seguida visitados, quer de automóvel, quer de avião.

Foi um dia memorável para todo o Brasil e, particularmente, para Goiás.

Cravou-se, então, o marco definitivo da construção de Brasília.



No tocante à aquisição das terras que foram declaradas de utilidade pública e conveniência social para efeito de desapropriação pelo Decreto Estadual nº 480, aos 30 de abril de 1955 e ratificado pela Lei Federal nº 2.874 de 19 de setembro do corrente ano — objetivo direto da nossa incumbência — temos a grata satisfação de passar às mãos de V. Exa. as escrituras (que este acompanha) das áreas compradas, depois do primeiro relatório parcial apresentado a 8 de junho do corrente ano.

Sua relação é a seguinte:

MUNICÍPIO DE LUZIÂNIA

- | | |
|---|--------------|
| 1º) — Fazenda Larga de S. Maria, escritura de compromisso de compra e venda, de 11/7/1956 | 93,000 alqs. |
| 2º) — FAZENDA PAPUDA, escritura pública de 8/8/1956 | 1.571,500 " |

3º) — FAZENDA CAVA DE BAIXO, antiga RETIRO, escritura pública de 9/8/1956	153,990	“
4º) — FAZENDA CAVA DE CIMA, antiga RETIRO, escritura pública de 10/8/1956	434,000	“
5º) — FAZENDA SANTO ANTÔNIO ou PAPUDA, escritura pública de 10/8/1956	1.008,202	“
6º) — FAZENDA TAMANDUÁ, escritura pública de 14/8/1956	1.161,000	“
7º) — FAZENDA ALAGADO, escritura de compromisso de compra e venda de 25/8/1956	721,000	alqs.
8º) — FAZENDA ENGENHO QUEIMADO, escritura pública de 28/8/1956	215,531	“

MUNICÍPIO DE PLANALTINA

9º) — FAZENDA TORTO, escritura pública de 1º/9/1956	381,202	“
10º) — FAZENDA TORTO E PARANAUÁ, escritura pública de 2/9/1956	215,067	“
11º) — FAZENDA TORTO, escritura pública de 3/9/1956	14,684	“
12º) — FAZENDA TORTO E PARANAUÁ, escritura pública de 3/9/1956	445,035	“
13º) — FAZENDA BURACO, escritura pública de 4/9/1956	80,376	“
14º) — FAZENDA TORTO, escritura pública de 3/9/1956	14,684	“
15º) — FAZENDA TORTO OU BREJO (com sede chamada RETIRO), escritura pública de 6/9/1956	325,000	“
16º) — FAZENDA TORTO, escritura pública de 6/9/1956	139,206	“
17º) — FAZENDA TORTO, escritura pública de 18/9/1956	1.375,070	“
18º) — FAZENDA TORTO, escritura pública de 19/9/1956	400,000	“

mente escritura pública e de compromisso de compra e venda, de 14/11/1956 908,000 “

MUNICÍPIO DE PLANALTINA

31º) — FAZENDA SOBRADINHO MUGI, escritura pública, de 13/11/1956 112,508 “

MUNICÍPIO DE LUZIÂNIA

32º) — FAZENDA VICENTE PIRES, escritura pública, de 16/11/1956 970,000 alqs.

33º) — FAZENDA PAPUDA, escritura de compromisso de compra e venda, de 29/11/1956 231,000 “

TOTALIZANDO 16.602,064 “

— Descontando-se das escrituras das fazendas TAMANDUÁ, VICENTE PIRES e TAGUATINGA, consoante esclarecimentos a seguir 1.273,000 “

Temos, então 15.329,064 “

Com referência à FAZENDA TAMANDUÁ, no município de Luziânia, vinculada ao compromisso de compra e venda firmado em 26 de maio do corrente ano, com a quantidade de mil alqueires, aproximadamente, e sinal de pagamento da quantia de Cr\$ 444.000,00, cabe-nos acrescentar que foi adquirida pela escritura definitiva, no dia 14 de agosto, pela importância total de Cr\$ 928.000,00, por ter, após conclusão dos estudos, sido constatada a existência de uma área de 1.161 alqueires.

Pagou-se aos então proprietários EDMUNDO PEREIRA LIMA e sua esposa Cr\$ 484.800,00 que, com os Cr\$ 444.000,00 correspondentes ao sinal de compromisso, perfizeram o total de Cr\$ 928.800,00, computando-se, para efeito de estatística, na soma geral, apenas os 161 alqueires excedentes do contrato anterior.

No tocante às Fazendas VICENTE PIRES e TAGUATINGA, também no município de Luziânia, incluídas no primeiro relatório parcial, em virtude do compromisso de compra e venda firmado em 26/11/1956 com a estimativa de 1.162 alqueires

para a primeira e 1.402 para a segunda, houve, depois de ultimados os estudos, uma diminuição, respectivamente, de 192 e 71 alqueires, que vão deduzidos da soma anterior.

Aos Srs. BENEDITO RORIZ DE PAIVA, JUVENTINO RODRIGUES e OTAVIANO MEIRELES e suas respectivas esposas que, como sinal de pagamento pelo compromisso da fazenda VICENTE PIRES haviam recebido Cr\$ 464.800,00 foi paga, no ato da escritura definitiva, a 16/11/1956, a quantia de Cr\$ 311.200,00, completando-se então o pagamento, na base de oitocentos cruzeiros o alqueire.

Verificou-se o mesmo relativamente à FAZENDA TAGUATINGA, recebendo o restante do pagamento os ex-proprietários Srs. JUVENTINO RODRIGUES, sua esposa e D. MARIA DA CONCEIÇÃO RORIZ, na importância de Cr\$ 451.600,00.

Da mesma fazenda (TAGUATINGA) lavrou-se ainda, a 9 do corrente, uma escritura de ratificação, assinada por JUVENTINO RODRIGUES, EDMUNDO PEREIRA LIMA e suas esposas, sobre 10 alqueires, que não foram computados na soma geral, por se tratar de solução de matéria de interesse exclusivo dos vendedores.

Finalmente, deduzindo-se 263 alqueires verificados a menos com a medida das fazendas VICENTE PIRES e TAGUATINGA (conforme escritura definitiva), constata-se para a soma do primeiro relatório 15.604,690 alqueires, que, adicionados à cifra alcançada no presente, totalizam 30.933,754 alqueires geométricos.

Por essa forma, nos municípios de Luziânia, Planaltina e Formosa, foi adquirida uma área superior à quarta parte do Novo Distrito Federal.

Trata-se de terras (e muitas com benfeitorias) que pertenceram a 114 fazendeiros, dos quais 55 eram possuidores de mais uma propriedade, como consta das respectivas escrituras. Merece referência a última, que foi assinada mediante procuração de 43 pessoas.

Reconhecendo-se, outrossim, a necessidade de ser ressalvada àqueles que, espontaneamente, aceitaram o preço estabelecido pela Comissão, relativamente às terras que lhes eram

compradas, fizemos consignar em algumas escrituras o direito que lhes assiste de receberem a diferença de preço na hipótese de uma futura majoração que venha modificar a base firmada pela Comissão, em se tratando de terras com as mesmas características e qualidades.

A ausência da demarcação dos paralelos e a demora da entrega das fotografias aéreas acarretaram-nos não pequenas dificuldades para o trabalho que constituia objeto da nossa permanência na região.

Quase todas as fazendas, próximas a ambos os paralelos, lhes ultrapassam os limites, e, não podendo estabelecê-los com a devida precisão, foi necessário se verificassem aquelas providências.

Realizamos, ainda assim, trabalhos nos três municípios que contribuíram para a formação da área territorial do Novo Distrito Federal, do centro para a periferia (conforme mapa anexo), de maneira tal que se firmou a medida para os preços concernentes ao padrão de terras que caracterizam os chapadões centralizadores da região.

Com o método de trabalhos adotados, sob o mais constante rigor, quer no minucioso exame da documentação, dentro de um período que oscila nos arredores de um século, preenchendo-se-lhes as formalidades indispensáveis à sua legalidade, quer na verificação de áreas e caracterização de limites, afastando-se-lhes as dúvidas ou evitando-se a injustiça do pagamento indevido a um proprietário não sabedor do que realmente possui, levou-se avante, não uma desapropriação propriamente dita, porém uma compra de terras, numa extensão já superior a duas vezes o município de Buriti Alegre, sem ação contenciosa ou constrangimento.

— * —

Pagou-se:

1) — Pelas terras adquiridas, conforme constam das escrituras a quantia	Cr\$	21.210.997,80
2) — Pelas despesas em Cartórios, conforme demonstração em separado	“	103.804,55
3) — Com a instalação do Escritório Móvel, estadas, viagens, etc., conforme demonstração em separado	“	272.861,50
		<hr/>
Com um total de:	“	21.587.663,85

— * —

MUNICÍPIO DE LUZIÂNIA

19º) — FAZENDA ENGENHO QUEIMADO, escritura pública de 20/9/1956	555,745	“
20º) — FAZENDA LARGA DE SANTA MARIA, escritura de compromisso de compra e venda de 21/9/1956	175,000	“
21º) — FAZENDA PAPUDA, escritura pública de 22/9/1956	123,798	“
22º) — FAZENDA PARANAUÁ, escritura pública de 22/9/1956	289,492	“
23º) — FAZENDA TAGUATINGA, escritura pública de 3/10/1956	10,000	“
24º) — FAZENDA TAGUATINGA, escritura pública de 3/10/1956	1.331,000	“

MUNICÍPIO DE PLANALTINA

25º) — FAZENDA TORTO, escritura pública de 4/10/1956	481,848	“
--	---------	---

MUNICÍPIO DE FORMOSA

26º) — FAZENDAS VÂRZEAS, escritura pública de 9/11/1956	827,763	“
---	---------	---

MUNICÍPIO DE PLANALTINA

27º) — FAZENDA SÍTIO NOVO, escritura de compromisso de compra e venda, de 9/11/1956	1.020,000	“
28º) — FAZENDAS SOBRADINHO, SOBRADINHO MUGI E OLHOS DÁGUUA, escritura pública, de 12/11/1956	392,368	“
29º) — FAZENDA SOBRADINHO, escritura pública, de 12/11/1956	425,000	“

MUNICÍPIO DE FORMOSA

30º) — FAZENDA LARGA DO RIBEIRÃO na FAZENDA MESTRE D'ARMAS e FAZENDA SÃO GONÇALO, respectiva-		
---	--	--

Nossos trabalhos foram incalculavelmente favorecidos através da integridade, competência e boa vontade reveladas pelos nossos distintos companheiros Drs. Marcelo Caetano da Costa, Arquelau Augusto Gonzaga e Joffre Mozart Parada, que não mediram sacrifício em prol da missão que lhes fora confiada.

Com patriotismo, excesso de boa vontade e alta compreensão dos deveres revelados por parte de V. Exa., que vem emprestando sadio e firme colaboração à solução do mais importante problema nacional, e, com a cooperação das autoridades, do povo e mormente dos ex-proprietários das terras que já foram transmitidas ao Governo, em Luziânia, Planaltina e Formosa, realiza-se, no centro da Pátria, a maior obra administrativa de todos os tempos, que, imortalizando o Governo da República e do Estado, centralizará a história da terra brasileira.

Pelo que, e ao ensejo que se nos oferece, apresentamos a V. Exa., com os protestos da mais distinta consideração, a sinceridade do nosso mais elevado apreço.

Altamiro de Moura Pacheco
Presidente da Comissão de Cooperação
para a Mudança da Capital Federal.

— * —

Goiânia, 30 de novembro de 1958.

Exmo. Sr.
Dr. José Ludovico de Almeida
M.D. Governador do Estado de Goiás

Nesta.
Excelentíssimo Senhor:

Com a entrega do segundo relatório parcial concernente aos trabalhos por nós realizados à frente do Escritório de Compra de Terras, sediado no Planalto Central do Brasil, em nosso Estado, o qual relatório, nesta data, tive a honra de apresentar a V. Exa., acompanhado da relação das despesas totais efetuadas nos Cartórios e com a Comissão, fiz, pode dizer-se, a minha prestação de contas.

Envidei os melhores esforços a fim de corresponder à expectativa do prezado amigo, auxiliando-o no seu ardente e pa-

triótico desejo de ver transformada em realidade a interiorização da Capital do País, que, além de ser a máxima aspiração do povo brasileiro, é o magno problema que, desde o século passado, se acha em pauta reclamando solução.

Mercê da esclarecida visão de V. Exa., assumindo grandes responsabilidades no encaminhar tudo que lhe estava ao alcance a favor do Governo da União, dentro da mais franca e leal colaboração, está, hoje, o coração brasileiro palpitando de entusiasmo pelos albores de uma nova e promissora era que se lhe acena com as obras preliminares de Brasília, em rápida e seguro andamento.

Está coroado de êxito o trabalho de V. Exa. Está V. Exa., agora, em condições de me não negar o pedido irrevogável, que ora lhe faço, de minha exoneração do lugar com que me distingui para Presidente da Comissão de Cooperação para a Mudança da Capital Federal, não só em face do ponto de vista já por mim expedido a V. Exa. como pela notória precariedade de meu estado de saúde.

Na certeza de ser atendido, apresento a V. Exa., de par com os votos que faço pela sua felicidade pessoal e prosperidade do seu governo, os protestos de minha grande estima, aliada ao mais elevado apreço.

Altamiro de Moura Pacheco
Presidente da Comissão de Cooperação
para a Mudança da Capital Federal.
Goiânia, 30 de setembro de 1958.

Exmo. Sr.
Dr. José Ludovico de Almeida
M.D. Governador do Estado
Nesta

Excelentíssimo Senhor:

Mais uma vez, vimos trazer a V. Exa. o resultado de nossas atividades à frente da Comissão de Cooperação para a mudança da Capital Federal, instituída pelo Decreto nº 1.258, de 5 de outubro de 1955, em complemento ao que determina a Lei nº 1.071, de 11 de maio do mesmo ano.

Reassumindo a direção dos trabalhos, após recusa por V. Exa. do pedido de exoneração que lhe encaminhamos a 30 de novembro de 1956, criamos um Escritório em Planaltina e outro em Formosa, idênticos ao de Luziânia, com a mesma finalidade, extinguindo-se, em consequência, o Escritório Móvel de Compras de Terras, que funcionava ora em uma, ora em outra sede dos municípios participantes do Novo Distrito Federal.

Confiando-se, então, o de Planaltina ao operoso e ilustrado Dr. Arquelau Augusto Gonzaga, que nos acompanha desde o início dos trabalhos; o de Formosa, ao Dr. Eduardo Henrique de Sousa Filho, a quem V. Exa., em boa hora, convidou para integrar a nossa equipe de juristas, e a continuação do de Luziânia ao Sr. Dr. Domingos Juliano, indiscutivelmente à altura da missão, o resultado foi satisfatório, alcançando-se o resultado a que nos propusemos.

Assim, temos, agora, a honra de passar às mãos de V. Exa.:

a) — a apuração e exame jurídico dos documentos referentes a todos os imóveis encontrados na área de, aproximadamente, 5.800 quilômetros quadrados (ou sejam 118.159,151 alqueires geométricos), de que se constitui o Novo Distrito Federal de Brasília;

b) — a relação nominal de todas as fazendas com as respectivas áreas e limites;

c) — o cadastro e a respectiva planta-índice de todos os imóveis primitivos abrangidos pela área do Novo Distrito Federal, definidos através da documentação jurídica com o histórico a partir dos Registros Paroquiais, das folhas cartográficas, em escala de 1.125.000, etc;

d) — a relação completa das fazendas adquiridas por compra amigável, no decorrer da última fase dos trabalhos;

e) — a soma, discriminação e comprovantes das despesas efetuadas, e, finalmente;

f) — alguns esclarecimentos que se fazem necessários para melhor compreensão do que até aqui se realizou e que, parece-nos, serão úteis ou mesmo imprescindíveis como base em que deve apoiar-se a desapropriação judicial.

DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL

A parte acessível aos entendimentos suasórios para a aquisição amigável dos imóveis expropriados está praticamente extinta.

Com o início imediato e o acelerado andamento das obras de Brasília, restava-nos um caminho para se incrementar a aquisição extra-judicial — o da permuta com terras devolutas ou por outras, de propriedade do Estado.

Para isso, V. Exa. promulgou a Lei nº 1.071, de 11 de maio de 1955, em cujo artigo 2º se lê:

“A desapropriação far-se-á de preferência mediante acordo, representada a indenização, sempre que possível, pela permuta do imóvel expropriado com outro disponível de igual valor, de propriedade do Estado, cuja alienação é, para esse fim, desde já, expressamente autorizada”.

Também, no mesmo dia, como que complementando semelhantes dispositivos legais, houve por bem V. Exa. baixar o Decreto nº 500, que diz:

Art. 1º — Fica suspensa toda e qualquer alienação de terras devolutas e outras do domínio estadual compreendidas na área do Novo Distrito Federal e suas adjacências a partir do paralelo de 13º até o de 17º e do meridiano 50, a leste, até as fronteiras estaduais”.

Ora, clara e preventivamente delineado estava o rumo que deveríamos seguir. E tentamos segui-lo. Nada, porém, conseguimos a respeito, perdendo-se a oportunidade para uma apreciável majoração da área territorial comprada.

Inúmeras foram as permutas combinadas e que se não realizaram porque o Departamento de Terras e Colonização lamentavelmente se não dignou atender-nos.

Agora, impõe-se a desapropriação judicial, que não deve ser procrastinada, merecendo levados na devida conta, por quem de direito, os múltiplos fatores que a aconselham.

DESAPROPRIAÇÃO JUDICIAL

A desapropriação, embora se fundamenta na utilidade pública legalmente declarada — circunstância não mais passível de discussão, consoante o Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941 — não deixa, todavia, de, num ambiente como o nosso, causar espécie no ânimo daqueles sobre cuja propriedade vai incidir.

É um impacto um tanto forte e mesmo chocante para quem, de boa vontade, colabora com a ação governamental e compreensivamente a acata. Por isso, levamos ao máximo a aquisição amigável dos imóveis, não somente satisfazendo ao patriótico desejo dos proprietários que nos procuravam como tam-

bém firmando, ao mesmo tempo, as bases para a desapropriação judicial que, finalmente, se iria tornar imprescindível, em face das múltiplas falhas dificilmente sanáveis de uma precária documentação.

E mais ainda. Conquanto não se desconheça a legitimidade moral das razões determinantes do processo expropriatório, nem o seu fundamento legal relativamente ao caso dos imóveis do Novo Distrito Federal do Brasil, ainda assim, em se atendendo ao fato de já estar presente o poder público através de pujante demonstração de atos evidentemente beneficiadores da coletividade, urgia que empenhássemos os melhores esforços no afã de se ultimarem os estudos jurídicos, caracterizações de limites e medidas das fazendas. É que, com o rapidíssimo prosseguimento das obras de Brasília prenunciando, com segurança, a sua conclusão dentro do prazo estipulado, surgiria uma progressiva e mesmo imprescindível valorização dos imóveis de todos os municípios circunvizinhos. E isso, refletindo-se no espírito dos proprietários, daria margem a uma certa, porém, errônea resistência, e constituiria um campo indiscutivelmente propício à ação dos especuladores.

LUZIÂNIA

Município extenso. Ocupa interessante posição ao redor da Nova Capital, que nele se expande pelo sudeste, sul, sudoeste e por ele começa a receber as vias definitivas de comunicação com os eixos rodo-ferroviários Rio-Belo Horizonte e São Paulo-Goiânia.

A parte de seu território que será desmembrada para integrar o de Brasília é maior ainda que a de Planaltina. Consta de 46.146,824 alqueires geométricos.

Os estudos realizados obedeceram ao critério de rigorosa minuciosidade no exame da documentação existente em Cartórios da Comarca e arquivos do Estado.

Sob o patriótico empenho e alta competência de uma notável equipe de juristas, sempre assistida tecnicamente por um engenheiro de reconhecido valor profissional, desdobraram-se em três fases. Na primeira, de menor duração, tomaram parte, de modo permanente e com grande eficiência, os Senhores Doutor Marcelo Caetano da Costa, Juiz Corregedor do Estado,

Dr. Segismundo de Araújo Melo, Consultor Jurídico, Dr. Moacyr Ribeiro de Freitas, Juiz de Direito de Ipameri, Dr. Arquelaug Augusto Gonzaga, Promotor Público de Goiás, comissionado na Procuradoria de Justiça, e, transitoriamente, isto é, durante poucos dias, porém de maneira altamente valiosa, os Senhores Dr. Hamilton de Barros Velasco, Juiz de Direito da 1ª Vara da Capital, ohje Desembargador, e o Dr. Luiz Honório Ferreira, Juiz de Direito de Anicuns.

Na segunda, um tanto longa, cheia de viagens e trabalhos outros, como os indispensáveis às obras preliminares de Brasília, foram relevantes os serviços prestados, em todo o tempo de sua duração, pelos Srs. Drs. Marcelo Caetano da Costa, Arquelaug Augusto Gonzaga e pelo Engenheiro Dr. Joffre Mozart Parada que emprestou sua assistência técnica à Comissão, do começo ao fim de todas as atividades.

Na terceira, confiada ao Sr. Dr. Domingos Juliano, Promotor Público da Capital, comissionado na Procuradoria de Justiça, tendo como escrevente, durante dois meses, o Sr. Professor Baltazar dos Reis, chegou-se ao fim dos estudos.

Foi um trabalho consciencioso e de valor. Do brilhante relatório que nos apresentou, é o que segue:

“Terminada a tarefa de estudo histórico e jurídico da cadeia dominial das fazendas situadas no Distrito Federal de Brasília, parte do município de Luziânia, estudo por nós efetuado nas pegadas de ilustres juristas que a iniciaram e que nos precederam, vimos à presença de V. Exa., a fim de entregar-lhe, com este, as apurações dos seguintes imóveis, cujo levantamento nos foi confiado:

- 1 — Almácegas
- 2 — Barreiro (Norte)
- 3 — Barreiros, ou Santana (Sul)
- 4 — Bom sucesso
- 5 — Buracão
- 6 — Buriti (Tição, Buriti dos Alves)
- 7 — Chapadinha (Sobrado)
- 8 — Curralinho
- 9 — Desterro
- 10 — Dois Irmãos (do Norte)
- 11 — Engenho das Lages, inclusive Neves e Manoel Dias

- 12 — Guariroba
- 13 — Jacaré
- 14 — Jibóia
- 15 — Lajes
- 16 — Morro
- 17 — Palma
- 18 — Riacho Frio
- 19 — Rodeador
- 20 — Saltador, Dois Irmãos do Sul, ou Cachoeira
- 21 — Santa Cruz, ou Urbano
- 22 — Santa Maria
- 23 — Vendinha.

Esses 23 grandes imóveis (grandes no sentido de originários, antigos) representam, pelos seus desdobramentos, cerca de 84 fazendas, conhecidas e definidas após o chamado registro Paroquial e ainda nos últimos tempos do século passado, embora vários desses desdobramentos constem de partes ideais, em condomínio.

Não se trata, em todos os casos, nem é preciso dizê-lo, de um levantamento definitivo e completo, que fatores materiais, superiores à nossa vontade, nos impediram de realizar; mas, sim, de um trabalho de desbravamento, de pioneirismo retrospectivo, de soerguimento da cortina do tempo, caída sobre uma história que o peso de muitos anos soterrou.

O nosso trabalho foi o de conhecer a matéria prima, a argila bruta, que servirão de base territorial ao mármore de Brasília.

Esse grande mosaico sobre o qual, durante longo tempo, pousou angustiada a nossa vista, sequiosa de esclarecimentos, e que é o novo Distrito Federal, na parte a nós entregue, constituiu a princípio o mistério, o silêncio que se opõe ao estudioso que interroga o tempo, os papéis, os livros, os processos e a memória dos coevos, em busca da resposta: a quem pertenceu tudo isto; como circularam na ordem do tempo as frações dessa imensa área; que ficou por fazer; a quem pertence, hoje, enfim, tudo isto?

— * —

O que foram os obstáculos e as dificuldades por nós encontrados, nem é preciso repetir. Vossa Excelência os viu a quase todos e conheceu, desde o princípio, a dramática indignação

documental com que todos nós lutamos, nos municípios de Luziânia e Planaltina.

Nem sempre valeram as nossas incursões pelas fazendas, em busca de papéis, que avaramente nos foram exibidos, ou que, ordinariamente, nos foram negados.

Tantos e tão invencíveis óbices teriam que afetar a extensão e a exatidão do nosso trabalho, que, por vezes, teve de ser parcialmente interrompido, ante os vácuos abertos pela ausência de processos, principalmente de inventários, e de outros documentos.

Doze (12) dos grandes imóveis a nosso cargo, constituindo maioria, nunca foram divididos, nem demarcados judicialmente. Outros há que vieram a ser objeto de inventários de pessoas falecidas recentemente, sem que os acervos dos primitivos proprietários e de seus sucessores imediatos e mediatos fossem liquidados, através do insubstituível juízo divisório e partilha, o que fez com que se perdesse, em consequência da treva imposta pelo decurso do tempo, a verdadeira linha de sucessão hereditária.

Outros imóveis existem, ainda, sobre os quais há mais de 100 (cem) anos nenhum documento tornado público se assinou, nenhum inventário se realizou.

Não adiantariam tentativas de vencer, à **outrance**, as dificuldades, porque, em matéria de Direito, não há terreno para experimentos, nem a imaginação pode funcionar, para suprir, com criações da fantasia, aquilo que na realidade não existe, ou que está oculto.

Num serviço como este, inteiramente singular na história do Brasil, tivemos que ser autodidatas em muitas passagens, mas, invariavelmente, procuramos dar soluções e opiniões uniformes sobre problemas e dúvidas comuns, que se nos apresentaram, evitando, assim, a aplicação de pesos e medidas diferentes, para questões da mesma natureza.

Já em agosto de 1957, após alguns meses de contato com o serviço, escrevíamos ao Exmo. Sr. Governador do Estado, propondo uma lei:

“Como sabe Vossa Excelência, as terras do Município de Luziânia, até agora, na história de Goiás, passaram por dois ciclos de valorização. Aquele primeiro veio da agitação setecentista do ouro em Goiás, até a abolição da escravatura, decor-

rente da exploração das ricas jazidas auríferas da região, as quais tiveram o dom de valorizar as terras locais, pelo conteúdo do sub-solo. Nesse período de tempo, pelo que se pode ver da documentação existente na atualidade, cuidou-se com certo zelo, tanto quanto tinha cabimento naquela época, dos títulos de propriedade, da documentação, embora nas precárias medidas da legislação reinol, que vigorava.

À promulgação do Regulamento de 30 de janeiro de 1854, que criou o Registro Paroquial, se seguiu verdadeira corrida, em Luziânia, ao **soi disant** Cartório eclesiástico, onde de 1857 a 1858, se fizeram registros de nada menos de TREZENTAS E TRINTA E TRÊS FAZENDAS, no município!

A esse ciclo de valorização imobiliária, ou, pelo menos, de cuidados com a situação legal da propriedade imóvel, encerrado com a abolição da escravatura negra, se seguiu um período de desinteresse quase generalizado pela apuração de títulos e liquidação judicial de heranças e legados. Largo foi esse lapso, em que as terras do planalto, de pouca fecundidade e produtividade, ficaram esquecidas. Nem mesmo o irrompimento vulcânico de Goiânia, no mapa do Estado, operou sensível modificação no cenário que vimos de descrever, linhas volvidas.

Bastou, entretanto, que fosse lançada no planalto a semente de Brasília, para que um outro ciclo de valorização das terras rurais eclodisse, o segundo, desta vez com mais ímpeto e com verdadeiro transbordamento. Mas, a valorização está contida, na ordem do espaço, sem poder penetrar no quadrilátero declarado de utilidade pública pelo decreto estadual número 480, de 30-4-1955 e pela lei federal número 2.874, de 19-9-56. Esse freio legal, ferindo a humana ambição de ganho, atinge em cheio, de modo negativo, a atividade privada, na iniciativa de liquidar judicialmente os títulos de domínio e de extinguir o condomínio das propriedades rurais situadas dentro do novo Distrito, com a fixação da área de cada condomínio, para cálculo da indenização a ser feita pelos cofres públicos. Centenas de inventários, dezenas de divisões têm que ser efetuados. Elos apagados, ou ocultos, ligando gerações, devem ser reavivados e trazidos à luz. Proprietários que não são proprietários, ou que ignoram a existência de seus direitos, impostores, "grileiros", ausentes, incapazes, toda uma pequena legião de figuras tem que ser focalizada na arena forense. Uma verdadeira rede de sucessões está a exigir o trabalho dos interessados diretos na apuração e na discriminação geodésica de ca-

da imóvel, os quais, conforme já o afirmamos, estão de braços cruzados, pelos motivos já expostos.

No campo judiciário, somente eles, por enquanto, são partes legítimas para agir, na espécie”.

Fastidioso seria enumerar, aqui, uma por uma, as aquisições de terras, feitas por Vossa Excelência, no Município de Luziânia, com base nas apurações por nós realizadas. O principal contingente comprado foi o da fazenda Chapadinha, do qual juntamos a respectiva apuração, inclusa, uma relação detalhada e completa, com todos os esclarecimentos sobre área, data da transferência, nomes dos transmitentes, áreas que restam por ser adquiridas, etc.. Nas apurações das fazendas Guariroba, Desterro e Barreiro, são encontrados os esclarecimentos sobre as respectivas áreas adquiridas pelo Estado de Goiás.

— * —

Cumpre-nos relacionar, o que fazemos a seguir, todos os grandes imóveis do Município de Luziânia abrangidos pelo Distrito Federal de Brasília. Ao estampar esta relação, é de nosso dever lembrar que, não estando ainda rigorosamente fixadas, no solo, as linhas dos paralelos 15º 30' e 16º 03', que formam os lados Norte e Sul do retângulo, pode ser que, futuramente, se verifique a existência de pequeníssimas áreas de um ou de dois outros imóveis dentro desse Distrito, de fazendas que não apuramos.

É essa uma eventualidade natural, em tarefas do porte da que abraçamos. Se tal ocorrer, porém, podemos assegurar, desde logo, que será de imóvel já dividido, sendo facilmente identificável o quinhão absorvido.

Devemos acrescentar, ainda, que tivemos dúvida sobre se o Distrito alcança, ou não, uma nesga insignificante da fazenda Monteiro, no ângulo Noroeste do retângulo.

As demais fazendas foram estudadas, por nós e pelos dignos juízes que nos precederam, os Drs. Marcelo Caetano da Costa, cujo trabalho, em Luziânia, constituiu um padrão de inexcusável brilhantismo, e Hamilton de Barros Velasco e Moacir R. de Freitas, os quais, em reduzido período de atividade, de poucos dias, deixaram no serviço o sinal indelével da sua cultura e do seu largo tirocínio, nesse ramo do Direito.

Os imóveis do Município de Luziânia, abrangidos, no todo ou em parte, pelo Distrito Federal de Brasília, são os seguintes:

- 1 — Água Quente
- 2 — Alagado
- 3 — Almécegas

- 4 — Barreiro (Norte)
- 5 — Barreiros (Sul)
- 6 — Bom Sucesso
- 7 — Buracão
- 8 — Buriti
- 9 — Cavas
- 10 — Chapadinha
- 11 — Currealinho
- 12 — Desterro
- 13 — Dois Irmãos
- 14 — Engenho das Lajes
- 15 — Engenho Queimado
- 16 — Gama
- 17 — Guariroba
- 18 — Jacaré
- 19 — Jibóia
- 20 — Lajes
- 21 — Morro
- 22 — Larga de Santa Maria
- 23 — Palma
- 24 — Papuda (2)
- 25 — Paranoá (Município de Planaltina)
- 26 — Ponte Alta
- 27 — Riacho Frio
- 28 — Riacho Fundo
- 29 — Rodeador
- 30 — Saia Velha
- 31 — Saltador (Dois Irmãos Sul)
- 32 — Santa Cruz (Urbano)
- 33 — Santa Bárbara
- 34 — Santa Maria
- 35 — Taboquinha
- 36 — Taguatinga
- 37 — Tamanduá
- 38 — Vendinha
- 39 — Vicente Pires

— * —

Com referência às fazendas, ou regiões devolutas, denominadas Palma, Rodeador e Vendinha, chegamos à conclusão de que urge o ajuizamento de ação discriminatória, criada e regulamentada pela Lei Federal nº 3.081, de 22-12-56.

Pode causar admiração essa nossa afirmativa, de que ainda existem terras devolutas no hoje delimitado Distrito de Bra-

sília. Mas, a verdade é essa mesma. Grande é a sua área, aliás. Basta que se leia o que a respeito escrevemos nas respectivas apurações.

Em consequência da discriminação judicial dos imóveis Palma e Rodeador, outras fazendas, de domínio privado e de divisas em parte desconhecidas, v. **gratia**, Dois Irmãos (do Norte), Lajes, etc., terão suas fronteiras definidas, por exclusão.

— * —

Com o propósito de facilitar e fomentar a legislação das terras do Distrito, em agosto do ano transato, de Luziânia enviamos ao Exmo. Doutor Governador do Estado um projeto de lei, acompanhado de exposição de motivos, que isentava de impostos e taxas estaduais todas as transferências de imóveis, **causa mortis e inter vivos**, contanto que os beneficiários se prontificassem a vender suas partes ao Poder Público, independentemente de processo de desapropriação.

Aceitando a sugestão, não se fez esperar o Chefe do Executivo, nem a Assembléia Legislativa, os quais, em pouco tempo, transformaram nossa modesta idéia em Lei, a qual veio a ser promulgada sob o nº 1.547, em 5 de setembro de 1957 e publicada em 5 de dezembro do mesmo ano.

Conforme já prevíamos, essa medida não solucionou o “impasse” criado pela inércia secular dos interessados, mas, pelo menos, de início, demonstrou manifestamente os propósitos de cooperação do Governo de Goiás à transferência da Capital Federal. Vários foram os casos concretos de aproveitamento, já ocorridos, dos benefícios dessa Lei, em Luziânia, e muitos, inúmeros serão os outros, que surgirão, quando do ajuizamento da vultosa quantidade de inventários que estão por ser realizados, nos três municípios abrangidos pelo Distrito de Brasília.

— * —

Senhor Presidente da Comissão:

Não temos dúvida de que é necessária a criação de um serviço central de desapropriação, a cargo direto e imediato de hábil ou hábeis juristas especializados, com bagagem sólida de serviço em contenciosas de feição imobiliária e desapropriatória. A entrega dos serviços a advogados bisonhos poderá sacrificar a fase mais fácil da desapropriação, esta que, geralmente, se vence na instância inferior, em arranque fulminante, de profundos efeitos psicológicos sobre os proprietários rebeldes, que desejam demandar.

Os primeiros êxitos, como os primeiros fracassos do advogado do Poder expropriante, serão decisivos.

O trabalho de preparo prévio das ações de desapropriação é de uma importância capital, capitalíssima. Mas realizado ele, as contendas judiciais não terão fim e se transformarão em problemas, em questão social, de que os inimigos de Brasília se valerão, para uma batalha perigosa.

Não basta, por exemplo, ler-se o final de cada apuração e, por ele, ajuizar-se temerariamente o processo expropriatório. É necessário o estabelecimento antecipado e cuidadoso de uma vasta e completa rede de objetivos certos e definidos. E, já o dissermos, o profissional do foro, sozinho, **não fará esse trabalho**. Seu companheiro, valioso e indispensável, é o engenheiro.

Cada uma das ações de desapropriação constitui, virtualmente, uma demanda, porque não faltarão os caçadores de prélios judiciais, que, a uma hora desta, já estarão, em espírito, corvejando sobre a metrópole nascente e sobre os cofres públicos.

— * —

De nossa parte, repetimos, procuramos fazer o que nos era possível. Posta de lado a preocupação de quantidade, que, em nenhum momento, nos empolgou, durante esses dezesseis meses que estivemos no serviço de apuração, dominou as nossas cogitações a idéia de qualidade, para o nosso modesto trabalho. Muito antes nos teria chegado a hora de nos desvencilhar dessa tarefa, se houvéssemos adotado, como orientação normativa de nossa atividade, o sistema narrativo, que consiste em historiar a documentação existente, tal como ela se apresenta, recebendo todos os acertos e erros processuais e extra-processuais, como simples fatos consumados, que não precisam sequer de apreciação nem mesmo de menção; ou, ainda, mais simplesmente, em registrar a ausência de documentação e de pronunciamentos judiciais que marquem o ciclo dominial de cada imóvel.

Tanto quanto nos permitiram o tempo, que foi escasso para tão volumoso trabalho, e o precário cabedal de documentos, públicos e particulares, que pudemos manusear, procuramos analisar a trajetória da maioria dos imóveis, que estudamos, sob ambos os pontos de vista: o histórico e o jurídico. As nulidades de natureza formal e as deficiências fundamentais de caráter substantivo, que aparecem na paisagem dominial das fazendas cuja vida perlustramos, foram por nós analisadas, com o cuidado que as circunstâncias do tempo e do meio nos propi-

ciaram, sempre sob a coação do prazo para o término da empresa, uma vez que o período que resta para aproveitamento do decreto de declaração de necessidade pública das terras do Distrito d Brasília avança, a passos largos, para o seu fim.

Realizado à maneira mesma de Vossa Excelência, e tão de seu agrado, sem alarde e sem auto-propaganda, o que hoje entregamos a Vossa Excelência, Senhor Presidente da Comissão de Cooperação, é produto de um esforço que a pressa impediu de ser mais profundo e mais produtivo.

Cumpramos agora àqueles que nos sucederem, que também deverão desdobrar-se, em agitada carreira, para conclusão dos trabalhos de preparação e ajuizamento de todos os pedidos de desapropriação judicial, dentro do minguado prazo que resta da vigência do Decreto estadual nº 2.874, de 19-9-55 (art. 24), cumpra a eles, fãmos dizendo, mergulhar a vista no nosso trabalho, linha por linha, raciocínio por raciocínio, conclusão por conclusão, para ele recolher o que for realmente aproveitável e para verificar o que resta por ser feito.

Ninguém se iluda, na presunção de que a desapropriação judicial, ou mesmo extra-judicial, ou em sua totalidade, se fará em Gabinete, a longa distância. O trabalho é para juristas e engenheiros, em conjunto, que corram as comarcas, os cartórios, a zona rural, numa tarefa de identificação, **a priori**, de cada gleba e de cada proprietário, conforme já dissemos, cansativamente, em quase todas as apurações.

É preciso palmilhar a terra, em inúmeros casos, restaurar limites e divisas antigas, marcos remotos, acidentes naturais e referências físicas que a avalanche do progresso, consequente da construção da nova metrópole, vai em breve destruir para sempre.

Não haverá oportunidade para devaneios e otimismo, porque a desapropriação judicial das terras do planalto não será, jamais, uma passeata de bacharéis!"

PLANALTINA

Nesse município a que coube a honra de ser o hospedeiro definitivo da parte central da Metrópole Federal, já em construção avançada, foram estudadas 38 fazendas, ocupando a área total de 39.941,836 alqueires geométricos, excluídas as partes das que ultrapassam o paralelo de 15º 30'.

Trabalho penoso, vencido em duas etapas: a primeira, sob a eficiente supervisão jurídica do Dr. Marcelo Caetano da Costa

e chefia técnica do Dr. Joffre Mozart Parada; a segunda sob a direção jurídica e execução do Dr. Arquelau Augusto Gonzaga, que, assistido tecnicamente pelo Dr. Joffre e após extraordinária perseverança no desempenho da missão que se lhe confiara, atingiu o fim dos estudos, apresentando-nos, em seguida, importante relatório, do qual consta:

“Cumprindo a missão que me foi confiada pelo Sr. Dr. Governador do Estado, por indicação de V. Exa., de proceder à apuração de títulos e documentos das propriedades situadas no Município de Planaltina, e compreendidas dentro da área reservada ao futuro Distrito Federal, para efeito de desapropriação, tenho o grato prazer de apresentar a V. Exa. o relatório de minhas atividades concernentes aos estudos em apreço.

Em maio do ano próximo passado, depois de haver cumprido a primeira etapa de estudos e aquisições das glebas de terras que se encontram hoje em poder da União Federal, instalei, na Comarca de Planaltina, no prédio da Prefeitura Municipal, em uma sala gentilmente cedida pelo Sr. Prefeito, o escritório de exame e conferência de documentos.

Antes, porém, quero dizer a V. Exa. que árdua foi a minha tarefa. Empecilhos de toda ordem tive que enfrentar no início dos trabalhos, a fim de conseguir um roteiro que pudesse desenvolver as pesquisas nos cartórios com o devido critério e segurança.

Não dispondo os Ofícios da Justiça de fichário indicativo não só dos imóveis registrados como das escrituras lavradas, uma busca rigorosa teve que ser levada a efeito desde o ano de 1893, época em que se registrou a primeira venda de terras por escritura pública no Município, até a presente data.

Todas as escrituras públicas existentes nos Cartórios foram examinadas, uma por uma, a partir daquele ano, tendo sido compulsados 65 livros nos Cartórios do primeiro e segundo ofícios.

No Registro Imobiliário, o trabalho foi o mesmo, consultados que foram mais de 14.000 registros, um por um, a partir de 1930, quando se instalou esse serviço na Comarca.

Mais de duzentos autos de inventários foram manuseados muitos deles de priscas eras, dos antigos registrantes das terras, não só na comarca de Planaltina como nas vizinhas, Luziânia e Formosa.

Além dos inventários referidos, foram também examinados todos os autos de divisões e demarcações existentes no Forum

e relacionados com as terras compreendidas na área do quadri-
látero.

No Município de Planaltina foram encontradas as seguin-
tes propriedades, consideradas de utilidade pública, algumas
parcialmente abrangidas pela linha do paralelo, assim discrimi-
nadas:

- 1 — Mestre d'Armas
- 2 — Sálvia (desmembrada de Mestre d'Armas)
- 3 — Buraco
- 4 — Morro Canastra
- 5 — Sobradinho
- 6 — Sobradinho Mugy
- 7 — Paranoazinho ou Sobradinho Paranoazinho
- 8 — Sobradinho Paranoazinho ou Sobradinho dos Melos
- 9 — Larga dos Olhos D'água (parte do Sobradinho Mugy)
- 10 — Larga do Queima Lençol
- 11 — Brejo ou Torto
- 12 — Lagoa Bonita
- 13 — Serandy
- 14 — Mato Grosso ou Bom Sucesso
- 15 — Monjolos
- 16 — Palmeiras
- 17 — Pipuripau
- 18 — Largo do Capim Pubo (parte do Piriripau)
- 19 — Mozondó
- 20 — Sonhem de Cima
- 21 — Sonhem de Cima — (Registro Torrens, parte do So-
nhem)
- 22 — Sonhem de Baixo
- 23 — Cavas
- 24 — Sítio do Mato
- 25 — Ribeirão
- 26 — Pedreira
- 27 — Limoeiro
- 28 — Olhos D'água
- 29 — Córrego do Ouro
- 30 — Lagedo. Legeado ou Mangabeira
- 31 — Água Doce ou Catingueiro
- 32 — Contagem de São João
- 33 — Lajinha (1)
- 34 — Lajinha (11)
- 35 — Fundos ou Brocotó
- 36 — Barreiro

- 37 — Mozungo
- 38 — Santa Cruz ou Urbano — (Registro Torrens)
- 39 — Patrimônio do Município de Planaltina
- 40 — Bagagem
- 41 — Terrenos devolutos
- 42 — Grotão — (Registro Torrens — parte desmembrada de 3 fazendas)
- 43 — Sítio Novo
- 44 — Maria Velha (parte do Sítio Novo)
- 45 — Patrimônio da Igreja de S. Sebastião de Planaltina
- 46 — Paranoá
- 47 — Retiro ou Barra Alta ou Tortinho
- 48 — Bananal.

Todos os documentos relacionados com as propriedades acima foram examinados, a partir de suas origens, no Registro Paroquial feito no ano de 1.858, conforme demonstram os diversos volumes devidamente catalogados que acompanham o presente relatório.

Vários imóveis foram divididos judicialmente, com sentenças transitadas em julgado há mais de vinte anos.

A fazenda Bananal, onde vem sendo construída Brasília, não foi estudada como as demais, visto que grande parte da mesma já se encontrava em poder do Governo do Estado de Goiás quando se organizou o serviço de apuração de títulos e documentos das propriedades compreendidas na área reservada ao futuro Distrito Federal.

Mesmo assim, sabido é que o dito imóvel foi dividido, amigavelmente, há anos, estando os seus limites e origens escoimados de dúvidas, uma vez que se trata de uma parte de terras desmembrada do Registro Paroquial da fazenda Brejo ou Torto, feito em 1.858, por Pedro José de Alcântara.

Dos diversos autos que acompanham o presente relatório, V. Exa. poderá observar que, em algumas propriedades, não foram apuradas as glebas de seus atuais detentores, ficando somente até o pagamento consignado no processo divisório. Entretanto, isto se justifica pelo fato de estar parte das terras fora da linha perimétrica do quadrilátero, ocorrendo ainda a circunstância da falta de transcrição dos títulos no Livro número 3, do Cartório imobiliário, por parte dos respectivos proprietários.

Existem no Município de Planaltina várias glebas de terras loteadas, com as denominações de Planópolis, Planaltinópolis, Platinópolis e Vila Federal, situadas nas fazendas designadas

pelos nomes de Bananal, Piriripau, Bom Sucesso e Monjolos, loteamentos estes feitos em 1927.

Milhares desses lotes estão em poder de pessoas residentes em todos os Estados do Brasil e no estrangeiro, muitos foram vendidos pelos proprietários das terras e outros doados pela Municipalidade de Planaltina, conforme constam dos livros de assentamento existentes na Secretaria da Prefeitura Municipal.

Além dos loteamentos antigos, há ainda o mais recente, denominado Nossa Senhora de Fátima, situado em a fazenda Mestre d'Ármas, que se encontra em fase de abertura de ruas e construções definitivas.

O referido loteamento teve sua inscrição irregular, no Livro Auxiliar nº 8, do Cartório Imobiliário, uma vez que o seu processamento não obedeceu ao que dispõe o Decreto-Lei nº 58 de 10-12-937, regulamentado pelo Decreto nº 3.079, de... 15/9/938, no que se refere à exigência do § 2º, do Art. 1º, do citado Regulamento.

Devo ainda acrescentar que a cidade de Planaltina está incluída na área a ser desapropriada, com suas casas, terrenos urbanos e suburbanos, o que constitui um problema a ser solucionado, futuramente, pelo poder expropriante.

Uma grande faixa de terras devolutas foi encontrada no setor do Município de Planaltina, abrangida pelo chapadão da Contagem, que se estende entre as fazendas Torto e Água Doce ou Catingueiro até ao sul dos imóveis Sítio do Mato e Urbano, atingindo as regiões denominadas Palma, Rodeador e Vendinha, estas últimas, no Município de Luziânia.

As referidas terras devem ser discriminadas judicialmente, conforme determina a Lei Federal nº 3.081, de 22/12/1956, a fim de serem incorporadas ao patrimônio da União Federal.

Essa providência é necessária e imperiosa a fim de serem escoimadas as dúvidas existentes nos limites do imóveis Contagem de São João, Água Doce ou Catingueiro e Sítio do Mato, que continuam, até a presente data, com suas confrontações confusas e imprecisas, dos seus antigos Registros Paroquiais feitos no ano de 1.858.

De acordo com o levantamento a que procedeu o Dr. Engenheiro encarregado dos serviços técnicos de apuração das fazendas compreendidas no quadrilátero reservado ao Novo Distrito Federal, o Município de Planaltina foi abrangido com uma área de 39.941 alqueires geométricos, de 48.400 m²., distribuída, pelos diversos imóveis, de conformidade com o quadro de-

monstrativo que será apresentado a V. Exa. pelo referido Engenheiro”.

Infere-se facilmente do exposto a extensão das responsabilidades de que se revestem as atividades da Comissão.

Com a incumbência de fazer a aquisição dos imóveis, havia que estudá-los, sob os aspectos jurídicos e técnico, onde os elementos básicos se escasseavam, perdendo-se, muita vez, num labirinto de irregularidades e falhas, nem sempre sanáveis.

A sede do município, que se engasta na área a ser desapropriada, foi objeto de nossa maior atenção. No início dos trabalhos, em 1956, procuramos, pessoalmente, as autoridades municipais e as pessoas influentes de Planaltina, às quais, franca e lealmente, manifestamos nosso ponto de vista relativamente à posição da cidade perante o Novo Distrito Federal.

Fizemos sentir a todos que se estivessem de acordo, se levaria avante, sob nossa direta responsabilidade e com rapidez, a construção de uma nova sede com o mesmo número de residências e edifícios públicos da atual, em local apropriado e por eles escolhido no remanescente da comuna, em permuta com a velha cidade.

Seria o racional aproveitamento da maior parte de um tradicional município, onde se multiplicam recursos naturais de grande valor.

Delicada e respeitosamente, porém, não foi aceita nossa proposta.

— * —

FORMOSA

Dentre os municípios que contribuíram para a formação do retângulo demarcado para o Novo Distrito Federal, o de Formosa é que possui terras as mais distanciadas do local onde se ergue Brasília.

Nele foram estudados 22 imóveis: Bandeirinha, Buriti Vermelho, Barra Alta, Boa Vista, Jardim, Larga, Manga ou Estiva, Poços Claros ou Lamarão, Quebrada dos Nerys Quebrada dos Guimarães, Quitute, Rajadinha, Retiro Epavina, Retiro do Meio, Riacho das Pedras, Santa Rita do Capão Rico, São José ou Buenos Aires, Santo Antônio dos Guimarães, São Gonçalo e Várzeas.

Localizados quase todos à margem direita do Rio Preto, pertencendo, conseqüentemente, a maior parte à bacla do São Francisco, totalizam uma área de 40.414 alqueires geométricos, sendo 37.933 de campos e apenas 2.481 de matos.

Dessa área, porém, houve que subtrair à que ultrapassa os paralelos de 15° 30', 16 03" e o meridiano de 47° 25 W. GMT; reduzindo-se então, a contribuição do município de Formosa a 32.391,455 alqueires geométricos, conforme a área adotada e constante do relatório técnico já mencionado.

São terras que, pelo aspecto geral, natureza e percentagem de cultura, correspondem às que já foram adquiridas pela Comissão, tanto no município de Planaltina como no de Luziânia.

Sua documentação foi cuidadosamente examinada por advogado de grande cultura jurídica e do mais elevado conceito, o Sr. Dr. Eduardo Henrique de Sousa Filho, que, em substancioso relatório, afirma:

“Para o estudo e apuração desses imóveis, consultamos nada menos de 200 processos de inventários, 300 escrituras, de 1944 a 1957, 20 processos divisórios, 10.000 transcrições imobiliárias, além de inúmeros documentos particulares registros paroquiais e ações diversas.

Como pode verificar-se dos processos que organizamos para cada imóvel, buscamos a origem deles desde o Registro Paroquial, ato que comprova a sua saída do domínio público para o particular. Feito isso, passamos ao exame das sucessivas transformações operadas na vida imobiliária de cada imóvel, a partir do julgamento das divisões, todas elas com sentenças transitadas em julgados, há mais de 30 anos.

Prescrevendo nesse lapso de tempo (hoje reduzido a 20 anos) todos os direitos e ações contra possíveis lesões verificadas no curso dos processos divisórios, não voltamos o exame a épocas anteriores, muito embora nos autos de divisão tivéssemos oportunidade de verificar muitas falhas, irregularidades e nulidades até; lesões graves a direito de terceiros; usucapião concedido em processo irregular, sem forma nem figura de julzo; depurações injustas e ilegais de condôminos; exclusão de áreas de processo, digo do imóvel dividendo contra a verdade dos títulos; relatórios pitoresco de agrimensores práticos que fazem o milagre de entrar a figura geométrica de um triângulo, cujos lados são formados por duas linhas retas e uma grande curva, embora tudo isto tivéssemos encontrado no decorrer dos minuciosos exames que fizemos, não os tomando em consideração. Respeitamos o julgado! Trinta anos de inércia dos prejudicados foram bastantes para limpar dos autos, atos e ações, todas as mazelas jurídicas, judiciárias e judiciais.

Dormientibus non succurrit jus.

Dos imóveis não divididos, que são BARRA ALTA, BOA VISTA, QUEBRADA DOS GUIMARÃES, SÃO GONÇALO, SANTA RITA ou CAPÃO RICO e SÃO JOSÉ ou CURRAL QUEIMADO e OLHOS D'AGUA, fizemos novas apurações partindo do Registro Paroquial, acompanhando todas as sucessões havidas, **causa mortis e intervivos**, até o momento atual.

Desses imóveis, SÃO JOSÉ ou CURRAL QUEIMADO e OLHOS D'AGUA e SANTA RITA ou CAPÃO RICO, já se encontram com os processos divisórios concluídos, dependendo somente de julgamento, e isto já há mais de três anos. Entretanto o resultado final de nossas apurações está em desacordo com o resultado a que chegou o Agrimensor no Quadro do Orçamento e partilha geodésica. No processo divisório foram contemplados condôminos que não possuíam títulos hábeis e legítimos, e deixaram de figurar outros, portadores de títulos originados de heranças e legalmente formalizados.

Fizemos a apuração desses imóveis até à época da distribuição de quinhões na divisão.

— * —

Como já dissemos, adotamos, como forma de apuração, acompanhar a vida imobiliária do quinhão desde o momento em que a divisão foi julgada até os seus atuais possuidores e senhores. Possivelmente, casos hão de surgir, e não serão poucos, em que o quinhão examinado não esteja mais na posse daquele a quem reconhecemos pertencer o domínio. Isto será porque somente consideramos atual proprietário do quinhão, ou parte dele, aquele que levou o seu título de aquisição — compra e venda, doação, sucessão **causa mortis** ou permuta — à transcrição no Registro Imobiliário. E isto porque, segundo o Código Civil, a transcrição do imóvel do Registro Imobiliário é que opera a transferência do domínio. Daí o lema por demais conhecido — “quem não registra não é dono”.

— * —

De dois imóveis — MANGA ou ESTIVA e BANDEIRINHA, não nos foi permitido, pela impossibilidade da localização dos quinhões, fazer a apuração e exame das transferências operadas após a divisão. É que, desses imóveis, somente uma parte ficou presa dentro do quadrilátero. Desconhecendo a área, assim como a sua situação, que deverá ser desmembrada desses imóveis, além das circunstâncias de que o imóvel “Bandeirinha” foi dividido juntamente com os imóveis Brocotó ou Fábri-

ca, Genipapo e Baú, impossível será o exame minucioso das transformações que o imóvel sofreu após o julgamento das partilhas geodésicas.

Do imóvel MANGA ou ESTIVA, segundo informações que nos prestaram, a área que foi apanhada pelo quadrilátero está, na sua maior parte, loteada e no domínio da Prefeitura Municipal de Formosa, que inúmeras vendas de lotes já fez.

Para essas áreas: dos imóveis MANGA ou ESTIVA e BANDEIRINHA, sugerimos a desapropriação judicial com o depósito do preço em juízo e a citação dos condôminos interessados por edital, cabendo-lhes, julgada a desapropriação, promoverem o concurso creditório a fim de que, provada a quota parte que lhes cabe, na força de seus títulos, na área desapropriada, possam levantar a importância a que fizeram **jus**, na proporção de seus direitos.

Idêntica sugestão fazemos também quanto aos imóveis ainda em condomínio. Difícil, senão impossível, será ao Estado obter, por entendimento amigável, a aquisição de todas as partes atribuídas aos condôminos. Muitas são as quotas ideais pertencentes a espólios e ausentes, cujos interessados são desconhecidos, ou a inconformados com o preço oferecido, que se negarão a entregar suas partes, suasoriamente.

Estando o imóvel em condomínio, desconhecida sendo, portanto, a parte de cada condômino na coisa, senão a sua quota ideal, a aquisição de parcelas não identificadas do imóvel virá criar dificuldades futuras quando de mistér se tornar o ajuizamento das desapropriações. Pois, com as aquisições feitas e sem possibilidade de destacar-se a área comprada da totalidade do imóvel, senão mediante o processo de divisão judicial, a ação de desapropriação terá de ser dirigida contra o imóvel na sua totalidade. Virá, então, apanhar a área que já pertence ao poder desapropriador e, conseqüentemetne, a ação será também contra ele dirigida.

Embora a ação de desapropriação seja proposta contra o proprietário do imóvel, o objeto dela se prende à coisa, portanto ao imóvel”.

— * —

Razões, aliás iniludíveis, como as apresentadas acima, aconselham a propositura da ação expropriatória.

— * —

LIMITES E ÁREAS DOS IMÓVEIS — CADASTRO RURAL —

Feito o exame jurídico da documentação e conhecido o histórico dos imóveis, forçoso era que se lhes verificassem os limites, medindo-lhes as respectivas áreas, sem o que não haveria lugar para um cadastro rural e mesmo ainda para uma planta-índice cadastral dos imóveis, cuja falta seria uma grande lacuna.

Dai mais uma razão para se avaliar a importância de que se reveste o trabalho executado pelo Sr. Dr. Joffre Mozart Parada, de cuja competência é reflexo o relatório que segue:

Goiânia, 18 de setembro de 1958.

Exmo. Sr.

Dr. Altamiro de Moura Pacheco

M.D. Presidente da Comissão de Cooperação para a Mudança da Capital Federal

N E S T A

Exmo. Senhor:

No período compreendido entre o dia 15 de maio de 1958 e a presente data, com interrupções devidas ao nosso serviço na Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil, estivemos fazendo a caracterização de limites para definição de área e para efeito de cadastro dos imóveis rurais do Novo Distrito Federal, como complementação aos estudos jurídicos correspondentes, que se faziam, também, concomitantemente e nos quais sempre nos apoiávamos.

Inicialmente, munimo-nos de quatro folhas cartográficas, na escala de 1:100.000, interessando o Novo Distrito Federal, confeccionadas pela Secção de Aerofotogrametria do Departamento de Estradas de Rodagem de Goiás (DERGO). Graças, portanto, a estas folhas pudemos, após conferências demoradas com pessoas conhecedoras da região, várias viagens por terra e pelo ar, consultas e levantamentos e documentos diversos existentes nos cartórios, definir a toponímia dos principais cursos d'água que banham a área e dos acidentes geográficos de maior significação, com a finalidade de permitir a feitura de um primeiro esboço cadastral dos imóveis situados dentro do Novo Distrito Federal. Através de consultas constantes aos ele-

mentos obtidos pelos senhores advogados da Comissão, dos diversos processos de divisões, de demarcações, de inventários e de usocapião de imóveis existentes nos cartórios das comarcas de Luziânia, de Planaltina e de Formosa, este esboço foi “pari-passus” sendo melhorado e atualizado.

Por outro lado, estas consultas diversas vieram mostrar que os imóveis situados dentro do Novo Distrito Federal, no que diz respeito à sua definição topográfica propriamente dita, podem ser classificados em três categorias distintas, tais como:

1ª — Categoria — Alguns imóveis, através dos processos divisórios ou demarcatórios correspondentes, estavam definidos mediante memórias, plantas topográficas e cadernetas de campo, ou então, somente através dos memoriais descritivos e plantas topográficas. Denominamos esta categoria de: **IMÓVEIS DIVIDIDOS, COM PLANTA;**

2ª — Categoria — Outros, em grande maioria, por se tratar de imóveis divididos ou demarcados em data já bastante avançada, nos processos correspondentes somente encontramos memoriais com simples descrições das divisas e confrontações, sem qualquer planta ou desenho que desse idéia de forma de fazenda às áreas, aí, na maioria das vezes, tendo sido “calculadas por sentimento”, a “grosso modo”. A esta categoria demos o nome de **IMÓVEIS DIVIDIDOS, SEM PLANTA.**

3ª — Categoria — **IMÓVEIS DIVISORES**, definidos somente pelos Registros Paroquiais efetuados no intervalo compreendido entre os anos de 1856 e 1858. É curioso ressaltar que em duas épocas distintas tentou-se, em massa, fazer o levantamento total dos imóveis da região. A primeira, no Império, através dos Registros Paroquiais, e a segunda, pela Comissão de Cooperação para a Mudança da Capital Federal, durante o período compreendido entre os anos de 1956 e 1958; isto é, com o hiato de um século exato.



Após o recebimento da coleção de fotografias aéreas, na escala aproximada de 1:25.000, cobrindo toda a área do Novo Distrito Federal, conseguida da firma Geofoto S.A., do Rio de Janeiro, pela extinta Comissão de Localização da Nova Capital do Brasil, pudemos iniciar o trabalho, procurando sempre, em primeiro lugar, estudar os **IMÓVEIS DIVIDIDOS, COM PLANTAS.**

Assim, de posse dos elementos contidos nos processos divisórios e dos estudos jurídicos realizados pela Comissão, de

um destes efetuávamos a marcha de trabalho da maneira resumida na sequência especificada nos itens a seguir relacionados:

1º — IMÓVEIS DIVIDIDOS, COM PLANTA —

- 1.1. — Cópia da planta, na escala original, em papel vegetal, salientando nela os elementos que mais de perto nos interessavam. Redução desta planta, com pantógrafo, para a escala de 1:100.000, isto é, para a mesma escala da Planta — Índice Cadastral.
- 1.2. — Cópias da caderneta de campo constante do processo divisório do imóvel, de descrições de divisas diversas, do memorial, no todo ou em parte, e de algum documento de proveito para esclarecimentos que se nos afiguravam necessários.
- 1.3. — Consultas a pessoas conhecedoras da região, sempre que possível. Estas consultas eram levadas a efeito de forma a evitar qualquer eventual engano do informante, e os dados obtidos, então, eram normalmente checados.
- 1.4. — Lançamento dos limites do imóvel ou da fazenda na Planta-Índice Cadastral (IC — 1:100.000), atualizando-se, na ocasião, a toponímia dos acidentes geográficos.
- 1.5. — Caracterização e identificação de limites, da drenagem, da vegetação e dos relevos orográficos diretamente nas fotografias soltas, na escala aproximada de 1:25.000, com o uso do estereoscópio ou não. Algumas vezes, para esta operação, tivemos que fazer a visita ao imóvel, "in-loco", mormente quando se tornava necessária a identificação de marcos divisórios.
- 1.6. — Confecção de mosaico fotográfico simples, na escala em torno de 1:25.000, através de "triangulação aérea" efetuada mediante escolha e identificação de, pelo menos, nove pontos em cada fotografia, pontos estes situados, sempre que possível, numa mesma altura relativa. Este mosaico era feito com fotografias aéreas com superposição ao longo do vôo de 60%, com o uso de todas elas, para melhor distribuição de erro, prevendo-se, ainda, pontos de amarração lateral. Lançamento dos limites da fazenda neste mosaico com todas as suas confrontações.

1.7. — Determinação da escala de mosaico anterior pelo aproveitamento das medidas efetuadas pelos agrimensores que fizeram o levantamento primitivo da fazenda. Neste caso, usamos a planta antiga da fazenda e, graças a ela, confeccionávamos uma tabela para o cálculo da escala, tal como abaixo demonstramos:

FAZENDA

ALINHAMENTO	LEVANTAMENTO DE EM ESCALA 1: (metros)	MOSAICO FOTOGRÁFICO	
		— Cm	ESCALA CALCULADA 1: _____
A B	6.460	26.35	24.516
B C	5.300	24.35	21.766
+	+	+	+
+	+	+	+

Na planta antiga, cópia nossa ou não, escolhíamos uma série de pontos, batizados por letras maiúsculas e identificáveis no mosaico, capazes de definir uma série de alinhamentos tais como AB, BC, etc., que, por sua vez, iriam preencher a primeira coluna da tabela. Em seguida, estes alinhamentos seriam medidos na planta antiga, ou então, sacados da caderneta de campo apresentada no memorial da fazenda. Estas medidas, expressas em metros, iriam fazer parte da segunda coluna. Outrossim, os mesmos alinhamentos, depois de lançados no mosaico fotográfico, seriam medidos e as suas expressões em centímetros iriam ocupar a coluna terceira. Daí, através de simples regra de três, o denominador da escala procurada de dado alinhamento seria calculado e o resultado obtido iria completar a linha correspondente da tabela, na quarta e última coluna.

Logicamente, a variação no quadro do valor do denominador era grande; aproveitávamos, então, os números concordantes, desprezávamos o restante e determinávamos a média, simples ou ponderada conforme o caso, para obter uma escala

média, que era, no final, a adotada para o mosaico — levantamento fotográfico em questão.

Cabe aqui a observação de que o bom resultado do método exposto é obtido mediante uma boa e feliz escolha dos pontos extremos definidores dos alinhamentos básicos para o cálculo.

Para isto necessário se torna “raciocinar” com o topógrafo que executou o serviço e “imaginar” o método que ele empregou para levar a termo o levantamento e, também, o sistema usado por ele na confecção da planta respectiva, momento no que diz respeito às particularidades da mesma, uma vez que é exatamente nos pontos característicos que nos apegamos para a escolha dos apoios definidores dos alinhamentos.

É de nosso dever esclarecer, aqui, que imaginamos e aplicamos o método como exposto, porque, como se nos afigurou o problema, a nossa função primordial era a da verificação de áreas e caracterização das divisas e das confrontações de glebas de terra e não, propriamente, a da medição definitiva e última das superfícies das fazendas. Também, tal método, aproveitando um volume enorme de serviço executado pelos antigos, dispensou uma grande e onerosa equipe de pessoal com toda a aparelhagem, em ação no campo, para a determinação de bases de apoio terrestre aos mosaicos fotográficos dos levantamentos efetuados. Graças a ele, pouquíssimas foram as vezes que tivemos de nos dirigir ao campo e, praticamente, durante todo o tempo trabalhamos sozinhos.

- 1.8. — **Cálculo das áreas** — Para cada uma das fazendas levantadas, graças aos mosaicos fotográficos, fazíamos medidas, mecânica ou graficamente, das áreas neles destacadas. Quando usávamos o planímetro, adotávamos a médias aritméticas de, pelo menos, quatro leituras concordantes, após os giros num e noutro sentido.
- 1.9. — Durante a confecção do mosaico (— 1:25.000 às vezes, por diversas causas, havia necessidade de alguma retificação nas divisas já lançadas na Planta-Índice Cadastral, na escala de 1:100.000. Após isto, se fosse o caso, uma cópia da planta da fazenda era então feita, calcada diretamente da Planta-Índice Cadastral, com a finalidade de facilitar consultas, uma vez que, dadas as suas pequenas dimensões, era de manuseio desembaraçado.

2.0. — IMÓVEIS DIVIDIDOS, SEM PLANTA

- 2.1. — Cópias das descrições das divisas apresentadas nos processos divisórios dos imóveis, do memorial, no todo ou em parte, e de algum documento que nos interessava diretamente, mormente quando viesse esclarecer alguma situação duvidosa anteriormente notada. Finalmente, todo o processo era examinado detidamente e dele era extraído tudo aquilo que viesse informar, ainda que indiretamente, detalhes necessários à reconstituição cartográfica da região em que se encontrava o imóvel.
- 2.2. — Lançamento dos limites do imóvel na Planta-Índice Cadastral (1:100.000), atualizando-se, na ocasião, a toponímia dos acidentes geográficos.
- 2.3. — Caracterização e identificação dos limites, da drenagem, da vegetação e dos relevos orográficos diretamente nas fotografias aéreas soltas, na escala aproximada de 1:25.000, com uso ou não do estereoscópio. Algumas vezes tivemos que visitar "in loco" o imóvel, mormente quando se tornava necessária a identificação de marcos divisórios e, mesmo, a de determinado curso d'água, quando as consultas a pessoas conhecedoras da região pareciam infrutíferas.
- 2.4. — Confecção de mosaico fotográfico simples, na escala em torno de 1:25.000, através de **triangulação aérea** efetuada mediante escolha e identificação de, pelo menos, nove pontos em cada fotografia, pontos estes situados, sempre que possível, numa mesma altura relativa. Este mosaico era feito por meio de fotografias aéreas com superposição ao longo do vôo de 60%, e uso de todas elas, para melhor distribuição de erro, prevendo-se, ainda, pontos de amarração lateral. Lançamento dos limites da fazenda neste mosaico com todas as suas confrontações. Quando a situação do imóvel permitia, os seus limites com outras fazendas confrontantes eram lançados, no todo ou em parte, por exclusão.
- 2.5. — Determinação da escala do mosaico anterior pelo aproveitamento, direto ou não, de levantamentos dos imóveis vizinhos feitos através de mosaicos fotográficos cujas escalas já haviam sido determinadas com a utilização de serviços de campo e de plantas antigas, da maneira já exposta acima.

- 2.6. — O cálculo das áreas, as retificações de divisas das fazendas já lançadas na Planta-Índice Cadastral e as cópias das mesmas, calcadas diretamente, foram efetuadas de maneira idêntica à definida nos itens 1.8 e 1.9 anteriores.
- 3.0. — IMÓVEIS INDIVISOS — Deixamos para estudar estes imóveis sempre por último, porque os teores dos Registros Paroquiais são imprecisos e obscuros, e a documentação então existente era, o mais das vezes, falha.
- 3.1. — Exame detido de toda a documentação existente sobre o imóvel, inclusive os estudos jurídicos já realizados; exame de documentação no que diz respeito às divisas com os imóveis confrontantes; informações verbais com pessoas conhecedoras da região, incluindo aquelas interessadas no próprio imóvel; visitas *in loco* ao imóvel, quando julgávamos haver necessidade disto.
- 3.2. — Lançamento, graças aos elementos colhidos, dos limites do imóvel na Planta-Índice Cadastral, mesmo que fosse a título de tentativa.
- 3.3. — Caracterização e identificação dos limites, da drenagem, da vegetação e dos relevos orográficos diretamente nas fotografias aéreas soltas, na escala aproximada de 1:25.000, com o uso do estereoscópio.
- 3.4. — Confecção do mosaico fotográfico simples, na escala em torno de 1:25.000, através de triangulação aérea efetuada mediante escolha e identificação de, pelo menos, nove pontos em cada fotografia, pontos estes situados, sempre que possível, numa mesma altura relativa. Este mosaico, conforme foram já especificados anteriormente, era efetuado com fotografias aéreas com superposição ao longo do vôo, de sessenta por cento, com o uso de todas elas, para melhor distribuição de erro, prevendo-se ponto de amarração lateral. Lançamento dos limites da fazenda neste mosaico, com todas as suas confrontações. Quando a posição do imóvel permitia, os seus limites com outras fazendas confrontantes eram lançados, no todo ou em parte, por exclusão.

Às vezes, se deparavam situações deveras embaraçosas, tais como as de várias fazendas indivisas confrontando-se. Neste caso, partindo desde o Registro Paroquial das fazendas em questão, procurávamos os do-

cumentos que permitissem a melhor definição topográfica e, apoiando-nos neste documento íamos gradualmente tentando resolver a definição total da região em estudo. Certa vez, o teor do próprio Registro Paroquial de uma fazenda permitiu isolá-la numa zona comum a ela e a outra, também indivisa; dessa forma esta outra, naturalmente, por exclusão, ficou definida.

- 3.5. — A determinação da escala deste mosaico, o cálculo das áreas, as retificações de divisas das fazendas já lançadas na Planta Índice Cadastral e as cópias das mesmas calcadas diretamente dessa eram efetuadas de maneira idêntica à definida nos ítems anteriores de números 2.5 e 2.6.

RESUMO FINAL

Dessa forma, podemos apresentar todo o serviço por nós realizado mediante os elementos abaixo relacionados:

- 4.1. — Coleção de folhas de mosaicos aerofotogramétricos, confeccionados na escala em torno de 1:25.000, nas quais se acham definidos os limites e as confrontações de todos os imóveis rurais situados dentro do Novo Distrito Federal, inclusive os terrenos pertencentes à Prefeitura Municipal de Planaltina (Relação 1).
- 4.2. — Coleção de fotografias aéreas na escala aproximada de 1:25.000, com superposição de sessenta por cento ao longo do vôo, nas quais fizemos a identificação dos cursos d'água, dos relevos topográficos, das entradas das sedes de fazendas, dos regos d'água, das cercas de arame, dos valos, etc. cujos conhecimentos julgávamos de utilidade.
- 4.3. — Uma folha cartográfica da área do Novo Distrito Federal, que foi elaborada em co-autoria com o eng. Janusz Gerulewicz, do DERGO, na escala de 1:100.000, elaboração esta executada com os elementos que nos foram possível obter durante e após o término dos estudos ora relatorizados.
- 4.4. — Planta-Índice Cadastral, na escala de 1:100.000 obtida pelo lançamento das divisas de todos os imóveis situados dentro do Novo Distrito Federal sobre a folha cartográfica referida no ítem anterior.

- 4.5. — Cópias das plantas das fazendas situadas dentro do Novo Distrito Federal, na escala de 1:100.000, destacadas diretamente da Planta Índice Cadastral.
- 4.6. — Relação das áreas e limites de todas as fazendas situadas dentro do Novo Distrito Federal, definidos conforme medidas e lançamentos efetuados nas folhas topográficas atrás mencionadas.

4.7. — OBSERVAÇÕES

Durante a execução dos serviços da forma mencionada, notamos superposição de área entre várias fazendas divididas judicialmente. Também, houve o aparecimento de algumas glebas isoladas, que não ficaram pertencendo a nenhuma das fazendas limítrofes. Nestes casos, tentávamos resolver o problema de forma a definir de maneira clara cada gleba; e depois de fixada esta, determinávamos a área abrangida pelos limites então adotados.

As consultas aos elementos relacionados por nós acima indicarão os casos em que tais fatos se apresentaram e mostraram a maneira como cada um foi contornado.

Devemos salientar, também, que, na definição das áreas dos imóveis situados dentro do Novo Distrito Federal não especificamos a qualidade dos terrenos abrangidos por eles, isto é, não relacionamos as áreas de campo e de cultura.

Devemos confessar que assim procedemos por falta absoluta de tempo. Era do nosso plano fazer isso após o término da definição e levantamento de todos os imóveis. Neste caso, então, identificáramos, nas fotografias aéreas, as zonas de campo, de cerrado e de mato e delas faríamos passar estes elementos para os mosaicos fotográficos, para, posteriormente, fazer as medidas de áreas que se tornavam necessárias. Aliás, isto foi feito em algumas fazendas já desapropriadas amigavelmente pela Comissão.

5.0 — CADASTRO RURAL

Com o nosso serviço completa-se, assim, o Cadastro dos Imóveis Rurais Primitivos do Novo Distrito Federal, que fica, então, definido mediante os elementos que, a seguir, vão enumerados.

- 5.1. — Documentação jurídica, com o histórico atualizado desde o Registro Paroquial, ou, desde a origem particular das terras, de todos os imóveis rurais do Novo Distrito Federal.
- 5.4. — Relação nominal de todas as fazendas com as respectivas áreas e limites.

6.0 — **AGRADECIMENTOS**

Agradecimentos são devidos e aqui expressos aos senhores advogados: Dr. Segismundo de Araújo Melo, DD. Consultor Jurídico e representante do Estado de Goiás no Rio de Janeiro;

Dr. Arquelau Augusto Gonzaga, MD. Promotor de Justiça da Comarca de Goiás;

Dr. Marcelo Caetano da Costa, MD. Juiz de Direito Corregedor do Estado de Goiás;

Dr. Domingos Juliano, MD. Promotor de Justiça da Comarca de Goiânia;

Dr. Eduardo Henrique de Sousa Filho, Magistrado aposentado e advogado militante na comarca de Goiás;

Dr. Moacir Ribeiro de Freitas, MD. Juiz de Direito da Comarca de Ipameri.

Dr. Hamilton de Barros Velasco, atual desembargador do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Goiás;

Dr. Luís Honório Ferreira, MD. Juiz de Direito da Comarca de Anicuns, Goiás;

ao senhor Engenheiro Januz Gerulevicz e ao senhor Dimitry Turuveroff, ambos do Dergo, pela ajuda prestada na execução da planta da área do Novo Distrito Federal;

aos senhores titulares dos Cartórios das Comarcas de Luziânia, Planaltina e Formosa.

Desejamos externar, também, ao senhor Engenheiro Dr. Avelino Inácio de Oliveira, DD. Diretor Geral do Departamento Nacional da Produção Mineral, ao senhor engenheiro Dr. Alberto Ribeiro Lamego, DD. Diretor da Divisão de Geologia e Mineralogia, do Ministério da Agricultura, os nossos reconhecimentos pela boa vontade demonstrada quanto à nossa permanência à disposição da Comissão de Cooperação para Mudança da Capital Federal.

Resta-nos, por fim, agradecer sinceramente a V. Exa. pela oportunidade que nos ofereceu na execução dos serviços ora relatoriados e pela maneira cavalheiresca com que sempre nos distinguiu e, ainda, augurar a V. Exa., votos de felicidade e saúde pessoal.

Atenciosas saudações
Joffre Mozart Parada

TERRAS ADQUIRIDAS

Fatores diversos impediram-nos de adquirir, amigavelmente, maior quantidade de terras. Dentre eles sobressai, em primeiro lugar, o da precariedade da documentação.

Muitos foram os proprietários que se prontificaram a entregar-nos suas fazendas, compreendendo a patriótica finalidade e o elevado alcance de Brasília.

A falta de procedência, a viciosa definição dos imóveis e a ausência de inventários transformaram-se em obstáculos, dos quais muitos somente se venceriam em tempo mui dilatado, incompatível, portanto, com o de que dispúnhamos.

A área já adquirida representa, independentemente das terras devolutas que a ampliam, mais de um terço do Novo Distrito Federal. Com a que consta da relação abaixo, menos 270 alqueires da fazenda Alagado, conforme esclarecimentos adiante, seu total atinge 39.843,637 alqueires geométricos.

RELAÇÃO DAS FAZENDAS A SEREM TRANSMITIDAS À UNIÃO

Prosseguindo-se os estudos das fazendas que se localizam dentro da área demarcada para o Novo Distrito Federal, concomitantemente fizemos a aquisição, nas mesmas bases relativas ao preço adotado para as de chapadas com pequena percentagem de matos e poucas benfeitorias (oitocentos cruzeiros por alqueire geométrico), de mais as seguintes:

MUNICÍPIO DE LUZIÂNIA

	Alqueires
1º) — Fazenda "GAMA", escritura pública de 16-5-58	33,000
2º) — Fazenda "RASGADO", escritura pública de 21-5-958	22,035

3º) — Fazenda "PONTE ALTA", escritura pública de 24-5-958	13,652
4º) — Fazenda "ALAGADO", escritura pública de 28-5-958	451,000
5º) — Fazenda "CHAPADINHA", escritura pública 29-5-958	426,000
6º) — Fazenda "ÁGUA QUENTE", escritura pública de 29-5-58	43,000
7º) — Fazenda "CHAPADINHA", escritura pública de doação de 30-5-1958	0,826
8º) — Fazenda "GUARIROBA", escritura pública de 30-5-958	145,000
9º) — Fazenda "GUARIROBA", escritura pública de doação de 30-5-958	145,000
9º) — Fazenda "CHAPADINHA", escritura pública 30/5/958	224,00
10º) — Fazenda "CHAPADINHA", escritura pública de 30-5-958	12,350
11º) — Fazenda "CHAPADINHA", escritura pública de 30-5-958	141,870
12º) — Fazenda "ENGENHO QUEIMADO", escritura de 30-5-1958	374,130
13º) — Fazenda "CHAPADINHA", escritura pública de 31-5-58	86,950
14º) — Fazenda "PARANAUA", escritura pública de 31-5-958	14,371
15º) — Fazenda "CHAPADINHA", escritura pública de 31-5-58	113,490
16º) — Fazenda "LARGA DE SANTA MARIA", escritura pública de 21-5-1958	366,170
17º) — Fazenda "DESTERRO", escritura pública de 31-5-58	46,500
18º) — Fazenda "CHAPADINHA", escritura pública de 2-6-58	322,390
19º) — Fazenda "BARREIROS", escritura pública de 2-6-958	298,000
20º) — Fazenda "CHAPADINHA", escritura pública de 2-6-58	54,780
21º) — Fazenda "CHAPADINHA", escritura pública de 2-6-958	169,630
22º) — Fazenda "LARGA DE SANTA MARIA", escritura pública de 2-6-1958	215,220

23º) — Fazenda "CHAPADINHA", escritura pública de 2-6-58	113,500
24º) — Fazenda "DESTERRO", escritura pública de 3-6-958	98,000
25º) — Fazenda "SAIA VELHA", escritura pública de 3-6-58	142,720
26º) — Fazenda "CHAPADINHA", escritura pública de 3-6-58	22,000
27º) — Fazenda "CHAPADINHA", escritura pública de 4-6-58	42,970
28º) — Fazenda "DESTERRO", escritura pública de 4-6-58	65,500
29º) — Fazenda "SANTA MARIA", escritura pública de 15-7-58	100,000
30º) — Fazenda "CHAPADINHA", escritura pública de 17-7-58	67,220
31º) — Fazenda "CHAPADINHA", escritura pública de 17-7-58	6,000
32º) — Fazenda "CHAPADINHA", escritura pública de 17-7-58	21,000
33º) — Fazenda "CHAPADINHA", escritura pública de 17-7-58	45,000
34º) — Fazenda "SAIA VELHA", escritura pública de 19-7-958	435,175

MUNICÍPIO DE PLANALTINA

35º) — Fazenda "15", escritura pública de 5-6-957	188,000
36º) — Fazenda "SÍTIO DO MATO", escritura de compromisso de compra e venda de 5-6-57	46,000
37º) — Fazenda "MESTRE D'ARMAS", escritura pública de 16-10-957	98,000
38º) — Fazenda "BANANAL", "LARGA DO PIRIRIPAU" e "PIRIRIPAU", escritura de compromisso de compra e venda (conjunta com a de Formosa), de 31-1-958	184,264
39º) — Fazenda "PIRIRIPAU", escritura pública de 12-3-956	106,000
40º) — Fazenda "TORTO", conhecida por "BREJO", escritura pública de 17-7-958	56,000

MUNICÍPIO DE FORMOSA

41º) — Fazendas “SANTO ANTÔNIO DOS GUIMARÃES”, “RETIRO DO MEIO” e “MESTRE D’ARMAS”, escritura de compromisso de compra e venda de 6-6-57	590,000
42º) — Fazenda “VÂRZEAS”, escritura de compromisso de compra e venda de 31-12-1957 ..	200,000
43º) — Fazendas “BARBATIMÃO”, “SÃO GONÇALO”, escritura de compromisso de compra e venda de 3-12-1957	200,000
44º) — Fazendas “MANGA”, “POÇOS CLAROS” e “SANTO ANTONIO DOS GUIMARÃES”, escritura de compromisso de compra e venda (conjunta com Planaltina), de 31-2-1958 .	103,000
45º) — Fazendas “RETIRO EPAVINA” e “POÇO CLARO”, escritura de compromisso de compra e venda, de 3-2-1958	600,000
46º) — Fazenda “VÂRZEAS”, escritura de compromisso de compra e venda, de 3-2-1958 ...	150,000
47º) — Fazenda “RETIRO DO MEIO”, escritura pública de 3-2-58	29,000

DOAÇÃO

Merece referência a doação de uma área de 4 hectares de terras, feita ao Estado de Goiás pelo Sr. Benedito Carlos de Oliveira e sua mulher D. Judith Carlos de Oliveira, no povoado de Brazilândia, município de Luziânia, cuja escritura recebemos a 30-5-958.

Trata-se de um terreno onde há uma escola isolada, mantida pelo Estado.

TERRAS DEVOLUTAS

Ultimados os estudos, constatou-se a existência de 3.829 alqueires geométricos de terras devolutas, distribuídas pelas fazendas “VENDINHA”, “RODEADOR”, no município de Luziânia, e “PALMA”, com parte em o de Luziânia e parte no de Planaltina.

Para sua definição exata, porém, seria recomendável uma ação discriminatória.

Surgiram também outras áreas, sobre as quais pairam dúvidas, e que, no relatório técnico junto, receberam a denomina-

ção de "A", "B", "C", "D" e "E", localizadas as duas primeiras no município de Formosa, a 3ª e 5ª no município de Planaltina e a 4ª no de Luziânia.

A área "A", com 44,163 alqueires geométricos, situa-se entre as fazendas Barra Alta e Riacho das Pedras, São José ou Curral dos Guimarães, Retiro do Meio, Piriripau e São Gonçalo. São glebas isoladas, das quais a primeira está ocupada e com benfeitoria.

Da "C", com 30,814 alqueires geométricos, não se encontrou documentação alguma. A "D", com 186,983 alqueires geométricos, encravada entre as fazendas Sáia Velha, Gama, Barreiros e Água Quente, originou-se do modo nada aconselhável por que se interpretaram os limites e se fizeram os levantamentos das fazendas confinantes, em épocas anteriores e diversas.

A última ("E", com 3.619 alqueires geométricos, situada entre o patrimônio da Igreja de São Sebastião e a fazenda Mestre d'Armas, deve ser propriedade particular. Excluída dos respectivos processos divisórios e de usocapião, tornou-se conseqüentemente isolada. Acha-se, todavia, incluída nos limites definidos para o patrimônio da Igreja São Sebastião.

LOTEAMENTOS

Divulgando-se, através da imprensa e do rádio, a notícia de se haver criado a Comissão de Cooperação para a Mudança da Capital Federal, com a incumbência de adquirir as terras do Novo Distrito Federal, recebemos, tão logo assumimos a sua presidência, telegramas, ofícios e cartas dos mais variados pontos do País.

Os signatários, elementos de todas as classes sociais e portadores de títulos expedidos pela Prefeitura de Planaltina relativamente a lotes naquele município, pediam-nos que os esclarecêssemos sobre a situação jurídica dos aludidos documentos ou indagavam da localização e valor dos respectivos lotes.

Fornecemos esclarecimentos, mandados publicar pelo então e mui digno Presidente da Comissão de Planejamento da Construção e Mudança da Capital Federal, Sr. Marechal José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque e respondemos àqueles, cujas consultas não se enquadravam em os avisos estampados nos jornais do País.

À medida que o tempo decorria e o trabalho se adiantava, intensificava-se, pelo lado dos possuidores de semelhantes escrituras, o interesse em legalizá-las.

Eram documentos, há muito, desprezados e, na sua grande maioria, não registrados, mas denunciadores de algo que se esboçava.

Examinando-se, então, o assunto, com a atenção e carinho reclamados pela importância do problema que surgia, verificamos ser bastante elevado o número de loteamentos, na área demarcada para o Novo Distrito Federal.

Em nenhum, porém, se constatou a existência de qualquer construção urbana, ainda mais que toda a região (por nós sobrevoada e percorrida de jeep) era utilizada para fins exclusivamente pastoris.

Somente no município de Planaltina, no setor abrangido pelo Novo Distrito Federal, encontramos os seguintes loteamentos:

PLANALTINÓPOLIS — atingindo as fazendas Monjolos, Bom Sucesso e Lambari;

PLATINÓPOLIS — localizada na fazenda Piriripau;

CHÁCARAS SANTA MARIA — localizado na fazenda Lambari;

PLANÓPOLIS — localizado na fazenda Bananal;

VILA FEDERAL — localizado na fazenda Bom Sucesso;

SOCIEDADE ANÔNIMA, PLANALTO CENTRAL DE GOIÁS — localizado na fazenda Salvia; e

NOSSA SENHORA DE FÁTIMA — localizado na fazenda Mestre d'Armas.

De todos, o último, isto é, o de N. S. de Fátima, destaca-se como o mais recente e que, apesar da irregularidade da documentação, onde não se incluem os pareceres do Ministério da Guerra e da Saúde Pública, é o que se apresenta procurando criar obstáculos à desapropriação, mediante atitudes nada razoáveis por parte da firma concessionária — IRMÃOS BRANDT LTDA., da Imobiliária Paula, com sede em São Paulo.

Insistindo na venda de lotes, realiza, de pouco tempo a esta parte e apressadamente, algumas obras, no visível intuito de embaraçar a ação do Governo.

A 9 de junho de 1956, dirigiu-nos a seguinte carta:

Exmo. Sr.

Dr. Altamiro de Moura Pacheco

M.D. Presidente da Comissão de Coopera-
ção da Mudança da Capital

Goiânia — Go.

Exmo. Sr.:

Tendo em vista que V. Exa. tem informado a pessoas interessadas na compra de terrenos do loteamento denominado "Bairro Nossa Senhora de Fátima" de propriedade do Sr. Iron Chaves, situado na cidade de Planaltina, desse Estado, que as terras compreendidas no dito loteamento, também serão desapropriadas, por estarem compreendidas na futura Capital Federal, tomamos a liberdade de remeter a V. Exa., juntamente com a presente, as inclusas folhas do Diário de São Paulo de 18 de abril e 15 de maio, que publicaram declarações do Dr. Wenceslau Gomes da Silva, consultor jurídico desta Sociedade, relativo ao assunto em questão.

E face de tais declarações e da opinião de V. Exa. manifestada aos já mencionados interessados, solicitamos a gentileza de V. Exa. nos esclarecer, na possível brevidade, se o "Bairro Nossa Senhora de Fátima" será desapropriado e em que se funda V. Exa. para fazer tal afirmativa.

Sem mais, aguardando seu pronunciamento subscrevemo-nos

Mui atentamente
Irmãos Brandt LTDA;
(ass.) — Leopoldo Brandt
(Sócio-gerente)

Nossa resposta, foi a seguinte:

**"COMISSÃO DE COOPERAÇÃO PARA MUDANÇA DA
CAPITAL FEDERAL**

Goiânia, 19 de julh de 1956

Ilmos. Srs.

Irmãos Brandt Ltda.

São Paulo

Ilmos. Srs.:

Acusando o recebimento de suas cartas de 10 de abril e de 9 de junho do corrente ano, bem como do telegrama do mês p. passado, cabe-me responder-lhes:

a) — o loteamento chamado Bairro de Nossa S. de Fátima, no município de Planaltina, neste Estado, está abrangido pela área declarada de utilidade pública, de acordo com o Decreto estadual nº 480, de 30 de abril de 1955, e, em tais condições, essa gleba de terras oportunamente será desapropriada dentro das normas estabelecidas pelo Decreto-Lei nº 3.365, de

21 de junho de 1951, que cogita das desapropriações por utilidade pública;

b) a desapropriação deverá efetivar-se mediante acordo ou judicialmente e, uma vez declarada de utilidade pública, ficam as autoridades administrativas autorizadas a penetrar nos imóveis compreendidos na declaração, sendo vedado ao próprio poder judiciário decidir se se verificam ou não os casos de utilidade pública, tornando-se em consequência, evidentemente ociosa toda e qualquer discussão em torno do assunto;

c) — como VV.SS. devem saber, o valor da indenização será sempre contemporâneo à declaração de utilidade pública, não se incluindo direito de terceiros contra o expropriado, e

d) — a área do Novo Distrito Federal compreende uma parte destinada a construção da futura Capital Federal, em a qual não se encontra situado o loteamento do Bairro de N. S. de Fátima, mas sim dentro da parte reservada para o Distrito Federal e declarada de utilidade pública.

Assim, sem outro motivo, firmo-me

Atenciosamente

(ass.) Altamiro de Moura Pacheco
Presidente”.

Deparam-se-nos ainda os loteamentos que atingiram as fazendas “MANGA”, “POÇOS CLAROS”, “SANTO ANTÔNIO DOS GUIMARÃES”, no município de Formosa, e “PARANAUAÁ” (este com a denominação de “PLANALTÓPOLIS), no município de Luziânia.

São loteamentos abandonados, desprovidos de obras urbanísticas e pelos quais, há muito, não mais havia interesse algum, quer pelo lado dos vendedores, quer dos compradores.

Do de “PLANALTÓPOLIS”, (cujo projetista se utilizou de uma área hipotética, correspondente a mais de um terço do que a existente), em número de 2.247 lotes, conforme relação que este acompanha, até 25-7-956, somente 42 proprietários fizeram transcrição do Registro de Imóveis da Comarca e — o que aliás é importante assinalar — os terrenos remanescentes foram adquiridos pela Comissão, na base de oitocentos cruzeiros por alqueire geométrico.

Adotando-se esse mesmo critério, a 31 de janeiro do corrente ano, adquirimos nas fazendas Manga, Poços Claros e Santo Antônio dos Guimarães, de quem as havia loteado, res-

pectivamente 18 lotes da fazenda Manga, 100 de Poços Claros e 88 da Santo Antônio dos Guimarães, à razão de oitocentos cruzeiros por alqueire geométrico, como consta da escritura, também anexa.

CATEGORIA DAS TERRAS

Em que pese ao aspecto geral mais ou menos uniforme na quase totalidade, as terras da região a que nos reportamos deviam ser classificadas.

Ocupadas umas, abandonadas outras; muitas dotadas de pouca benfeitoria, diversas pertencendo a pequenas fazendas com benfeitorias de preço mais elevado, e algumas, em número diminuto, constituindo fazendas enriquecidas com matos de melhor qualidade e em maior quantidade, impunha-se um critério pelo qual se não verificasse alguma injustiça ao serem praticadas as transações de compra e venda.

Estabeleceram-se, então, as categorias "A", "B", e "C", a que se filiariam os imóveis de igual valor, classificados em três grupos distintos.

O primeiro ("A" seria o das fazendas constituídas de chapadas ou terras de campos, com baixa percentagem de matos; o segundo ("B", o de pequenas fazendas, valorizadas com benfeitorias melhores e produção maior, e o terceiro ("C", o das fazendas de grande percentagem de matos.

E, como o interesse imediato da Comissão repousava no princípio básico de se fazer a aquisição das terras, partindo da zona escolhida para a sede da Nova Capital e daí para a periferia, nossa atuação teve constante incidência nos imóveis da categoria "A", que era a principal ao nosso objetivo, além de ser a incomparavelmente maior, ocupando quase 90% do total da área do Novo Distrito Federal.

Foi, ao mesmo tempo, medida de prudência que logrou bom resultado quanto à aceitação pelos expropriados do preço estipulado, e também medida de previdência, acauteladora do interesse público, quanto à generalização de preços mais elevados, como os por que devem ser avaliados e pagos os imóveis relacionados nas categorias "B" e "C".

D E S P E S A S

Em Luziânia, onde pudemos contar com a ímpar colaboração de seu digno Prefeito Sr. BENEDITO RORIZ DE PAIVA, estávamos alojados no edifício especialmente construído para o

Hospital de S. Vicente de Paulo, onde mantínhamos cozinha própria e contsantemente recebíamos autoridades, hóspedes ilustres e pessoas ligadas aos trabalhos do Novo Distrito Federal.

Com o avanço das obras de Brasília e a criação dos Escritórios de Planaltina e Formosa, não mais havia necessidade de se conservar o Hospital fora das funções para que havia sido construído.

Passamos para o Hotel D. Bosco, restituindo-o ao Presidente da Conferência de São Vicente de Paulo, Sr. Benedito de Araújo Melo, que, como é do seu feitio de homem sério e evoluído, gentilmente o havia colocado ao dispor da Comissão.

A seu gesto cativante e de expressiva colaboração com o Governo, procuramos corresponder deixando-lhe como pagamento pelo aluguel do prédio os móveis, roupas de cama e vasilhame de copa e cozinha, de que dispúnhamos.

Em Planaltina, o Escritório funcionou, durante a primeira fase dos trabalhos, na sala do Aero-Clube, cedida, amavelmente e de modo gratuito, pelo seu Presidente, Sr. Epaminondas Lopes da Trindade; e na segunda, ocupamos no Fórum o salão nobre da Prefeitura, posto, sem ônus e cavalheirescamente, à nossa disposição, pelo ilustre Prefeito, Sr. Velusiano Antônio da Silva, ficando o pessoal alojado no Hotel Rezende. Finalmente, em Formosa, o Escritório foi instalado no Hotel do Sr. Afonso Malheiros, sempre solícito em atender à Comissão.

Assim, ao lado das despesas decorrentes do alojamento do pessoal, do transporte (constituído de um avião Cesna 310 e 3 jeeps, pertencentes ao Estado), temos de adicionar as que se efetuaram perante os Cartórios.

Incluindo-se gratificações e outras concernentes a material de escritório, sua relação é a seguinte:

- | | |
|--|--------------|
| 1) — Pagou-se pelas terras adquiridas, conforme constam das escrituras que acompanham este | 8.145.062,40 |
| 2) — Pelas despesas perante os cartórios de Planaltina, Luziânia, Formosa e Goiânia, conforme relação em separado | 409.753,60 |
| 3) — Pelas despesas com hospedagem dos membros da Comissão, nas cidades de Luziânia, Planaltina e Formosa, conforme se vê na relação em separado | 200.790,00 |

4) — De despesas diversas dos Escritórios, como consta mda relação em separado ..	81.534,80
5) — De gratificações aos encarregados das secções jurídicas, técnicas e dos seus auxiliares conforme relação em separado	81.543,80
TOTAL DOS PAGAMENTOS REALIZADOS	9.742.140,00

Todos os pagamentos foram efetuados por meio de cheques nominais, emitidos contra o Banco do Estado de Goiás S.A.

— * —

À guisa de justiça e honra ao mérito, há ainda, neste capítulo, uma referência, que jamais poderia ser omitida.

Trabalhando no setor jurídico da Comissão e orientando-o magistralmente, durante as suas duas, aliás difíceis primeiras fases. O Sr. Dr. Marcelo Caetano da Costa, culto e íntegro Juiz Corregedor do Estado, recusou-se a receber a gratificação a que soube fazer jus.

A extensão e o desprendimento de sua atitude são comparáveis tão somente à boa vontade e ao sacrifício com que se entregou missão, que patrioticamente abraçou.

É gesto que se não pode olvidar, nem passar despercebido, merecendo registro, em que se perpetue.

— * —

AGRADECIMENTOS

Confessamo-nos sinceramente reconhecidos:

às autoridades federais, estaduais, municipais e aos Serventuários dos Cartórios de Luziânia, Planaltina e Formosa, pela solicitude, nunca desmentida, com que sempre atenderam à Comissão;

aos ilustres Senhores Representantes de Goiás, perante o Congresso Nacional, Deputados à Assembléia Legislativa do Estado, Vereadores à Câmara Municipal de Goiânia e à Imprensa, de cujo apoio, altamente significativo na sua eloquente unanimidade, recebemos confortador estímulo;

aos Srs. funcionários do Gabinete da Governadoria, pilotos e motoristas do Estado, pela elogiável presteza com que permanentemente nos atenderam;

à exma. Sra. D. Mercedes Ribas Parada, desenhista e aos Srs. engenheiros e cartógrafo do DER-GO, por sua valiosa cola-

boração; a todos, enfim, que conosco cooperaram numa causa que não é nossa e sim da coletividade brasileira, revigorada, então, na sua fé por um futuro em que a felicidade do povo seja o reflexo da prosperidade da Nação.

— * —

Exmo. Sr.

Dr. José Ludovico de Almeida

M.D. Governador do Estado de Goiás

Nesta.

Excelentíssimo Senhor:

Relatando-lhe, sinteticamente, as principais ocorrências sobre as atividades da Comissão que nos foi dado presidir, sob o operoso governo de Vossa Excelência, não buscamos encarecer a missão com que nos distinguiu, através dos obstáculos vencidos ou das barreiras transpostas para a execução de um serviço inédito nos anais administrativos do nosso País. Mas, julgamos de nossa obrigação levar ao alto conhecimento de Vossa Excelência que foram denodados no cumprimento do dever os nossos companheiros, que não mediram sacrifícios, nem pouparam esforços na ânsia patriótica de se atingir o objetivo colimado.

A eles, que souberam sacrificar férias e descanso, conforto e aconchego do lar, os louros de se haver levado a bom termo a verificação da verdadeira situação jurídica e exatidão das áreas dos imóveis adquiridos e dos que deverão ser desapropriados.

E esse trabalho, que será o substrato para todos e quaisquer outros que, em sequência, vierem a realizar-se para se levar ao fim a concretização do Nosso Distrito Federal, ficará na história de Goiás e do Brasil como indelével testemunho da decidida colaboração do governo de Vossa Excelência ao governo, patriótico e fecundo, do grande Presidente Juscelino Kubitschek.

E Brasília, orgulho dos vindouros e admiração dos povos civilizados, perpetuar-se-á como fator maior do insofreável engrandecimento da Pátria.

Pelo que, e ao entregarmos a Vossa Excelência o presente trabalho, folgamos em aqui consignar a sinceridade de nosso

reconhecimento pelo constante e integral apoio que dignou emprestar-nos em todas as fases de nossas atividades, à frente da Comissão.

Aos votos que formulamos pela prosperidade de seu governo e pela felicidade pessoal de Vossa Excelência, juntamos as nossas mais afetuosas

Saudações

ALTAMIRO DE MOURA PACHECO

Presidente da Comissão de Cooperação para
a Mudança da Capital Federal.

NOTA:

Este relato é um depoimento subsidiário — franco mas leal — à história de Brasília que, no futuro, se fará, sem a efervescência de mesquinhos interesses.

Baseando-se em documentos, ficaria incompleto se o mais eloquente, e que tanto me honra quanto engrandece a Goiás, aqui, não estivesse, como fecho de ouro.

El-lo:

Rio de Janeiro (GB),
10 de dezembro de 1974.

Prezado amigo Altamiro Moura Pacheco,

Venho querendo escrever-lhe há muito tempo. Hoje, porém, resolvi e esta carta lhe vai para significar-lhe o quanto lhe devo pela dedicação e pelo interesse devotados à construção de Brasília.

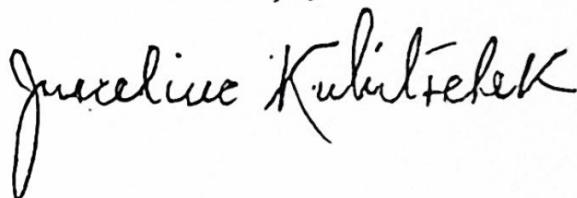
A você tocou a parte mais trabalhosa, aquela que não se vê, que se desenrola no silêncio dos gabinetes: a desapropriação de terras, sem o que Brasília não se faria jamais.

E você não empregou toda a sua imensa capacidade com objetivos fiduciários, fê-lo por idealismo, porque foi da aqueles que cedo compreenderam o papel histórico, geopolítico da nossa capital.

Brasília triunfou porque teve homens de sua têmpera, de seu arrojo, desses para quem o empreendimento se situa va como o resgate da velha dívida nacional.

Permita-me dizer-lhe que minha admiração pelo seu trabalho não se dimensiona em nenhuma expressão escrita: ela cresce à medida que Brasília se impõe como a mais bela realização de nosso tempo.

Um afetuoso abraço,



LEOPOLDO DE BULHÕES

Conferência pronunciada pelo Professor Colemar Natal e Silva, a convite da Academia Feminina de Letras e Artes de Goiás

Acolhi, com prazer, o convite que fez Rosarita Fleury, Presidente da Academia Feminina de Letras e Artes de Goiás, para falar sobre a vida e a obra de Leopoldo de Bulhões, esse goiano que se tornou figura nacional.

Antes mesmo de dar início à tarefa desejo por em evidência, falando a uma Academia Feminina, uma circunstância do mais alto relevo e da maior significação:

é que este ano foi consagrado, pela ONU, organização de âmbito mundial — como o ano internacional da mulher.

Assim, ele se destina a dar ênfase ao papel da mulher, na sociedade, em todos esses numerosos ramos de atividades da mais variada natureza em que sua ação se faz sentir: no lar, como esposa e mãe — pedra angular da própria sociedade; nas letras, na ciência, nas artes, na administração pública, na política, e, na hora presente, até no governo.

Esta é a razão, pela qual quero saudar a Mulher Goiana, tão bem e tão dignamente representada pela Academia Feminina de Letras e Artes de Goiás, na pessoa de sua Presidente.

Escritora e intelectual brilhante, Rosarita Fleury é a consagrada autora de “Elos da Mesma Corrente”, já na 3ª edição, com as 2 anteriores esgotadas; poesia “São João”, prêmio da Academia Goiana de Letras em 1941; “Poema a Goiânia”, publicado na época do batismo cultural, também premiado em 1942; “Retalhos”, poesias sobre Goiás e Goiânia, recebida com elogios pela crítica nacional; “Oração Triste”, sobre o cego, na

campanha do Instituto Artesanal dos Cegos, além de colaborações esparsas em jornais e revistas.

Receba, pois, Rosarita Fleury, a homenagem que, inspirada na honra ao mérito, prestamos à Mulher Goiana, ao ensejo desta feliz oportunidade.

Cabe-me traçar agora, a biografia de Leopoldo de Bulhões.

Como, na realidade, gosto de viver a vida do espírito, seja-me permitido declarar que sempre apreciei, e muito, os estudos biográficos, procurando, desde criança, conhecer a vida dos homens célebres na política, como nas ciências e nas letras. Isso constituía, para mim, durante muito tempo, um gênero predileto de leitura, principalmente porque aparecia como precioso viveiro de observações e ensinamentos.

Foi isso que me levou, ainda quando estudante de Direito, na Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro, a instituir no Centro Acadêmico “Cândido de Oliveira”, um programa de conferências sobre a vida e a obra de grandes brasileiros, o que resultou na indicação do meu nome para inaugurar o programa, com uma conferência sobre Rui Barbosa, no Instituto dos Advogados Brasileiros, depois transformado em livro.

Mas, esse gênero de biografia esbarra com obstáculo sério: é, na verdade, muito difícil dar a medida exata no valor de um homem.

Eis porque, necessariamente, o homem de pensamento há de perguntar a si mesmo: “Como estabelecer essa medida?”

É certo que isso tem que se relacionar com o gênero de atividades do biografado.

Assim, o que dá a medida do valor de um sábio, é o seu saber, a de um inventor, a sua invenção, a de um gênio, a sua genialidade, como a de um político, a sua política.

Seja como for o elemento constante, a condição específica para julgar um homem são as suas obras, as suas realizações.

No livro “Carvalhos e Roseiras”, disse, com aquela sua elegância de estilo, Humberto de Campos:

“Na câmara silenciosa dos tempos, que os homens desertam, só ficam imperecíveis as suas obras”.

Fixaremos, em apertada síntese, para não causar fadiga aos nossos ouvintes, dois grandes aspectos da personalidade do homenageado: — o do financista e o do político.

Para bem compreender e melhor avaliar a obra de Bulhões no setor de sua especialidade naquele meio em que ele foi maior — finanças — mister se torna conhecer e mencionar as

circunstâncias, o ambiente em que ele atuou, saber, enfim, das condições peculiares à vida do Brasil de então.

Em fins do século passado e mesmo nos albores deste século, dominavam o mundo financeiro certas concepções clássicas, em matéria de finanças públicas.

Era um corpo de princípios mais ou menos rígidos, cuja aplicação havia produzido, nos principais países do mundo, resultados mais ou menos vantajosos.

Quer o âmbito da Economia Política — ciência da riqueza social, quer o da ciência das Finanças — ramo específico da atividade financeira do Estado, guardavam ainda princípios doutrinários, tidos e havidos, até então, como dogmas econômicos e financeiros. Sem eles, nem se poderia compreender, àquela época, a existência daqueles ramos do saber humano.

E o Brasil, que mal se ajustava das tremendas crises, consequências econômicas do novo regime de trabalho, imposto pela abolição da escravidão, nos fins do século passado, viu-se a braços, na sua vida pública e administrativa, com os profundos reflexos da descentralização operada pela transformação do Império em República nos moldes federativos norte-americanos.

Sob um aspecto amplo, muito geral, pode-se afirmar que os três primeiros decênios da vida republicana foram, como é natural, fase de mera adaptação.

Nem é preciso ser sociólogo para observar que, já então, o mundo começava a mudar no sentido de uma complexidade crescente dos problemas individuais e coletivos, cuja base vai mesmo, indiscutivelmente, cair no setor econômico e financeiro.

Aquilo que ontem era remédio específico para uma crise financeira ou um desajuste econômico, transformava-se em panacéia, mera panacéia.

Os velhos problemas da moeda e do crédito apresentavam-se com aspectos novos, relevantíssimos para a vida dos povos, notadamente a brasileira.

Buscando fixar as primeiras manifestações, através das quais Leopoldo de Bulhões definia os princípios financeiros, que iria adotar, vamos encontrá-los no combate que fez à política financeira de Rui Barbosa, Ministro da Fazenda do Marechal Deodoro, 1º Chefe do Governo Republicano.

É bom assinalar, corria o ano de 1.892, vale dizer, tínhamos apenas 3 anos de vida republicana.

Pregava Bulhões:

“Há duas escolas econômicas, perfeitamente distintas:

“uma que considera o papel-moeda a dívida mais onerosa de um país, que a considera uma calamidade pública, como uma vergonha nacional, como um cancro que deve ser extirpado por todos os meios, como um perturbador constante dos câmbios: e a outra escola, e a esta me parece que se filia o nobre Ministro da Fazenda, entende que o papel inconvertível é inocente, que é um excelente agente de circulação, que nenhum inconveniente produz, nenhuma influência exerce nos preços e nas taxas de câmbio e, finalmente, que é uma salvação e uma glória”.

Não há muito tempo, repetiu-se que era um sonho a libertação dos escravos, que a lavoura pereceria com a malfadada instituição e o país se precipitaria no abismo da bancarrota, si o privassem do trabalho forçado.

O sonho se realizou e alargou os horizontes da produção e da riqueza pública.

É um sonho, hoje, a circulação metálica; a jovem república não poderia mantê-la; o comércio e a indústria florescem sob a estufa do curso forçado, afirmam.

O curso forçado é irmão gêmeo do trabalho forçado. Este aniquilou a lavoura; afastava do país a corrente imigratória.

Aquele isola o país da comunidade industrial; afasta, de suas fontes de produção, a corrente de capitais; exaure o comércio e as indústrias.

A abolição era uma necessidade econômica e um compromisso de consciência humana; a conversão do papel-moeda é igualmente uma necessidade econômica e, além disso, um compromisso de honra da República. A respeito da orientação financeira adotada por Bulhões, assim se exprimiu textualmente o grande economista Leônidas de Rezende, catedrático de Economia Política da Universidade do Brasil:

“Entre aquelas duas escolas filiou-se à 1ª e nunca mais a abandonou. Na câmara fez parte da comissão da Constituição, ao lado de José Higino e Júlio de Castilho. Como deputado, votou no sr. Prudente de Moraes para Presidente da República e tomou parte na revolução de 23 de novembro de 1891. Fez passar naquela casa do Congresso os orçamentos de 23 de dezembro de 1891 para dar as leis anuais ao Marechal Floriano. Eleito senador em 1894, combateu a prorrogação do estado de sítio e o adiamento do Congresso, tendo sustentado a eleição de Prudente de Moraes nas urnas.

“Não aceitou convite para o ministério, feito por Prudente de Moraes, por intermédio de seu secretário, sr. Gonzaga, como

já havia recusado igual convite de Aristides Lobo, para substituir Rodrigues Alves, no governo Floriano. Eleito presidente de Goiás, não tomou posse, a pedido do almirante Custódio de Melo, Ministro da Marinha. Membro da Comissão de Finanças do Senado, foi relator da lei orgânica do Tribunal de Contas. Em 1897 presidiu a comissão extra-parlamentar de revisão das tarifas, sendo seus projetos aprovados pelo Congresso. Em 1898 foi líder no Senado, substituindo o senador Vieira. Defendeu o **funding loan**, a política, não da estabilização, mas da valorização da moeda, o aparelhamento dos fundos de resgate e garantia do papel-moeda”.

“Sustentou, no Senado, o governo de Campos Sales. Trabalhou pela eleição de Rodrigues Alves. Em seu relatório de 1903, dizia o ilustre estadista:

“A situação financeira melhorou, consideravelmente, no quadriênio findo. A experiência dura e amarga operou a conversão dos espíritos que se obstinavam em propagar as falências dos regimes das emissões do papel-moeda...”

“As boas idéias fizeram caminho..... A continuação da política financeira de resultados tão fecundos e aplaudidos, exige a mais severa economia, pois se baseia no equilíbrio da receita com a despesa, nos saldos orçamentários, que nos habilitarão a aumentar os fundos de garantias e de resgate do papel-moeda, a reduzir a dívida flutuante e a amortizar, em escala mais considerável, a dívida consolidada”.

O certo é que, assumindo a pasta da Fazenda, em época bastante difícil da vida brasileira, desincumbiu-se com tanta visão, eficiência e saber da missão, que recebeu, ao deixá-la, verdadeira consagração como financista, dentro e fora do Brasil.

Eis porque Rodrigues Alves, Presidente da República, de quem o ilustre goiano era amigo íntimo, convidou-o a aceitar o posto, pela 3ª vez. Vale a pena, a título de curiosidade, transcrever, na íntegra, a carta que o citado Presidente da República lhe endereçou e que se lê no livro — “Leopoldo de Bulhões — um financista de princípios”, obra valiosa, da autoria de seu ilustre filho, meu colega, primo e amigo, Dr. Augusto de Bulhões, e precioso repositário da vida e obra do eminentíssimo brasileiro pág. 261:

“Reservada — Bulhões. Recebi sua carta última. No empenho de ter na pasta do exterior um homem de autoridade e competência, convidei para exercê-la o sr. Rio Branco, que há poucos dias declarou-me que aceitava. As nossas questões diplomáticas estão reclamando o concurso de uma autoridade já

consagrada, e o senhor Rio Branco parece-me muito nas condições de bem desempenhar as funções daquela pasta. Para a Fazenda, conto com você, que conhece os negócios dessa importante repartição, pelo estudo, de longa data e, sobretudo, pela concordância de suas opiniões e tendências com as minhas. Espero que você me prestará esse auxílio e peço que não me apresente dúvidas e objeções”.

Vamos, agora, fixar outros aspectos de relevo, dessa vida que foi, toda ela, uma página de luta a serviço do Brasil.

Dentro dos estreitos limites de uma conferência, utópico seria fazer conter um relato cronológico e documentado das atividades públicas de Leopoldo de Bulhões, atividades amplas e fecundas em tantos setores; para isso, era mister um alentado volume, tal como escreveu, de modo feliz e completo, Augusto de Bulhões.

Na sua vida de financista emérito, cabe destacar duas altas qualidades: o profundo conhecimento, revelado no trato com as finanças públicas, e a coerência, aquela impecável coerência com os seus princípios, que o levou a recusar até o cargo de Ministro. Deputado, aos 22 anos de idade(instituiu, em nosso Estado, a prática de percorrer, naquele tempo, a cavalo, imensas zonas eleitorais. Eleito, foi um deputado ativo e trabalhador; e muitos daqueles problemas financeiros, que ventilara naquela época, ainda hoje têm aspectos de atualidade.

Assim é que, enfrentando os problemas cambiais, perguntava:

“Quem lucra com as oscilações do câmbio?”

“A agiotagem, e só ela.

“Quem mantém o câmbio instável? Qual a causa de sua depressão?”

“No desenvolvimento das minhas idéias, procurei elucidar esta questão, que julgo momentosa e palpitante de atualidade, porque encerra a solução das nossas dificuldades financeiras.

“O papel-moeda, Sr. Presidente, está, atualmente, depreciado em 25 a 30%, o que quer dizer que todo o capital existente neste agente de circulação tem perdido, pelo menos, uma quarta parte de seu valor nominal.

“É este o principal inconveniente da moeda fiduciária inconvertível, inconveniente que a acompanha sempre, qualquer que seja o modo de sua emissão. Sim, porque esta pode ser efetuada por três formas diferentes:

“A 1ª quando o governo, por si ou por meio de estabelecimento bancário, lutando com as dificuldades de uma crise mo-

mentânea, lança o papel na circulação, prometendo retirá-lo ou convertê-lo, desde que cessem as causas que o motivaram.

“Foi o que se deu com relação à Inglaterra, em 1797, voltando à circulação metálica em 1881, e também com a França, de 1838 a 1860.

“A 2ª forma de emissão se verifica ou se realiza quando os bilhetes representam valores determinados, isto é, quando têm por base títulos públicos, terras ou quaisquer outras garantias.

“Foi por esse sistema e sob as bases invocadas que a Rússia, a Áustria, a Suécia, os Estados Unidos, em diversas épocas, fizeram suas emissões. Foi ainda esta a base que serviu para os assinados da revolução francesa e para bilhetes do Banco Real Joan Low. A 3ª forma por ventura, a pior, delas, se se pode escolher, a mais terrível e funesta é a que tem sido praticada entre nós. O Governo emite as suas notas, como moeda legal, dando-lhes curso forçado, atira na circulação papel inconvertível, sem prazo, sem condições, sem garantia alguma, como meio de preencher as lacunas do orçamento, dissolver os deficits sem outra base mais que a do seu crédito.

“Nestas, como em quaisquer outras condições, o papel inconvertível em curso forçado, é sempre um elemento perturbador, uma parasita daninha, que se nutre à custa de um crédito ilusório, entibiano o comércio e a indústria!”

Já na Assembléia Geral de 1882-1885, sintetizava, assim, as necessidades nacionais:

“Braços, capitais e indústria, eis as necessidades palpitantes de nosso País, suas necessidades vitais”.

Bateu-se com denodo, pertinácia, bravura, pela aplicação dos princípios financeiros que esposara, e o certo é que teve a felicidade de ver coroada de pleno êxito a sua atividade.

Após suas lutas, nos períodos de 1902 a 1906 e 1910, o seu período de gestão, passou para a história como “período áureo”, período de renascimento econômico.

Que maior felicidade pode ter um homem público de que bater-se por um corpo de idéias e de princípios, ter oportunidade de executá-los e comprovar, às vistas da nação, os seus resultados?

Foi o que, em síntese, fez Leopoldo de Bulhões, como financista. A sua obra política apresenta vários aspectos, muitos interessantes, de sua personalidade.

Iniciou a sua vida pública na imprensa, combatendo, aos 22 anos de idade, o Imperador e seus Ministros; espírito libe-

ral, desafiou a ira dos poderosos senhores de escravos, pregando e lutando, sem tréguas, pela abolição da escravatura.

Foi um defensor intransigente da liberdade. Ele disse:

“A liberdade não se decreta, não se confere, conquistou-se”.

Como disse muito bem Assis Brasil: no cenário nacional: “nunca mostrou o ranço do provincialismo: sempre apareceu como espírito evoluído, progressista e liberal. É um prazer e uma honra lembrar, naquele passado distante que foi ele quem, na Constituinte, se bateu pelo voto feminino. Outra qualidade personalíssima de Bulhões era a serenidade: nunca se exaltava, era sereno e bravo, ao mesmo tempo, dizia Assis Chateaubriand, um dos seus biógrafos. Inimigo de perseguições, apregoava que, em política, o inimigo adversário de hoje, pode vir a ser o grande amigo de amanhã, mas, que não há pequenos inimigos, todos são grandes e prejudiciais.

De Bulhões ouvi, ainda quando estudante, e em sua casa, nas Laranjeiras, esta observação que, hoje, sei tão profunda, tão verdadeira: “Em política nunca deve ser esquecido o sábio conselho de Clemenceau: “O segredo não é saber entrar e, sim, saber sair”.

Quantos políticos caem vítimas do tremendo erro psicológico de não saberem sair, na hora precisa?

Aquela falsa noção de que se é insubstituível, a super-estimação da influência, do prestígio pessoal, da própria fama, obscurece a visão da realidade e conduzem a esse erro, tantas vezes fatal, como o foi ao próprio Getúlio Vargas, a despeito de ser político bastante sagaz.

Merecem ser citados, a propósito, estes conceitos, expendidos pelo ilustre general Anápio Gomes, sobre a personalidade de Bulhões:

“Político que se conduzia com uma tranquilidade britânica, nos tumultos parlamentares; economista e financista dos de maior lastro cultural que já tivemos; administrador, que guardou sempre uma grande coerência entre seus atos e suas idéias; homem público, que colocava, invariavelmente, os interesses de seu País muito acima d quaisquer interesses particulares, Leopoldo de Bulhões constitui, por certo, um exemplo que, agora mais do que nunca, deve, não apenas ser lembrado, mas, principalmente, imitado. De sua passagem em várias legislaturas pela Câmara, nos últimos anos do II Império, pela Câmara e Senado, nos primeiros lustros da República, inclusive na Constituinte de 1891, deixou traços marcantes como abolicionista, como profundo conhecedor dos nossos problemas econômicos

e financeiros, como membro da comissão que redigiu a 1ª Constituição Republicana, como autor da reforma do Banco do Brasil, do Tribunal de Contas, do Regime Tarifário; como titular da Fazenda, posto que ocupou 2 vezes, nos governos Rodrigues Alves (1902-1906) e Nilo Peçanha (1909-1910), figura no pequeno número dos grandes ministros que já tivemos nessa pasta”.

Devo a ele, não apenas como tio, porém, ainda mais como mestre, a especialização em ciência das finanças, cadeira de que sou catedrático. As primeiras obras que possui foram dadas por ele.

É oportuno reproduzir, a propósito, o que disse na conferência que fiz sobre a vida e a obra de Bulhões, a convite da Associação Comercial e Industrial de Goiás, à época do centenário de seu nascimento:

“Agora, neste instante em que o Brasil inteiro, de norte a sul, de leste a oeste, se volta para o filho ilustre, relembrando a sua vida, pondo em evidência as suas realizações, evocando os seus méritos, a sua atuação, enfim, podemos repetir, com um dos seus biógrafos mais atualizados: “Leopoldo de Bulhões é exemplo para ser imitado”.

Goiás, que teve a ventura de ser o seu braço natal, esse torrão que ele tanto amou, não poderia mesmo nunca deixar de fazer eco à voz uníssona da pátria brasileira”.

E a iniciativa da nobre Presidente da Academia Feminina de Letras e Artes, merece acatamento e apoio, ao promover o estudo e a divulgação da vida e obra de Leopoldo de Bulhões.

Parece que ainda o ouço quando, num 7 de setembro, em sua casa, em Petrópolis, abordávamos o fato das incompreensões do povo para com os seus benfeitores.

Ele me disse:

“É natural, mas transitório. A justiça vem depois...”

E, a seguir, repetiu-me os versos de D. Pedro II, no exílio:

“Oh doce Pátria, sonharei contigo,

“E por entre visões de paz, de luz, de glória,

“Serenamente, guardarei, do meu jazigo,

“A justiça de Deus na voz da história”.

Goiânia, 25 de abril de 1975.

PROJETO ARQUEOLÓGICO
ALTO TOCANTINS, GOIÁS

PROJETO ARQUEOLÓGICO

Pedro Ignácio Schmitz e outros

**PROJETO ARQUEOLÓGICO
ALTO-TOCANTINS, GOIÁS (*)**

**Pedro Ignacio Schmitz **
Irmhid Wüst **
Altais Sales Barbosa **
Itala Irene Basile Becker ****

A. O Programa Arqueológico de Goiás

O presente trabalho visa apresentar os primeiros resultados da pesquisa arqueológica de campo, efetuada em julho de 1973, no Estado de Goiás. Constitui a primeira etapa do Programa Arqueológico de Goiás, com a duração prevista de sete anos, elaborado pelo Prof. Pedro Ignácio Schmitz e realizado em convênio do Instituto Anchietano de Pesquisas de São Leopoldo, RS, com a Universidade Católica de Goiás.

A equipe de trabalho de campo, como de laboratório, está constituída pelos seguintes membros: Prof. Pedro Ignácio Sch-

(*) — Trabalho apresentado no Congresso Anual da Sociedade Brasileira
(**) — Bolsista do Conselho Nacional de Pesquisas.

mitz e Prof^a Itala Irene Basile Becker do Instituto Anchieta de Pesquisas, Prof^a Irmhid Wüst, Prof. Altair Sales Barbosa, Diretor do Gabinete de Arqueologia da Universidade Católica de Goiás e de alguns alunos dos últimos semestres da Universidade Católica de Goiás.

O programa está sendo financiado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, pelo Conselho Nacional de Pesquisas, a Fundação Inca de Cultura de Goiás, e em parte pela Universidade Católica de Goiás e a Universidade do Vale do Rio dos Sinos.

O programa tem os seguintes objetivos:

- estabelecer tradições e fases ligadas a determinados estágios tecnológicos e culturais da região;
- estabelecer uma cronologia relativa e absoluta destas fases, como também o seu desenvolvimento e a sua distribuição espacial;
- estabelecer padrões de povoamento e desenvolvimento cultural como também traçar as migrações de maior importância;
- buscar interpretações dos materiais através da analogia etnográfica e do estudo ecológico.

Para a seriação das amostras cerâmicas utiliza-se o método quantitativo descrito por James A. Ford e aperfeiçoado por Betty J. Meggers e Clifford Evans.

Dentro de cada projeto estabeleceram-se localidades numa distância de mais ou menos 40 km ao longo de um curso de água mais importante onde se pesquisam de 6 a 15 sítios para captar a sequência cronológica local e o desenvolvimento cultural.

As técnicas empregadas no trabalho de campo englobam coletas superficiais sistemáticas e assistemáticas, como também cortes estratigráficos a fim de possibilitar uma seriação e obter carvão para a datação pelo método do C 14.

Quanto à documentação de campo utiliza-se o diário com detalhes sobre a ecologia, geografia e geologia do local, como também o histórico da ocupação e o estado atual do sítio.

De todos os sítios efetuam-se croquis, indicando a vegetação atual e a delimitação das manchas com ocorrência de material arqueológico.

Fotografam-se todos os sítios, como também o material arqueológico das coleções particulares.

B. O Projeto Alto Tocantins

1. Dados gerais:

O Projeto Alto Tocantins representa a primeira etapa do Programa Arqueológico de Goiás e abrange uma região do centro-sul do Estado de Goiás, localizada entre os paralelos 14°30' e 16°20', de latitude sul e 49°20' de longitude oeste de Greenwich. A região se estende entre 60 a 220 km de distância da cidade de Goiânia, abrangendo as nascentes do Rio Fartura, da vertente do Rio Araguaia, a bacia do Rio Uru em quase toda a sua extensão, que constitui a cabeceira mais alta do Rio Tocantins; e uma parte do Alto Curso do Rio das Almas.

O clima, pela classificação de Köppen, é do tipo Aw, característico para as savanas tropicais com duas estações bem definidas, a estação da chuva no verão e a época da seca durante o inverno. As temperaturas médias mensais estão sempre acima de 18° C.

Predominam dois tipos principais de vegetação: o cerrado e a mata tropical.

Grande parte dos sítios está localizada na região chamada Mato Grosso Goiano, que se diferencia da vegetação do cerrado por suas matas tropicais e seu tipo de solo profundo e pouco ácido.

Pesquisaram-se 36 sítios cerâmicos, dos quais se obtiveram 93 amostras, perfazendo aproximadamente o número de 15.000 fragmentos. Muitos dos sítios encontram-se em estado precário de conservação devido à recente introdução de tratores na agricultura desta área.

A análise do material mostrou que se trata de cerâmica pertencente a 2 ou até 3 tradições diferentes:

A cerâmica de um dos sítios junto ao Rio Fartura, pode enquadrar-se na tradição Tupiguarani, subtradição Pintada. O material assemelha-se a cerâmica da Fase Itapicuru descrita por Calderón. Trata-se de fragmentos com borda reforçada, decoração de pintura preta e vermelha sobre engobe branco, antiplástico de fragmentos de cerâmica moída e formas provavelmente quadranguloides, não muito altas.

O material de um outro sítio, localizado no divisor de águas entre a bacia do Tocantins e a do Paranaíba, pertence possivelmente também à Tradição Tupiguarani, ou a uma outra tradição ainda não identificada. O antiplástico é constituído de areia e escassa cerâmica moída e tem como única decoração uma borda (dobrada) ou dois ou até três roletes expostos perto da bor-

da (roletado na borda). O material cerâmico está associado com tembetás de quartzo com corpo curto. Para a classificação deste material estabeleceu-se a nova fase chamada 'TABERAI.

Para a classificação do restante material pensamos criar uma nova tradição cerâmica denominada TRADIÇÃO URU. Não foi possível enquadrar o material existentes nas tradições até hoje descritas, devido às grandes diferenças nos tipos de antiplástico, nas formas e na decoração.

Constatou-se numa das fases uma certa semelhança com algumas formas da Tradição Aratu.

Não se constatou semelhança com a cerâmica da Fase Cachoeira, devido às divergências tanto no antiplástico como também nas formas e na decoração.

Uma inclusão nas tradições já estabelecidas para a região amazônica não parece possível pela muita diferença do material; ainda não tivemos oportunidade de comparar o nosso material com todo o material amazônico, mas parece ser bastante diferente.

Quanto à posição cronológica da cerâmica da Tradição Uru, pode-se supor uma data relativamente recente, sendo uma parte provavelmente posterior à Conquista, por ser algum material associado com cachimbos de forma.

A seriação do material da Tradição Uru baseou-se na separação de 5 tipos de antiplástico, sendo estes areia, areia grossa, mica, fibra vegetal e espícula vegetal, além de um tipo com pintura vermelha. A decoração incisa aparece em quantidade tão pequena que não se prestou para seriação. Trata-se de uma cerâmica em geral simples com ausência de outros elementos que possibilitassem uma visão cronológica.

Dentro da Tradição Uru distinguem-se nitidamente 3 Fases, denominadas Fase Mossamedes, Fase Uruaçu e Fase Uru, sendo a última, por falta de alguns elementos diagnósticos, provisoriamente subdividida em outras 4 subfases que chamamos aqui: Uru a, b, c, d.

Os cinco tipos de antiplástico são característicos para todas as fases da Tradição Uru, estando o da areia e da mica ausente na Subfase Uru d, a mais recente na seriação.

O **antiplástico de areia** é constituído de grãos de quartzo, que variam de 0,5 a 2 mm e excepcionalmente chegam a 3 mm.

O **antiplástico de areia grossa** se distingue pela presença acentuada de grãos de quartzo bastante angulosos, que normalmente tem um tamanho de 3 a 4 mm, podendo alcançar em alguns casos 8 mm.

O **antiplástico de mica** se caracteriza por uma quantidade mais acentuada de partículas de muscovita do que os presentes nos tipos de areia. As lamínulas alcançam um tamanho que varia de 0,5 a 3 mm, podendo alcançar às vezes até 6 mm.

O **antiplástico de fibra vegetal** conhecido sob o nome genérico de cariapé na região amazônica e no Orinoco, e proveniente da queima de uma casca de árvore com grande valor de sílica, permanecendo esta após a queima em forma de filamentos de estrutura celular. Na cerâmica aparece este tipo de tempero com uma tonalidade cinza clara ou escura com um tamanho que varia de 0,5 mm a 1,8 cm, predominando porém um tamanho de mais ou menos 4 mm. Este tipo de tempero também tem a propriedade de reduzir consideravelmente o peso da cerâmica.

O **antiplástico de espícula vegetal** é constituído por dois elementos: a fibra vegetal acima descrita que se apresenta mais fina na proporção em que aumenta a popularidade da espícula vegetal e é de coloração mais escura. O segundo elemento observado é um corpúsculo de sílica em forma de células alongadas arredondadas e maciças com um comprimento de 0,5 a 3 mm, às vezes aparecendo em forma de segmentos. A superfície dos mesmos é brilhosa e de cor branca ou às vezes preta. Trata-se provavelmente de restos de cinza de uma planta diferente da primeira, produzindo este tipo de filamento silicoso ausente no tipo chamado de fibra vegetal. O emprego destes dois tipos diferentes de cinza vegetal tem um grande significado na seriação, sendo que o tipo de fibra vegetal diminui durante o tempo e o tipo de espícula vegetal aumenta consideravelmente até uma total predominância no final da seriação da Fase Uru.

A cerâmica de todas a tradição caracteriza-se pela técnica de manufatura acordelada, sendo utilizados às vezes roletes com uma largura de até 5 cm. Principalmente as bases planas indicam também o emprego da técnica de modelagem.

Impurezas comuns na pasta são grãos de hematita, biotita, mica fina e restos vegetais carbonizados.

A oxidação em geral é regular e a espessura predominante da parte oxidada é de menos de 1 mm a 3 mm.

A pasta apresenta-se parcialmente fundida e a dureza na escala de Mohs varia de 2 a 3.

A fratura é geralmente irregular e a quebra ao longo do rolete é mais observada nos fragmentos com antiplástico de areia, areia grossa e mica.

O acabamento da superfície é geralmente um alisamento regular, executado com uma pedra de alisamento, à mão ou

também com uma provável folha, deixando estrias paralelas na superfície.

Frequentemente apresenta-se a superfície interna mais bem alisada nos tipos de areia, mica e areia grossa.

A cor da superfície em geral não varia muito da superfície interna para a externa. Aparece uma variação ampla de tonalidade cinza, marrom, preto, alaranjado, avermelhado e esbranquiçado.

Os sítios da Fase Mossâmedes e da Fase Uru se localizam em regiões com amplas colinas numa altitude de 600 a 800 m sobre o nível do mar, num suave declive ou topo de uma pequena elevação, sem uma orientação definida. A distância para o córrego mais próximo é de 120 a 300 m. Observa-se que os sítios desta tradição não estão localizados ao longo dos rios maiores, mas sempre ao longo de pequenos córregos.

Os sítios da Fase Uruaçu encontram-se numa altitude superior a 800 m, na encosta da Serra Dourada numa região bastante acidentada e de vales estreitos. A localização dos sítios em relação ao córrego mais próximo varia de 5 a 70 metros.

A extensão dos sítios é relativamente grande e a área coberta por vestígios arqueológicos varia de 2.700 m² a 57.000 m².

Com exceção dos sítios das Subfases Uru **c** e **b** observa-se uma aglomeração nítida do material em manchas separadas bem definidas, cujo número varia de 3 a 9.

A espessura da camada arqueológica dos sítios não é muito profunda: varia de 10 a 30 cm, sendo que a espessura acima de 20 cm somente foi constatada na Subfase Uru **b**.

2. Elementos diagnósticos da Fase Mossâmedes:

O material desta fase provém de 6 sítios localizados nas nascentes do Rio Fartura, próximo à cidade de Mossâmedes. A cobertura vegetal predominante desta região é o cerrado e a mata secundária, principalmente a mata ciliar.

O antiplástico característico desta fase é areia grossa, areia e mica, com quase ausência do antiplástico do tipo espícula vegetal. O antiplástico de fibra vegetal também é pouco representativo e somente está mais acentuados nos sítios mais antigos desta fase.

Quanto às formas, são características as piriformes, que podem alcançar uma altura de aproximadamente um metro e recipientes semi-globulares.

As bases nesta fase são todas redondas ou arredondadas, sendo que em algumas bases verificam-se impressões de grandes folhas. Uma outra característica desta fase é a quase ausência de bordas reforçadas.

Não foi encontrado nenhum fragmento com decoração, mas somente dois apêndices cheios. Estão também associados fusos de cerâmica.

Quanto ao material lítico: há tembetás em T com corpo longo de quartzo, machados semi-polidos de gnaiss e gabro, como também batedores de quartzito.

3. Elementos diagnósticos da Fase Uru:

Os sítios da Fase Uru estão localizados ao longo do rio do mesmo nome. Trata-se de uma região situada no chamado Mato Grosso de Goiás, que se caracteriza pelo tipo de vegetação de mata tropical, da qual ainda persistem vestígios. O solo desta região é de boa qualidade, razão pela qual atualmente se está desenvolvendo acentuadamente a agricultura de arroz.

O material analisado é proveniente de 18 sítios.

A Fase Uru a — representa uma certa transição entre a Fase Mossâmedes e as restantes subfases Uru b, c, d.

Predomina nos tipos de antiplástico ainda uma grande percentagem de areia grossa e continua ainda uma grande parte das formas da Fase Mossâmedes.

Nas outras subfases da Fase Uru predominam os antiplásticos de fibra vegetal e de espícula vegetal.

Característica para a Fase Uru é a presença das bases planas, em forma de pedestal ou anular, a presença de bordas reforçadas e a decoração incisa na borda mais frequente na Subfase Uru a, que pode estar feita com a unha ou com o emprego de uma espátula. Nas bases planas são muito características as impressões de traçado e/ou de tecido.

As formas típicas da Fase Uru são os pratos com base em pequeno pedestal, vasilhames não restringidos grandes e relativamente rasos, vasilhames com gargalho e pratos com base anular.

Nas subfases Uru a, b aparecem furos de suspensão.

Nas subfases a, b e c aparecem apêndices sendo cada subfase caracterizada por um certo tipo desta decoração plástica.

Fusos de cerâmica somente aparecem nas subfases Uru a e b. Pintadeiras são características para as Subfases a e c.

Uru c também se destaca das restantes subfases pela presença de alguns fragmentos com pintura vermelha.

Projeto Alto Tocantins /GO.

BACIA DO ARAGUAIA

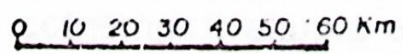
BACIA DO TOCANTINS



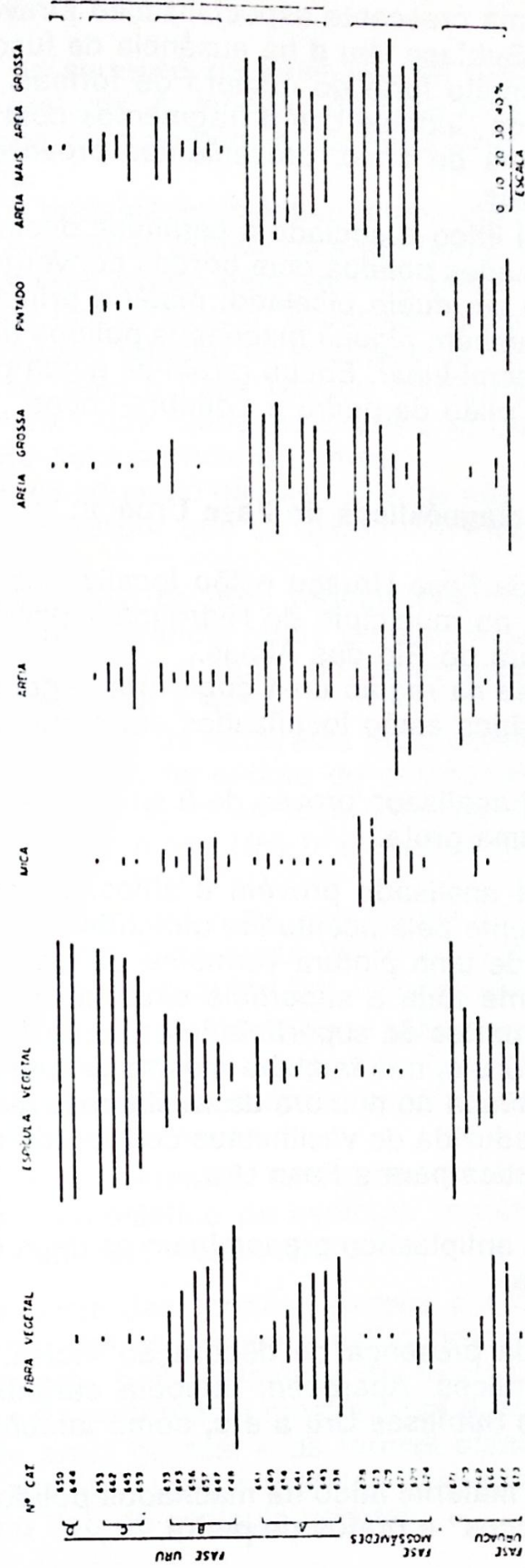
BACIA DO PARANAIBA

- ▲ FASE URUAÇU
- + FASE URU
- FASE MOSSÂMEDES
- * FASE ITABERAÍ
- ▲ PETROGLIFOS
- 1-2 OUTROS SÍTIOS

○ CIDADES



TRADIÇÃO URU - SERRAÇÕES DOS ANTIPLÁSTICOS E DA PINTURA



ESCALA
0 10 20 30 40%

Nota-se uma crescente especialização através da Fase Uru sendo que na Subfase Uru **d** há ausência de fusos, apêndices e uma redução muito forte do número de formas. Por outro lado encontram-se na Subfase Uru **d** fragmentos com uma base perfurada em forma de crivo, provenientes provavelmente de pequenos coadores.

O material lítico associado à cerâmica desta Fase é constituído por machados polidos com bordas convergentes convexas e um gume de um duplo biselado; matéria prima diorito ou gabro. Existem também alguns machados polidos do mesmo material em forma semi-lunar. Encontraram-se ainda pratos de pedra de talco xisto, pilão de pedra e "quebra-cocos", como também batedores.

4. Elementos diagnósticos da Fase Uruaçu:

Os sítios da Fase Uruaçu estão localizados na encosta da Serra Dourada no município de Hidrolina e parcialmente no de Itapaci, na altura do Rio das Almas.

Encontra-se na região uma cobertura vegetal típica para o cerrado e os sítios estão localizados em pequenas várzeas em terreno aluvial.

O material analisado provém de 8 sítios, sendo um localizado dentro de uma gruta.

O material analisado provém 8 sítios, sendo um localizado Uru principalmente pela acentuada quantidade de cerâmica pintada. Trata-se de uma pintura vermelha de origem mineral que cobre geralmente toda a superfície externa do vasilhame e às vezes também partes da superfície interna. As formas se distinguem da Fase Uru **c**, que também mostra pintura vermelha, pela presença acentuada do número de vasilhames globulares e uma percentagem reduzida de vasilhames com borda reforçada, bastante característica para a Fase Uru.

Quanto ao antiplástico predominam os tipos de espícula vegetal e de areia.

Há reduzida presença de decoração incisa, furos de suspensão e apêndices. Aparecem também carimbos cilíndricos, conhecidas das Subfases Uru **a** e **c**, como também fusos.

Quanto ao material lítico há machados polidos, mãos de pilão, "quebra-cocos" e pratos de pedra.

5. **Seriação:**

A sequência da seriação da Fase Uru se fundamenta em dois cortes estratigráficos. A seriação da Fase Mossâmedes foi orientada de acordo com tendência da Fase Uru, por não ter apoio estratigráfico.

A seriação dos tipos de antiplástico, como também das formas, sugere uma sequência cronológica em que a Fase Mossâmedes é a mais antiga, sendo esta seguida pelas subfases na seguinte sequência: Uru a, b, c, d. A posição cronológica relativa da Fase Uruaçu em relação às subfases da Fase Uru é de difícil determinação, pois a Fase Uruaçu comporta vários elementos principalmente das Subfases Uru a e c, quanto a antiplástico, tratamento de superfície e formas.

Os resultados da seriação da Fase Uruaçu não estão incluídos nesta apresentação por que se encontram ainda incompletos.

O tipo de antiplástico de fibra vegetal mostra em todas as fases e subfases uma tendência nítida de diminuição, enquanto que o tipo de espícula vegetal indica um crescimento forte, chegando no topo da seriação a 99%.

O tipo de antiplástico de mica está mais acentuado na Fase Mossâmedes com uma tendência de crescimento. Na Fase Uru a tendência da mica, após um leve crescimento, começa a decrescer a partir da Subfase Uru b e finalmente desaparece na Uru d.

O tipo de areia, embora mais popular na Fase Mossâmedes, mostra, tanto nesta Fase como também na Fase Uru, um crescimento inicial, sendo seguido por um decrescimento.

O tipo de areia grossa, tanto na Fase Mossâmedes como na Subfase Uru a, tem a tendência de crescer. Nas Fases Uru b, c e d o tipo está inicialmente ausente e após o seu máximo no final da Uru b diminui fortemente.

O tipo com pintura vermelha está presente no conjunto c e está associado ao antiplástico de espícula vegetal, mostrando uma tendência de um leve crescimento.

Uma grande parte das formas aparece em diversos antiplásticos, enquanto outras somente estão presentes com um determinado tempero, principalmente as formas grandes de Mossâmedes, que de preferência mostram um antiplástico de fibra vegetal ou de areia grossa, e as formas características da Fase Uru, como pratos e tigejas grandes, que aparecem quase exclusivamente no tipo de espícula vegetal.

Uma tentativa de seriação de formas por fases mostra uma constante evolução que está relacionada com uma perda gradual de certas formas e uma crescente especialização. Desta forma a Fase Mossâmedes (num extremo da seriação) tem somente três tipos de vasilhames em comum com a Subfase Uru **d** (no outro extremo da mesma).

Com exceção de uma forma, todas as restantes 35 formas seriadas mostram uma tendência nítida através do tempo. Os vasilhames piriformes estão em constante decréscimo e desaparecem totalmente nas últimas duas subfases, enquanto que as formas das grandes tigelas altas ou rasas, ausentes na Fase Mossâmedes, mostram um acentuado crescimento até o topo da seriação. Os pratos também indicam um certo crescimento, mas sua percentagem diminui a partir da Subfase Uru **c**, o que poderia indicar uma maior especialização, talvez na fabricação de farinha de mandioca.

Não se trata da introdução de elementos isolados mas de todo um conjunto que provavelmente está ligado a uma nova forma de subsistência. A introdução das novas formas de vasilhames está acompanhada de novo tipo de antiplástico e da construção da borda reforçada. Todas as formas da Fase Uru parecem indicar que se trata de grupos dedicados à horticultura da mandioca. A ausência de formas de pratos e de grandes tigelas, na Fase Mossâmedes sugere uma atividade econômica diferente, que poderia ainda estar mais voltada para a coleta.

Quando se faz uma classificação dos vasilhames segundo os seus contornos (simples, infletido ou composto), verifica-se que os vasilhames de contorno simples estão diminuindo fortemente a partir da Subfase Uru **c** e quase desaparecem na Uru **d**. Por outro lado os vasilhames com contorno infletido indicam um crescimento acentuado a partir da Subfase Uru **c**. A forma de contorno composto é pouco representativa, estando ausente na Fase Mossâmedes e indica no todo um leve crescimento.

Ao somar todas as formas de bordas simples e as bordas reforçadas, observa-se que as bordas simples tem maior popularidade na Fase Mossâmedes e se encontram em contínuo decréscimo, enquanto que os vasilhames com borda reforçada estão ausentes na Fase Mossâmedes; eles indicam um crescimento muito acentuado a partir da Subfase Uru **b**.

Utilizando as três grandes categorias para a classificação das formas propostas por A. Shepard vasilhames restringidos, não restringidos e restringidos independentes e as variáveis de contorno simples, infletido e composto, como também a

construção da borda, a cerâmica da Tradição Uru é representada por 7 categorias, sendo que cada uma mostra uma tendência nítida de popularidade através do tempo.

Os vasilhames restringidos com contorno simples e borda direta mostram um acentuado aumento até a Subfase Uru b e um decrescimento forte a partir da mesma.

Os vasilhames não restringidos com contorno infletido e contorno simples indicam um decrescimento e ausência na Subfase Uru d.

Os vasilhames restringidos independentes com contorno infletido e borda direta também estão em decrescimento e ausentes na Subfase Uru d.

Os vasilhames não restringidos com contorno infletido e os restringidos independentes ambos com contorno infletido e borda reforçada, mostram um acentuado crescimento a partir da Subfase Uru b.

Desta maneira cada Fase ou Subfase não está somente caracterizada pelas diferentes percentagens nos tipos de antiplástico como também pela presença diferente das formas.

C. Observações Finais

Concluindo podemos constatar que se trata de uma região onde há uma grande quantidade de sítios cerâmicos, tanto na área de mato, ao longo do Rio Uru, como também nas áreas de cerrado. Constituem estes, dois ambientes ecológicos diferentes, que possibilitam o desenvolvimento de grupos coletores (principalmente nos cerrados) e de horticultores (principalmente na zona de mata mais fechada).

Alguns sítios podem ser de grupos mais acentuadamente coletores, ao passo que outros são de grupos predominantemente agricultores. O desenvolvimento do plantio da mandioca, ou uma determinada forma de sua preparação, parece estar refletido na seriação da Fase Uru, onde se nota a introdução e rápido desenvolvimento de pratos e grandes vasilhames rasos, de bases planas.

Observa-se uma grande variedade de material, que abrange 2, possivelmente 3 tradições cerâmicas diferentes e uma mudança acentuada de um sítio para outro. A região está localizada no divisor de águas entre quatro grandes bacias fluviais, do Araguaia, Tocantins, Paranaíba e parcialmente do São Francisco, que estão interligadas por uma larga galeria florestal, facilitando a passagem de grupos com culturas desenvolvidas em

áreas diversas, ou a difusão de elementos de procedência muito variada. Além disso a região se converteu em refúgio para grupos que se retiraram ante o avanço da civilização. A tradição indígena continua nesta região até os dias atuais e com o avançar da pesquisa deverá ser possível estabelecer a sequência que liga o passado mais ou menos remoto ao momento atual.

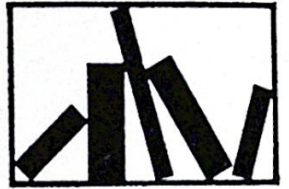
Até agora, com exceção de um sítio-petroglifo, possivelmente pré-cerâmico, ainda não conseguimos localizar outros sítios líticos, nem sítios com pinturas rupestres.

Como se trata do primeiro projeto de um programa amplo, numa área onde não houve pesquisa anterior, o panorama ainda está pouco definido e os resultados prévios estão sujeitos a mudanças mais ou menos profundas.

**esta obra
foi integralmente
composta e impressa
em oficinas própria da
gráfica do livro golano ltda.**

editora oriente

rua 82 n.º 456 - fone 2-2906 - Setor Sul



190ª

**PUBLICAÇÃO
EDITORA
ORIENTE**